



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

GEDALVA DE SOUZA

**O PAPEL DO ARGUMENTO CIENTÍFICO NAS CONTROVÉRSIAS RECENTES
SOBRE O ABORTO NO BRASIL**

CAMPINAS
2017

GEDALVA DE SOUZA

**O PAPEL DO ARGUMENTO CIENTÍFICO NAS CONTROVÉRSIAS RECENTES
SOBRE O ABORTO NO BRASIL**

**DISSERTAÇÃO/TESE APRESENTADA AO INSTITUTO
DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRA EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. LEA MARIA LEME STRINI VELHO

COORIENTADORA: PROFA. DRA. REBECA BUZZO FELTRIN

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA GEDALVA DE SOUZA E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. LEA MARIA LEME STRINI VELHO**

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

So89p Souza, Gedalva de, 1983-
O papel do argumento científico nas controvérsias recentes sobre o aborto no Brasil / Gedalva de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Léa Maria Leme Strini Velho.
Coorientador: Rebeca Buzzo Feltrin.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Aborto. 2. Feto. 3. Mulheres. 4. Controvérsias. I. Velho, Léa Maria Leme Strini, 1952-. II. Feltrin, Rebeca Buzzo, 1984-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The role of the scientific argument in recent abortion controversies in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Abortion

Fetus

Woman

Controversies

Área de concentração: Política Científica e Tecnológica

Titulação: Mestra em Política Científica e Tecnológica

Banca examinadora:

Léa Maria Leme Strini Velho [Orientador]

Camila Carneiro Dias Rigolin

Maria Margaret Lopes

Data de defesa: 28-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Política Científica e Tecnológica



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

AUTORA: Gedalva de Souza

“O Papel do argumento científico nas controvérsias
recentes sobre o aborto no Brasil

ORIENTADORA: Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho

COORIENTADORA: Profa. Dra. Rebeca Buzzo Feltrim

Aprovada em: 28 / 03 / 2017

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho

Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin

Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

***A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora,
consta no processo de vida acadêmica do aluno.***

Campinas, 28 de março de 2017.

Dedico à professora Maria Teresa Citeli, exemplo de
competência e comprometimento com a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Às professoras Lea Maria Leme Strini Velho e Rebeca Buzzo Feltrin. Muito obrigada pela confiança em mim depositada. Sem vocês esta caminhada se quer seria iniciada. Obrigada pela orientação, desde a redação do projeto, e pela oportunidade de trabalharmos juntas novamente.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

Agradeço as mulheres que ensinaram as maiores lições da minha vida, a mais forte e valente, minha amada mãe, minhas irmãs, tias, amigas e professoras, exemplos de força, mulheres batalhadoras que sempre seguem, não importa a adversidade.

Agradeço o apoio e a compreensão da minha família, meus amados irmãos, meus sobrinhos, meus grandes amores e ao meu querido pai.

Agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Anderson Falcade, pelo carinho e apoio, sempre ao meu lado na busca dos meus e dos nossos objetivos.

Agradeço as eternas meninas da D-8, irmãs do coração Ma, Ju, Pati, Lu, Carol e Michelle (também conhecida como Érica), pela amizade, abraços, carinhos, cuidados e comidinhas temperadas com afeto.

Aos amigos de todas as horas, Bea, Glaucia, Luciane, Luiz e Sueli pelos risos, lágrimas, cafés e paciência. A todos os amigos que nos ensinam as lições que não aprendemos nos livros.

Aos meus colegas de turma Luciane Lotti, Douglas Leite, Maria Cristina, Maurício Panachuk por dividirem as angústias e dificuldades desta etapa.

Ao Thiago Basile, que conheço há pouco, mas já considero “pacas”.

Agradeço aos professores e a todos os funcionários do Instituto de Geociências, especialmente aos professores Leda Gitahy, Marko Monteiro, Cristina de Campos, Flávia Consoni, Maria Conceição da Costa, Janaina Pamplona, Fernanda Loureiro Goulart, pelas excelentes reflexões e discussões nas aulas durante o mestrado.

Sou grata aos funcionários Val, Gorete e Valdir pela dedicação na Secretaria de Pós-Graduação.

Um agradecimento todo especial à querida professora Maria Teresa Citeli, que, como professora de Teorias e Métodos da Ciência (2008) e Sociologia (2009), além de orientadora de bolsa trabalho (2010-2013), não me ensinou apenas sobre tabelas, Teoria Fundamentada e ESCT; ensinou-me sobre a vida, reconhecimento, respeito, paciência e competência.

Obrigada a todos por estarem ao meu lado nos bons e maus momentos, pois esta caminhada, embora árdua, jamais foi solitária.

Agradeço, por fim, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida, pois o financiamento foi decisivo para a realização desta pesquisa.

Na prática há diferenças reais entre os poderosos e os miseráveis, *diferenças nos métodos e materiais que eles empregam para se produzirem e reproduzirem*. Nossa tarefa é estudar esses materiais e métodos, para entender como eles se realizam, e notar que poderia, e frequentemente, deveria ser de outra maneira. John Law (1992)

RESUMO

O papel do argumento científico nas controvérsias recentes sobre o aborto no Brasil

A presente dissertação aborda a controvérsia entorno do aborto no contexto das audiências públicas, realizadas no Senado Federal, pela comissão de Direitos Humanos (CDH), para a instrução da votação da Sugestão Legislativa – SUG 15/2014, que propõe a regulamentação da interrupção da gravidez, dentro das doze primeiras semanas da gestação pelo Sistema Único de Saúde. Com objetivo de detectar os enquadramentos utilizados para descrever o aborto, o feto e as mulheres, bem como os recursos utilizados pelos convidados para legitimar suas declarações, a presente pesquisa está ancorada nos estudos de controvérsia dos Estudos Sociais da Ciência Tecnologia (ESCT), na Teoria Fundamentada proposta por Strauss e Corbin (2008) e no trabalho comparativo a respeito do aborto desenvolvido por Ferree et. al. (2002a) e – principalmente – nas contribuições de Dorothy Nelkin a respeito de controvérsias científicas.

O material abordado – a codificação de 14 apresentações e o perfil de 14 convidados – aponta que os convidados anti e pró-escolha, além de divergirem quanto à regulamentação, à legalização e ao direito e acesso ao aborto, também tendem a perceber o aborto, o feto e as mulheres de modo diverso. Contudo, é notável a centralidade do recurso à autoridade cognitiva da ciência como forma de conferir legitimidade aos convidados anti e pró-escolha e as declarações proferidas por eles. Além disso, ressalta-se a permanência da visão dos cientistas como imparcial e objetiva, e da ciência como atividade independente das instituições e ambos como árbitros legítimos acerca de questões controversas em decorrência da promoção de políticas públicas.

Palavras-chave: Aborto, Feto, Mulher, Controvérsia

ABSTRACT

The Role of the Scientific Argument in Recent Abortion Controversies in Brazil

This dissertation presents the controversy about abortion within the public hearings held by the Human Rights Commission (CDH) in the Brazilian Federal Senate for the instruction of the Legislative Sugestion – SUG 15/2014; which proposes to regulate the interruption of pregnancy within the first twelve weeks of gestation by the Brazilian Public Health System, SUS. In order to detect the speeches/(discourses) used to describe Abortion, the fetus, women, as well as the resources used to the legitimate their statements, this research bases it self in the studies of controversy as part of the Social Studies of Science and Technology (SSST), in the Grounded Theory proposed by Strauss and Corbin (2008) and, in the comparative work developed by Ferree et. Al. (2002a) and – foremost – in Dorothy Nelkin's contributions to the studies of scientific controversies.

The material covered – the coding of 14 presentations and the profiling of 14 guests – indicates that anti-choice and pro-choice groups, as well as diverging in terms of regulation, legalization and access to abortion, also tend to perceive Abortion, the fetus and women differently. However, it is noteworthy the centrality of the resource to the cognitive authority of science (is used to) in order to provide legitimacy to anti-choice and pro-choice groups and their respective statements. Futhermore, it emphasizes a perpetuation of the standpoint of scientists as impartial and objective, and of science as an independent activity of institutions, and of both, that is, of science and scientists as legitimate regulators on controversial issues in the promotion of public policies.

Keywords: Abortion, Fetus, Woman, Controversy

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Situações em que o aborto é permitido segundo regiões selecionadas, 2013.....	16
Quadro 3.1 – Síntese das características dos convidados das audiências.....	35
Quadro 3.2 – Vínculos religiosos dos convidados.....	38
Quadro 3.3 – Vínculos e atuações enfatizadas pelos convidados anti e pró-escolha.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Distribuição do total de declarações por posição, segundo categoria (total por linha).....	31
Tabela 2.2 – Distribuição do total de declarações por posição, segundo categoria (total por coluna).....	31
Tabela 4.1 – Distribuição das declarações dos convidados antiescolha sobre mulheres, por enquadramento.....	46
Tabela 4.2 – Distribuição das declarações dos convidados pró-escolha sobre mulheres, por enquadramento.....	48
Tabela 4.3 – Distribuição das declarações sobre mulher por recurso segundo posição.....	50
Tabela 4.4 – Distribuição das declarações sobre feto por enquadramento, segundo posição.....	53
Tabela 4.5 – Distribuição das declarações sobre feto por recurso segundo posição..	55
Tabela 5.1 – Distribuição das declarações sobre o aborto, por posição, segundo enquadramento.....	62
Tabela 5.2 – Distribuição das declarações sobre aborto, por posição, segundo recuso.....	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 VICISSITUDES NAS CONTROVÉRSIAS SOBRE O ABORTO NO BRASIL (1988-2016)	16
1.1 Universo da pesquisa: um debate sobre o aborto no Senado Federal (SUG 15/2014)	23
2 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2.1 Objetivos.....	27
2.2 Procedimentos metodológicos.....	29
3 VÍNCULOS E ATUAÇÕES: O PAPEL DA ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA NO ESTABELECIMENTO DE AUTORIDADE E LEGITIMIDADE.....	34
4 O CONTRADITÓRIO ESTATUTO DAS MULHERES NAS DECLARAÇÕES DOS CONVIDADOS ANTI E PRÓ-ESCOLHA.....	45
4.1 Mulheres na percepção dos antiescolha: vítimas, dependentes, assassinas, indecisas e ignorantes.....	45
4.2 Injustiça social, diversidade e protagonismo feminino na percepção dos convidados pró-escolha.....	47
4.3 As fontes da legitimidade: recursos empregados nas declarações anti e pró-escolha.....	48
4.4 O superfeto nas declarações dos convidados antiescolha: autonomia e direitos.....	52
4.5 As fontes de legitimidade: recursos empregados nas declarações sobre o feto..	54
5 O DEBATE SOBRE O ABORTO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA SUG 15/2014.....	58
5.1 As ciências como recurso e fonte de legitimidade para explicar o aborto.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
FONTES.....	77
ANEXO A – Listagem de participantes nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.....	78
ANEXO B – Perfil resumido de catorze convidados.....	80
ANEXO C – Livro de Códigos.....	96

INTRODUÇÃO

A interrupção voluntária da gestação é um evento que pode ocorrer no curso da vida reprodutiva feminina por diversas motivações. Esta prática suscita intenso debate em torno da regulamentação, da legalização e do direito e do acesso, dos aspectos médicos, jurídicos, éticos, morais, científicos e religiosos, mesmo em países que adotam legislação menos restritiva. No cenário brasileiro, em que o aborto deixa de ser penalizado em apenas em três situações – risco de vida da mãe, gravidez resultante de estupro e feto incompatível com vida –, projetos favoráveis à descriminalização tramitam no Congresso Nacional, lado a lado com projetos que buscam restringir até mesmo os casos para os quais a lei não prevê pena de prisão para a mulher.

Nesta disputa que se estende há mais de 40 anos, destaco o particular interesse que dedico ao estudo dos diferentes entraves à legalização do aborto no Brasil. Dessa maneira, a presente pesquisa volta-se, sobretudo, para o Senado Federal em 2015, quando aquela casa recebeu a Sugestão Legislativa¹ – SUG 15/2014 – que estipula a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez nas doze primeiras semanas de gestação, atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esta proposta suscitou intenso debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, que se tornou palco de acirrada disputa entre grupos contrários e favoráveis ao direito ao aborto, após relator da SUG ter decidido, então, realizar Audiências Públicas. Para as cinco audiências públicas realizadas na CDH no Senado Federal durante o ano de 2015, foram convidados os representantes de diferentes segmentos da sociedade considerados relevantes para discussão do tema.

A transcrição das atas das audiências públicas², mais especificamente a apresentação realizada pelos principais atores envolvidos nesta controvérsia durante tais Audiências Públicas constitui o universo de pesquisa desta dissertação. O principal objetivo é detectar o recurso ao argumento científico nas declarações dos convidados para as audiências públicas, ao apresentarem suas posições contrárias ou favoráveis à mudança da legislação. Melhor dito, buscou-se analisar o uso do discurso científico como recurso central desses

¹A Sugestão Legislativa (SUG) é uma das alternativas de participação popular que permite a “qualquer entidade civil organizada (ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe etc.)” apresentar iniciativas legislativas, por intermédio da Comissão de Legislação Participativa (CLP), que se enquadrem “na competência das comissões permanentes, ou seja, projetos de lei complementar e ordinária, projetos de resolução, requerimentos de convocação, informação, audiência pública, projetos de decreto legislativo e emendas à Lei Orçamentária Anual (bem como ao seu Parecer Preliminar) e ao Plano Plurianual” (BRASIL, 2001).

² O sítio do Senado Federal disponibiliza a transcrição integral das sessões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Disponível em: < <http://www6g.senado.leg.br/busca/?q=SUG+15%2F2014&direcionar=0> > Acesso em 05 out. 2015.

atores (anti ou pró-escolha) para validar suas posições a respeito do aborto. A partir desta pesquisa, pretende-se contribuir para o melhor entendimento das oportunidades e desafios, advindos dos recursos adotados na disputa para definir “aborto”, “feto” e “mulheres que recorrem a essa prática”.

Para alcançar o objetivo proposto, buscamos aporte nos estudos de controvérsia dos Estudos Sociais da Ciência Tecnologia (ESCT), na Teoria Fundamentada proposta por Strauss e Corbin (2008) e no trabalho comparativo a respeito do aborto desenvolvido por Ferree et. al. (2002a) e – principalmente – nas contribuições de Dorothy Nelkin a respeito de controvérsias científicas. Organizamos a dissertação em cinco capítulos que se complementam e permitem traçar um panorama das disputas em torno da questão do aborto legal no Brasil no período de 1980 a 2015, com destaque para os discursos proferidos pelos convidados nas audiências públicas em 2015 no Senado e, também, para a forma como constroem o conceito de aborto, de feto e de mulheres.

No primeiro capítulo, cujo principal objetivo é traçar o cenário das disputas acerca da legislação do aborto no Brasil entre 1988 e 2015, apresentamos um quadro contendo o marco legal vigente em países da Europa, América do Norte, Caribe e América do Sul e Central, destacando aspectos da disputa nos países em que o aborto é legalizado e nos quais não é permitido em qualquer situação. Apontamos também embates ocorridos entre 1988 e 2010, quando a disputa se tornou mais acirrada no cenário nacional e finalizamos com a apresentação do universo da pesquisa que compreende o discurso dos convidados das audiências públicas para instrução de votação da SUG 15/2014. No segundo capítulo, apresentamos e descrevemos detalhadamente os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos que orientaram a sistematização dos dados, etapa que antecede a análise do modo como os especialistas constroem simultaneamente o aborto, o feto e as mulheres e a forma com que recorrem ao argumento científico em suas declarações, além de apresentar as categorias de análise adotadas. No terceiro capítulo, mapeamos o perfil dos convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Câmara Federal, buscando identificar os vínculos que eles mantêm com diferentes instituições e entre si; identificamos os representantes de grupos científicos, religiosos, políticos e jurídicos envolvidos no debate de propostas de mudanças legais e a correspondência entre pertencimento institucional religioso e adesão ao posicionamento oficial da instituição pelos convidados. No quarto capítulo, detectamos os enquadramentos empregados pelos convidados anti e pró-escolha para descrever as categorias mulher e feto e os recursos utilizados para validar as declarações. O quinto e último capítulo dedicamos às declarações realizadas pelos

convidados acerca da categoria aborto e a detecção dos principais enquadramentos e os recursos empregados para validar as suas declarações, com destaque para o uso de argumento de natureza científica.

1 VICISSITUDES NAS CONTROVÉRSIAS SOBRE O ABORTO NO BRASIL (1988-2016)

De acordo com o artigo 128 do código penal brasileiro, o aborto não é penalizado apenas em três situações: risco de vida da mãe, gravidez resultante de estupro e feto incompatível com vida. No Brasil, é notória a grande defasagem entre o que é previsto em lei e o que o Estado consegue oferecer para as mulheres em relação ao aborto. Além das restrições legais, a escassez de hospitais que atendem aos três casos de aborto não puníveis, chamado de “aborto legal”, torna o acesso mais limitado do que a previsão legal.

No Quadro 1, observa-se que essa situação restritiva é compartilhada por quase todos os países situados nas Américas Católicas (do Sul e Central). De fato, são mais restritivas em relação ao aborto, ainda que se comparadas à outra sub-região, o Caribe.

Nestas, em apenas duas situações (preservar a vida e a saúde física) a lei que faculta o acesso ao aborto é adotada em metade dos países ou mais. Em casos de estupro, percebe-se que em apenas 40% dos países das sub-regiões América do Sul e Central o procedimento é permitido, com exceção do Brasil.

Quadro 1 – Situações em que o aborto é permitido segundo regiões selecionadas, 2013

	América do Norte (dois países)		Caribe (13 países)		América do Sul e Central (20 países)		Europa (44 países)	
Situação em 2013	N	%	N	%	N	%	N	%
Para salvar a vida da mulher	2	100%	12	92%	17	85%	42	95%
Para preservar a saúde física	2	100%	9	69%	10	50%	38	86%
Para preservar a saúde mental	2	100%	9	69%	9	45%	38	86%
Devido a estupro ou incesto	2	100%	6	46%	8	40%	37	84%
Devido a anomalia fetal	2	100%	4	31%	6	30%	38	86%
Por razão econômica ou social	2	100%	3	23%	4	20%	36	82%
Por solicitação da mulher	2	100	1	8%	3	15%	32	73%
Em nenhuma situação a e b	0	0%	1	8%	3	15%	2	5%

Fonte: Tabulação especial feita pela autora a partir da publicação *Abortion Policies and Reproductive Health around the World*. United Nations, 2014, p. 17 e p. 22-25.

- a. Países da Região A. Latina e Caribe em que o aborto não é permitido em nenhuma das situações descritas: República Dominicana, El Salvador, Nicarágua e Chile³.
- b. Países da Europa em que o aborto não é permitido em nenhuma das situações descritas: Vaticano e Malta.

Por sua vez, na Europa e na América do Norte a situação é bem diferente. Dentre as sete situações relacionadas no relatório da ONU (Quadro 1), seis recebem permissão legal em mais de 80% dos países da Europa, mostrando que uma gama diversificada de situações – preservação da saúde física e mental da mulher, a gravidez resultante de estupro ou incesto, a presença de anomalias fetais e as razões de ordem econômica e social – podem ser invocadas pelas mulheres de grande parte dos países europeus para solicitar um aborto.

Duas situações que o Quadro 1 apresenta ainda merecem destaque. O caso da América do Norte, onde a legislação dos dois países, Estados Unidos e Canadá, permitem o aborto em todas as sete situações referidas, poderia sugerir certa homogeneidade legal e política naquela região a respeito do aborto. Nada mais enganoso. Enquanto no Canadá a lei se mantém livre de questionamentos, válida para todo o país, nos Estados Unidos, entretanto, desde 1973, quando o aborto passou a ser permitido, o acesso ao aborto dependia até poucos anos atrás de regulamentação específica em cada um dos 50 estados da federação, o que levava mulheres de estados mais conservadores a terem que se deslocar até um estado mais progressista. Outro aspecto que diferencia os Estados Unidos do Canadá é a intensa disputa existente até o presente, apesar da permissão legal, em torno da questão da legalização do aborto, que deu origem ao movimento “pró-life”, conhecido pela violência de ações que promove em portas de clínicas de atendimento ao aborto, chegando, nos casos extremos, a matar e ferir médicos, enfermeiras e pacientes.

Por fim, é preciso mencionar a penúltima linha do Quadro 1, que se refere ao aborto solicitado pela mulher. Essa questão, relativa à autonomia das mulheres em relação ao próprio corpo, expressa em *slogans* do movimento feminista – “nosso corpo nos pertence” ou “meu corpo, minhas regras” – é de fato a que menos encontra amparo legal. Nos 33 países da região da América Latina e Caribe, apenas 4 permitem o aborto nessa situação. Mesmo na

³ No Chile, há um projeto de lei que prevê a descriminalização do aborto em três situações: inviabilidade do feto, risco de vida para a mãe e estupro. Foi apresentado pelo governo da presidente Michelle Bachelet (2014-2018), aprovado pela Câmara dos Deputados (17 de março de 2016) e pela Comissão de Saúde do Senado (06 de setembro de 2016). Esse projeto tem sido discutido pelos senadores da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Regulamento durante o mês de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://noticias.terra.cl/chile/aborto-3-causales-debate-y-votacion-continuar-este-miercoles-en-el-ongreso,f04afb14943dca2bd891503731985c0ukjm0v91.html>>).

Europa, pouco restritiva ao acesso ao aborto, 12 dos 44 países impedem o acesso ao aborto com essa justificativa⁴.

Antes de falar da controvérsia atual sobre o direito ao aborto no Brasil, faz-se um relato, parcial, com o intuito de ilustrar o debate a respeito do aborto, refletido em textos acadêmicos selecionados dentre a vasta literatura produzida sobre o tema, entre 1980 e 2012⁵. Nesse período, a disputa em torno do aborto se tornou mais acirrada nas diferentes instâncias, a saber, federal, estadual e municipal, devido à proposição de mudanças legais destinadas a promover ou limitar o direito ao aborto.

A primeira disputa pública do período ocorreu durante as discussões para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988. De acordo com Barsted (1992), naquela ocasião, enquanto grupos de mulheres se articulavam pela declaração da descriminalização do aborto ou, em última instância, “a não inclusão no texto constitucional de artigos que o penalizassem”, grupos conservadores, com destaque para parlamentares católicos e evangélicos, buscavam criminalizar o aborto na nova carta. Segundo a autora, os debates foram “marcados pelo caráter ideológico e político das diferentes concepções sobre a proteção à vida” e o aborto figurou como o “tema mais polêmico” da subcomissão da Família. O encerramento da disputa naquela ocasião se deu quando as feministas propuseram que a legalização do aborto fosse tratada na revisão da legislação criminal e, ainda, a modificação do texto do artigo 5º, que na proposta dos religiosos previa “*a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção*” para a redação vigente desde então, “*inviolabilidade do direito à vida*”, que, como se observa, exclui a expressão “desde a concepção” (BARSTED, 1992, p. 123).

O triunfo do ideário feminista em 1988 – impedindo que a expressão “*direito à vida desde a concepção*”, defendida pelos hierarcas católicos, constasse na Constituição do Brasil – não significou um ponto final na acirrada disputa. Ao contrário, foi fundamental para que cada lado da disputa anti e pró direito ao aborto avançassem na composição de alianças, às vezes inesperadas, e na produção de argumentos originais.

⁴ Voltaremos a falar do alcance limitado desse argumento em favor da autonomia das mulheres nos próximos capítulos, ao analisar os enquadramentos adotados pelos convidados participantes das audiências públicas no Senado.

⁵ O primeiro momento descrito nesta pesquisa tem como base a revisão histórica apresentada por Rocha (1996) que situa como marco inicial do debate sobre o direito ao aborto no Congresso Nacional a proposição do projeto de lei - que buscava suprimir os dois permissivos legais previstos no código de penal de 1940, apresentado em 1949 pelo deputado monsenhor Arruda Câmara. Contudo Rocha (1996) destaca que entre 1940 e 1970 a discussão sobre o tema era incipiente e somente na década de 1980 com a redemocratização do país, aumento da participação de atores sociais e políticos e a inserção do movimento de mulheres nas discussões sobre o tema no congresso e o exercício de influência direta e indireta na proposição de projetos de lei que o debate ampliou-se vindo a se consolidar na década de 1990.

Do lado antiescolha, uma das estratégias mais bem-sucedidas foi à conquista de fiéis católicos atuantes no campo científico e jurídico para a defesa do bordão “direito à vida desde a concepção”. Os pró-escolha, além de se fortalecerem com o surgimento de um grupo de mulheres católicas que defende o direito ao aborto, também engrossaram suas fileiras com a adesão de profissionais da saúde, militantes ou simpatizantes da causa, em posições estratégicas de órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de política governamental na área de saúde. O caso que se relata a seguir é fruto da conjuntura favorável representada pela eleição de uma prefeita vinculada ao partido que reunia sanitaristas e feministas que militavam em favor do direito ao aborto.

A segunda disputa que destacamos ocorreu em 1989 devido à implantação e regulamentação de serviços públicos de aborto na cidade de São Paulo, deixando claro que a polêmica em relação ao aborto também se aplica aos casos previstos por lei. Mesmo não havendo punição prevista no Código Penal de 1940 para a realização do aborto em casos de risco de vida da mãe e gravidez resultante de estupro, o atendimento público e gratuito passou a ser implantado e disponibilizado, quase 50 anos depois, em 1989, na cidade de São Paulo. Segundo Talib e Citeli (2005), mesmo que tardia, a oferta do serviço público e gratuito foi pioneira não só no Brasil, como na América Latina. As autoras destacam que, mesmo cercada de cuidados e diante de conjuntura muito favorável, Luiza Erundina (1989-1993), prefeita da cidade de São Paulo na época, e os profissionais de saúde envolvidos no projeto, enfrentaram resistências políticas internas e externas para implantar esse atendimento em hospitais municipais. O primeiro serviço foi inaugurado em 12 de agosto de 1989, no Hospital Municipal do Jabaquara; entretanto, devido à força das resistências encontradas para o funcionamento do atendimento, o segundo serviço de abortamento legal no país demorou mais de onze anos para ser implantado, ocorrendo apenas em 2000.

De acordo com as mesmas autoras, Talib e Citeli (2005), em 2004 havia 56 hospitais públicos (estaduais, municipais e universitários) espalhados por 24 estados, nos quais funcionava o serviço de aborto legal, porém, as autoras argumentam que a implantação de serviços não é garantia de acesso ao atendimento. A ilegalidade do aborto no país, afirmam, além de trazer consequências nocivas para a saúde e vida das mulheres, também afeta negativamente o acesso até mesmo nos casos permitidos no Código Penal. A lei restritiva impõe inúmeros obstáculos, desde o desconhecimento das situações em que o aborto é admitido, e deve ser atendido nos serviços públicos, chegando inclusive a inibir o ensino de técnicas para a realização do procedimento nas faculdades de medicina. O longo período de tempo em que a prática foi realizada clandestinamente também afetou o imaginário a respeito,

reforçando, entre os médicos, preconceitos e o receio de sofrer ameaças, discriminação e processos jurídicos.

Nesse contexto, inúmeros hospitais se negam a divulgar a existência do serviço, que, em alguns casos, é desconhecido até mesmo por responsáveis pelo serviço de informações dos estabelecimentos de saúde. A “escassa visibilidade dos serviços, sem dúvida também limita o acesso da potencial clientela que [...] desconhece a existência dessa política pública”, atestam Talib e Citeli (2005, p. 60), para quem mais da metade dos serviços de aborto legal podem ser descritos como “quase clandestinos”, levando em conta o baixo número de atendimentos que prestam e a invisibilidade pública e interna de que padecem. Essa situação relatada na pesquisa, concluída há mais de uma década, está longe de ser superada, ao contrário, até hoje se mantém.

Estudo censitário⁶ realizado entre 2013 e 2015 em 68 serviços especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual e habilitados para a realização do aborto previsto na legislação, desenvolvido por Madeiro e Diniz (2016), demonstra que sete estados não dispõem de serviço ativo, e apenas 37 serviços realizam a interrupção da gravidez por estupro, 30 em casos de feto anencefálico, e 27 quando há risco de morte da mulher⁷. Do total de serviços que realizam a interrupção da gestação 15 atenderam “menos que 10 procedimentos nos últimos 10 anos, sendo 4 deles localizados em capitais e os únicos da região” (MADEIRO; DINIZ, 2016, p. 566).

Os obstáculos ao funcionamento do serviço de aborto legal, identificados por Madeiro e Diniz (2016), são os mesmos apontados por Talib e Citeli (2005), há uma década atrás: dificuldade para compor a equipe de profissionais – devido a motivação religiosa dos profissionais, temor de serem “conhecidos como “aborteiros” entre os pares” e o medo de serem incriminados; o despreparo técnico e a necessidade de capacitação, uma vez que, muitos profissionais desconhecem a legislação acerca dos direitos em saúde sexual e reprodutiva; as pesquisadoras também aponta, como fator limitante a “ausência de espaços

⁶ Os autores Madeiro e Diniz (2016), destacam que embora a avaliação periódica dos serviços de aborto legal do país esteja prevista na norma técnica do Ministério da Saúde - Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. 3ª ed. atual. e ampl. Brasília: MS; 2011; “Não existem dados consolidados sobre a qualificação e a composição das equipes, sobre o número de abortos realizados por todos esses serviços, e tampouco se ofertam acesso real e facilitado às mulheres” (MADEIRO e DINIZ, 2016, p. 565)

⁷ Segundo Madeiro e Diniz (2016), os serviços informaram que 5.075 mulheres buscaram serviços de aborto, deste total, 2.442 realizaram a interrupção da gravidez. Ao analisar o prontuário de 1.283 mulheres que realizaram o aborto legal, as autoras identificam que (62%) das mulheres tinham entre 15 a 29 anos e (38%) delas eram crianças e adolescentes – 5 das quais tinham menos de 10 anos; (43%) católicas, (71%) solteiras, (37%) com ensino médio e o estupro foi o motivo de (94%) das interrupções de gestações.

específicos para atendimento e a internação conjunta com puérperas e recém nascidos”. (MADEIRO; DINIZ, 2016, p. 567).

O terceiro momento a que me refiro trouxe ao centro das discussões o embrião, a partir de 2003, no embate sobre o caráter abortivo ou não da pílula do dia seguinte – Contracepção de Emergência –, que teve como ponto de referência a disputa em torno do efeito dessa medicação, se era anterior ou posterior à fecundação. Como argumentam Arilha e Citeli (2010), a intensa campanha visando impedir a política pública de distribuição da Contracepção de Emergência nos serviços públicos de saúde foi explicitamente liderada por padres, bispos e outros profissionais religiosos.

Na quarta disputa, em 2008, o então Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, contestou no Supremo Tribunal Federal, pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 3510 (ADI 3510), o artigo 5º da lei de Biossegurança, alegando que este “feria a garantia constitucional do direito à vida e faria ruir o princípio da dignidade humana, fundamento do Estado democrático de direito.” (LUNA, 2013, p. 77). Embora a pesquisa com células-tronco e a legalização do aborto sejam pautas distintas, elas se juntam “por incidirem sobre embriões e fetos humanos.” (LUNA, 2010, p. 91). Nessa controvérsia de 2008, segundo a autora, o grupo contrário à realização de pesquisas com células embrionárias defendia haver vida a partir do momento da fertilização, acrescentando que os avanços de pesquisas com células-tronco adultas já permitiam dispensar o uso de células embrionárias, que na visão deles implicava a morte de potenciais seres humanos.

Por seu lado, os defensores da utilização de células embrionárias em pesquisas adotaram uma posição relativista no que diz respeito ao início da vida e se apoiaram no argumento de que a pesquisa seria o destino mais nobre para embriões a serem descartados, pois beneficiaria pessoas doentes e contribuiria para o avanço científico. O resultado final da votação foi favorável à constitucionalidade da lei, pois apenas três dos onze juízes do Supremo Tribunal Federal aceitaram a tese de que a lei violava a garantia constitucional de direito à vida e atentava contra a dignidade humana (LUNA, 2013, p. 80).

O quinto momento destacado refere-se ao acirramento da controvérsia em 2010, que ocorreu durante a campanha presidencial no Brasil, na qual o debate sobre o aborto obteve grande destaque no cenário político brasileiro. Nesse aspecto, Machado (2012) destaca que iniciativas⁸ do governo Lula (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT),

⁸ “1) Instalação da Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005); 2) a realização da Audiência Pública sobre o Aborto, em 27 de junho de 2007 e 3) o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) [no qual o aborto figura como tema de saúde pública], em dezembro de 2009”. MACHADO, 2012, p. 28-29.

potencializaram a tensão existente entre governo e religiosos tradicionalistas e provocou intensa polêmica na esfera pública às vésperas das eleições. As disputas, nesse contexto, foram marcadas pela atuação de evangélicos nos meios de comunicação e um rompimento, mesmo que parcial, da “hegemonia católica no ditame de valores relacionados com a sexualidade e a reprodução” (ROSADO-NUNES, 2012, p. 3). A polêmica em torno do aborto, segundo Rosado-Nunes e Citeli (2010a), perpassou todo o período eleitoral, e segundo alguns analistas, o posicionamento favorável à legalização do aborto da candidata Dilma (PT) dificultou sua vitória em primeiro turno. As pressões exercidas pelos grupos conservadores levaram a candidata a recuar em pautas progressistas como a legalização do aborto, casamento civil igualitário e a criminalização da homofobia em sua campanha para o segundo turno das eleições presidenciais.

O sexto momento destacado diz respeito ao debate judicial da arguição de descumprimento de preceito constitucional (ADPF) 54 – apresentada em 17 de julho de 2004⁹, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde – CNTS, em conjunto com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero Anis, uma organização não governamental feminista. Esses grupos solicitavam uma declaração judicial assegurando que o procedimento médico de “antecipação terapêutica do parto” de gestações de fetos anencéfalos não consiste no crime de aborto, conforme consta no Código Penal. De acordo com a petição, a “antecipação terapêutica do parto”, em caso de inviabilidade de vida do feto, consiste em um ato médico voltado para redução do sofrimento da gestante e dos riscos e custos de uma gestação, que resultará em natimorto, o que fundamentava judicialmente o “pedido judicial no direito constitucional da gestante à saúde, à liberdade, e ao tratamento digno e humano.” (VENTURA, 2009, p. 183).

Para Ventura (2009), decisões judiciais favoráveis à interrupção da gravidez de fetos inviáveis, assim como o debate da ADPF pelo Supremo Tribunal Federal trouxe como vantagem a ampliação dos permissivos legais para a interrupção da gestação sem que fosse necessária a aprovação de uma lei federal específica. Entretanto, destaca que a necessidade de “tutela da medicina ou do conhecimento médico-científico para legitimar o direito da mulher ao aborto” demonstra a limitação do avanço do direito ao aborto como um direito da mulher “ou um direito de liberdade no sentido mais amplo” (VENTURA, 2009, p. 185).

⁹ Em 12 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a inconstitucionalidade da interpretação da interrupção da gravidez de feto anencéfalo como conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128 do Código Penal. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo661.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

As situações enumeradas são exemplos dos embates em torno do direito da mulher ao aborto. Embora, para os atores contrários à legalização do aborto, a controvérsia gire em torno da mesma questão – a “defesa do direito à vida desde a concepção” – percebe-se que, nos últimos 30 anos, a questão foi ganhando novos contornos e tem sido vinculada às discussões sobre novas tecnologias reprodutivas, tais como fertilização *in vitro* ou pesquisas com células-tronco embrionárias, e tem também atraído novos atores. No período em análise, aqueles que defendem a legalização do aborto (os pró-escolha) ampliaram seus aliados, o que propiciou avanços no acesso ao aborto legal, fruto da atuação em conjunto do movimento feminista e órgãos governamentais da área da saúde.¹⁰

1.1 Universo da pesquisa: um debate sobre o aborto no Senado Federal (SUG 15/2014)

A Sugestão Legislativa (SUG) é um mecanismo previsto na Constituição Federal de 1988¹¹, que permite aos membros da sociedade civil apresentar projetos de lei à Câmara dos Deputados, desde que não tratem de temas da iniciativa privativa do Presidente da República. As propostas enviadas devem tratar de apenas um assunto e contar com a assinatura de “no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles” (art. 61, § 2º, CF)¹². Em 2001, a Câmara Federal, por meio da Resolução nº 21, de 2001, criou a Comissão de Legislação Participativa, cuja principal atribuição é receber as propostas de projetos de lei ordinária ou complementar e emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentadas por entidades civis organizada ou individualmente¹³.

A Sugestão Legislativa 15/2014¹⁴ foi apresentada no portal e-Cidadania¹⁵, do Senado Federal, por André de Oliveira Kiepper¹⁶, analista de Gestão em Saúde Pública na

¹⁰ Implantação do primeiro serviço de aborto legal do país no Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya (Jabaquara) (1989), Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, editada pelo Ministério da Saúde (1998), resultado da demanda da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento editada pelo Ministério da Saúde (2005), Instalação da Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005) pela extinta Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

¹¹ Art. 14, inciso III e art. 61, § 2º.

¹² Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/participe/sua-proposta-pode- virar-lei>>.

¹³ Individualmente, os cidadãos podem apresentar ideias que são organizadas e disponibilizadas no “Banco de ideias” para consulta dos parlamentares e entidades da sociedade civil. Disponível em: < www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/banideias.htm>.

¹⁴ Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3514212&disposition=inline>> Acesso

Fundação Oswaldo Cruz, depois de receber cerca de 20 mil manifestações individuais nos três últimos meses de 2014. Foi protocolada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O autor justifica a proposição dizendo que a atual legislação não coíbe a prática e “vitimiza a mulher, tornando-a refém de clínicas de aborto clandestinas. Não obstante, estimativas do Ministério da Saúde apontam a ocorrência de 1,25 milhões de aborto, ao ano no Brasil.”. E propõe: 1) o entendimento de que a interrupção voluntária da gravidez é um ato médico, que deve ser realizado exclusivamente por profissionais da Medicina; 2) a obrigatoriedade da realização desse procedimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), evitando o estabelecimento de vínculos comerciais; 3) facultar aos profissionais da saúde a alegação de objeção de consciência para deixar de prestar esse tipo de atendimento; 4) encarregar o SUS de regulamentar as condições adequadas para a realização do procedimento; 5) consignar que a interrupção da gestação realizada fora das regras estabelecidas pela SUG permaneça ilegal; e finaliza dizendo que “em vista da evidência científica disponível, [as interrupções das gestações] serão orientadas para a redução de risco à saúde da mulher. Somente o aborto realizado nos termos desta lei será descriminalizado no Brasil, permanecendo ilegais quaisquer práticas com caráter e valor comercial.” (CONGRESSO FEDERAL. Senado, p. 2, 2014) ¹⁷.

Depois de apresentada e devidamente protocolada, a SUG 15/2014 foi enviada para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Senador Paulo Paim (PT/RS), que designou como relatora sua colega de partido, a Senadora Marta Suplicy, então filiada ao PT¹⁸.

Para surpresa dos ativistas pró-escolha, poucos dias após ser designada para a relatoria, a Senadora - cuja trajetória política¹⁹ é marcada pela proposição e defesa de mudanças legais para a legalização do aborto e promoção do acesso ao aborto nos casos previstos por lei²⁰; devolveu o texto, negando-se a fazer a relatoria.. O segundo relator,

em: 05 out. 2015.

¹⁵ <<https://www12.senado.leg.br/ecidania/>>

¹⁶ André de Oliveira Kiepper também foi o autor da Sugestão Legislativa 08/2014, que regula o uso recreativo e industrial da maconha. Fonte: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116101>>

¹⁷ Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=166293&tp=1>>.

¹⁸ Dias depois, a Senadora filiou-se ao PMDB. Em agosto de 2016, foi lançada candidata a prefeita de S. Paulo por esse mesmo partido.

¹⁹ Deputada Federal (1995-1999), prefeita de São Paulo (2001-2004), Ministra do Turismo (2007-2008), Ministra da Cultura (2012-2014), Senadora (2011 – atualmente), e primeira vice-presidente do Senado Federal (2011-2012)

²⁰ Outras pautas defendidas pela Senadora são a descriminalização do adultério, defesa da união civil de pessoas do mesmo sexo, além de projetos de leis visando maior participação feminina na política. Antes de ingressar na vida política a atuação profissional de Marta Suplicy – psicóloga comportamental e sexóloga, foi marcada por

indicado pelo presidente da (CDH), foi o Senador Magno Malta (PR/ES), integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida, cujo posicionamento público é contrário ao direito de escolha e notório apoiador do projeto de lei 478/2007, conhecido como o estatuto do nascituro, que, entre outras disposições, torna o aborto crime hediondo²¹.

Considerando esse histórico, a indicação do Senador Magno Malta levantou dúvidas a respeito dos critérios adotados pelo presidente da CDH para indicação da relatoria, logo esclarecidas pelo presidente da CDH. Segundo consta na transcrição da ata da 9ª reunião (extraordinária) daquela Comissão, o Senador Paulo Paim explicou que a atribuição de relatoria obedece ao critério de manifestação de interesse por parte dos senadores, de modo que, após a devolução da Senadora Marta Suplicy, que havia sido a primeira a solicitar, esta passou ao segundo Senador, que manifestou interesse pela relatoria da SUG 15/2014, neste caso, o Senador Magno Malta. Segundo Paulo Paim, “o meu critério aqui não é ideológico, não é de quem tem posição a favor ou contra essa questão. Todos são Senadores iguais. E peço, inclusive, a todos que, quando tiverem um projeto que quiserem relatar, encaminhem o pedido aqui à assessoria, e eu darei preferência para aqueles que se apresentarem pedindo para relatar o projeto.” (CONGRESSO FEDERAL. Senado, 2015a). O mesmo esclarecimento foi dado pelo Senado na abertura das três primeiras audiências públicas realizadas.

Enquanto isso, o Senador Magno Malta justificou que, diferentemente da Senadora Marta Suplicy, que tenderia a aprovar a sugestão devido à sua posição favorável, não daria o seu parecer sobre o prosseguimento da SUG sem antes ouvir diferentes setores da sociedade.

Não é o fato de eu ter uma posição definida contra o aborto de que simplesmente eu vou relatar um projeto e vou arquivá-lo sem ouvir as pessoas, sem ouvir a sociedade porque quem sabe muita gente será convencida do contrário as pessoas que pensam igual a mim serão convencidas e pessoas que não pensam igual a mim quem sabe neste debate serão convencidas a ficarem conosco penso a importância do debate minha posição é clara eu sou contra o aborto. (Citação literal da Transcrição conforma Ata CONGRESSO FEDERAL, Senado, 2015a)

seu pioneirismo ao falar sobre sexo na televisão aberta no programa matutino Tv Mulher, exibido na maior emissora do país. No quadro “Comportamento Sexual” (1980-1986), Marta Suplicy “abordava temas referentes a questões socioculturais que envolviam a construção do gênero feminino (...) defendia abertamente a emancipação e os direitos legais da mulher, o aborto, os movimentos feministas e os homossexuais” (BUENO, 2014, p. 15).

²¹Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/101812-PROJETO-TORNA-ABORTO-CRIME-HEDIONDO.html>>.

Assim, o senador Magno Malta solicitou a realização de cinco audiências públicas²², das quais deveriam participar os assim chamados convidados representantes de ONGs que defendem o direito das mulheres, entidades religiosas, representantes da classe médica brasileira, representantes da área de Psicologia, entre tantos outros; a participação desses grupos e indivíduos, segundo o relator, é uma forma de garantir um debate não sectário e de que não emitiria o relatório sem ouvir todos os setores da sociedade envolvidos no debate a respeito da legalização do aborto.

O trabalho de levantamento de setores da sociedade que deveriam ser ouvidos, segundo consta na ata da 9ª reunião (extraordinária) da CDH, ficou a cargo dos senadores Magno Malta e João Capiberibe (PSB-AP). No Anexo A, consta a listagem dos 42 convidados, titulação e/ou vínculo institucional atribuído no anúncio da participação de cada um na audiência.

Vale lembrar que a apresentação dos convidados tem caráter apenas consultivo e que os dados e as informações apresentados têm como finalidade fomentar o diálogo sobre o tema e subsidiar o parecer do relator e a votação deste pelo Plenário da Comissão.²³ Entretanto, a capacidade de convocação do Senado Federal permitiu reunir os principais atores da disputa pública sobre o aborto. Consideramos, assim, que o conteúdo das apresentações dos 42 convidados, transcritas e disponibilizadas no sítio do Senado Federal, fornece um raro material que pode contribuir para a elucidação dos principais elementos e das instituições que sustentam a discussão atual sobre o aborto.

²² A primeira audiência foi realizada em 05 de maio de 2015; a segunda audiência, em 15 de julho de 2015; a terceira audiência, em 06 de agosto de 2015; a quarta audiência em 29 de setembro de 2015; a quinta audiência, em 28 de abril de 2016.

²³ Para maior detalhamento da tramitação após aprovação da Sugestão Legislativa pela Comissão Permanente de Legislação Participativa, ver: BRASIL. Congresso Câmara dos Deputados Comissão Permanente de Legislação Participativa. Cartilha de orientação para o exercício do direito de participação junto ao Poder Legislativo. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, p. 1-54. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/documentos/cartilha-da-clp-7a-edicao/view>>.

2 OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Objetivos

O principal objetivo da presente pesquisa é detectar o recurso a argumentos científicos por convidados das Audiências Públicas para legitimar declarações em defesa de suas posições, contrárias ou favoráveis, às mudanças legais pela ampliação do acesso ao aborto.

Busca-se analisar o uso do argumento científico como recurso central de atores (anti ou pró-escolha) para validar suas posições sobre o aborto. A partir desta pesquisa, pretende-se contribuir para o melhor entendimento de oportunidades e de desafios dos recursos mobilizados na disputa para definir o aborto, o feto e as mulheres que recorrem a essa prática.

Os estudiosos dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) têm analisado conflitos na ciência e em seu entorno como forma de compreender o processo de formulação de políticas científicas, assim como de aprender os diferentes papéis dos cientistas e não cientistas na elaboração de políticas, e identificar as formas de participação democrática nos processos de tomada de decisões (Martin e Richards, 1995).

Nesse aspecto, destacamos que, no presente trabalho, analisamos as controvérsias em torno da legalização do aborto, no âmbito das audiências públicas, a partir da perspectiva adotada por Nelkin (1992, p. 14), que considera as controvérsias acerca do desenvolvimento científico e tecnológico como um processo essencialmente político, pois, embora o debate envolva “questões técnicas”, trata-se de escolhas políticas entre valores sociais opostos.

Além das características destacadas anteriormente, o estudo de Martin e Richards (1995) também ratifica a adoção da abordagem proposta por Nelkin na presente dissertação. Os autores Martin e Richards (1995) identificam e analisam quatro formas distintas na abordagem de controvérsias.

Na primeira, que eles chamam de positivista, a análise da controvérsia parte da adoção de uma visão ortodoxa da ciência. Baseada na separação entre ciência e sociedade, os seguidores desta corrente supõem que fatores sociais não exercem influência na produção de verdades científicas. Para Martin e Richards, o analista atua como defensor de fatos científicos e faz uso da análise de fatores sociais, psicológicos e políticos apenas para explicar crenças e comportamentos daqueles que se opõem à visão dominante.

Na segunda perspectiva, Martin e Richards incluem os trabalhos desenvolvidos por Nelkin (1971, 1975, 1979) e Greenberg (1967), dentre outros, que denomina “The Group Politics Approach”. Nesta perspectiva, ao contrário da visão positivista, o foco são controvérsias sociais perpassadas por questões científicas, enquanto o conhecimento científico é visto como uma ferramenta a ser empregada pelos grupos envolvidos na disputa. Essa vertente permite a partir do emprego de estruturas teóricas como, por exemplo, a mobilização de recursos, identificar o modo como os grupos colocam em ação e utilizam diferentes “recursos”, tais como: autoridade científica, dinheiro, poder político, apoiadores, status e sistema de crenças. Segundo os autores, esse tipo de abordagem, usado por Nelkin, é mais adequado ao estudo de controvérsias nas quais os grupos antagônicos determinam a dinâmica da disputa em controvérsias de longa duração, ainda ativas, em torno de políticas públicas.

As outras duas formas de análise, reconhecidas por Martin e Richards, são “a sociologia do conhecimento científico (*Sociology of Scientific Knowledge* ou SSK, na versão inglesa) também chamado de enfoque construtivista” e o enfoque “social estrutural (*social structural approach*)”. A terceira se aplica à análise social das reivindicações do conhecimento científico e às dinâmicas sociais mais amplas. Guiado pelo princípio de simetria, o analista deve examinar, utilizando as mesmas ferramentas conceituais de modo simétrico e imparcial, ambos os lados da disputa. Os trabalhos desenvolvidos dentro dessa abordagem, segundo Martin e Richards, são quase exclusivamente voltados para ações no nível micro da produção de conhecimento científico e interação entre grupos e atores dentro da comunidade científica. Dessa maneira, esse enfoque evita ter que lidar com o papel do profissional e a influencia do poder social e de estruturas mais amplas, o que tende a ser visto como uma limitação da abordagem.

A quarta e última abordagem tratada por Martin e Richards (1995), a *social estrutural*, utiliza-se de conceitos de estrutura social, tais como: classe, Estado e patriarcado, para analisar a sociedade e obter *insights* sobre questões controversas. Para Martin, um dos perigos desta abordagem, é que as estruturas adotadas assumem uma solidez que elimina a perspectiva de luta e mudança. Além disso, muitas das categorias utilizadas impossibilitam a percepção da dinâmica das disputas em nível local.

Como se observará mais adiante, no material recolhido na presente pesquisa, encontram-se as características mencionadas por Martin e Richards na segunda perspectiva descrita, a adotada por Nelkin. Trata-se de disputa duradoura – há mais de 40 anos no Brasil – ainda em curso, que incide diretamente sobre políticas públicas de saúde.

Considerando o lugar proeminente que as religiões e as ciências e tecnologias ocupam no discurso de reconhecidos especialistas que atuam na polêmica sobre o aborto, pretende-se adotar procedimentos metodológicos que permitam identificar os vínculos acadêmicos e científicos e/ou religiosos dos convidados em questão. Além disso, busca-se explorar possíveis implicações da prática científica e religiosa nas definições apresentadas e nos recursos empregados pelos atores envolvidos. Por fim, pretende-se examinar e comparar as consequências das diferentes ênfases que cada lado da disputa desenvolve para descrever as categorias aborto, feto e mulher e para legitimar suas descrições. O alcance de cada um dos objetivos específicos contribuirá para atingir o propósito central desta dissertação.

2.2 Procedimentos metodológicos

A experiência de sistematização dos dados consiste em uma etapa que antecede a análise das maneiras como os convidados anti e pró-escolha, em suas apresentações, constroem simultaneamente o aborto, o feto e as mulheres, assim como o recurso que fazem do argumento científico em suas declarações.

As cinco audiências resultaram no total de 42 apresentações. No presente trabalho, foram codificadas²⁴ e analisadas as declarações contidas nas apresentações²⁵ de catorze convidados que compareceram a primeira e a segunda audiência promovidas no Senado²⁶. A leitura de todas as apresentações e a sistematização e codificação das declarações acerca das categorias aborto, feto e mulher nas 14 primeiras apresentações revelou a existência e permanência do mesmo padrão, em ambos os grupos anti e pró-escolha, em relação aos: enquadramentos, descrições, definições e recurso ao argumento científico. Diante de tais resultados e considerando o perfil qualitativo da abordagem, não se fez necessário à sistematização e codificação das declarações das categorias “aborto”, “feto” e “mulheres” nas outras 28 apresentações que viriam consolidar numericamente os padrões já identificados.

Para o processo de sistematização dos dados e codificação, adotamos a proposta de Strauss e Corbin (2008), da Teoria Fundamentada que propõe “o desenvolvimento de teorias a partir da pesquisa baseada em dados, em vez de dedução de hipóteses analisáveis a partir de teorias existentes” (CHARMAZ, 2009, p. 17).

²⁴ Segundo definição de Charmaz (2009) codificar consiste no exercício de “categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados.” E os códigos, por seu turno, revelam a forma como o pesquisador “seleciona, separa e classifica os dados para iniciar uma interpretação analítica sobre eles.” (CHARMAZ, 2009, p. 69)

²⁵ Uso o termo “apresentação” para o conjunto de enunciados contidos na exposição proferida por convidados perante o público das Audiências Públicas durante os quinze minutos a que tinham direito de se manifestar.

²⁶ A listagem de audiências e o perfil dos convidados é apresentada no Anexo B.

A teoria fundamentada fornece uma variedade de ferramentas analíticas²⁷ para o trabalho com dados brutos e condução de análises, podendo ser aplicada com outros propósitos, que não seja o desenvolvimento de teorias. De acordo com os objetivos apontados por Strauss e Corbin (2008), nesta pesquisa o recurso a estas ferramentas analíticas tem como finalidade:

afastar o pensamento do pesquisador do confinamento da literatura técnica e da experiência pessoal; evitar formas padronizadas de pensar fenômenos; focar no que está nos dados e não assumir nada como certo; permitir esclarecimento ou desmistificação das suposições feitas por aqueles que estão sendo estudados; ouvir o que as pessoas estão dizendo e fazendo. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p 93).

Pode-se dizer que a metodologia adotada consiste no exame minucioso do conteúdo da transcrição das 14 apresentações selecionadas, em busca de respostas para as seguintes perguntas – Quais problemas, questões e acontecimentos são abordados pelos convidados? As ações, as interações, os argumentos são as mesmas para os dois lados em disputa? Existe alinhamento entre as definições mais recorrentes nas declarações dos convidados anti e pró-escolha?

Das respostas as questões do parágrafo anterior, da seleção de seleção de palavras chaves e da realização de comparações em busca de padrões e variações. Foi possível identificar três categorias consideradas centrais, pela autora, na construção da argumentação dos convidados: “feto”, “mulheres” e “aborto”.

Seguindo a definição de Ferree et al. (2002a, p. 50), para “*utterance*” usamos o termo “declaração” para nos referir a uma fala, ou afirmação contida no discurso de cada convidado, que expressa uma ideia passível de codificação sobre o aborto ou outra categoria de interesse da pesquisa. Cada apresentação foi examinada, diversas vezes, em busca de declarações a respeito das três categorias. Pode-se dizer que cada apresentação foi “dissecada” em busca de declarações sobre as três categorias.

As declarações foram recortadas a partir das transcrições das apresentações de cada convidado e levadas para uma base de dados na qual foram incluídas as seguintes informações: nome do convidado, posição, categoria e texto da declaração. Em seguida as declarações de cada uma das três categorias – aborto, feto e mulher – foram submetidas a uma série de questionamentos como se estivéssemos “entrevistando” as declarações : como as mulheres são caracterizadas? Como são qualificadas e descritas? As ações, as interações, os

²⁷ As ferramentas analíticas, apresentadas por Strauss e Corbin (2008) consistem em procedimentos e técnicas que “auxiliam a realização de comparações e realização de perguntas usadas por analistas para facilitar o processo de codificação.” (STRAUSS e CORBIN, 2008, p. 91)

argumentos e a caracterização do feto, das mulheres, do aborto são as mesmas para os dois lados em disputa?

Nesse processo, foi possível descartar as declarações que não continham as informações necessárias para responder às questões listadas nos parágrafos anteriores, ou seja, não falavam diretamente sobre aborto, ou não descreviam características do feto ou das mulheres. Dessa maneira, trabalhamos com apenas duas unidades de análise: *as apresentações feitas pelos convidados* e *as declarações*.

Consideramos a apresentação de cada convidado como unidade de análise. No total, foram codificadas 14 apresentações, feitas por 14 convidados: seis antiescolha e oito pró-escolha.

A Tabela 2.1, abaixo, apresenta o total de 571 declarações, 298 anti e 273. A categoria aborto foi a mais destacada, citada 376 vezes, o que representa 66% do total de declarações. A categoria mulher esteve presente em 128 declarações, 22% do total; e a categoria feto apareceu em 67 declarações, representando 12% do total.

Tabela 2.1 – Distribuição do total de declarações por posição, segundo categoria (total por linha)

Posição/categoria	aborto		feto (zef)		Mulher		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Antiescolha	176	59%	63	21%	59	20%	298	100%
Pró-escolha	200	73%	4	1%	69	25%	273	100%
Total	376	66%	67	12%	128	22%	571	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

Na Tabela 2.2, observa-se que o percentual de declarações anti e pró-escolha se dividem quase igualmente, 52% anti e 48% pró-escolha. A maior discrepância se verifica na categoria “feto”, predominantemente referida (94%) pelos grupos antiescolha, como se discutirá mais adiante.

Tabela 2.2 – Distribuição do total de declarações por posição, segundo categoria (total por coluna)

Posição/categoria	aborto		feto (<i>zef</i>)		Mulher		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Antiescolha	176	47%	63	94%	59	46%	298	52%
Pró-escolha	200	53%	4	6%	69	54%	273	48%
Total	376	100%	67	100%	128	100%	571	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

Após a sistematização foi realizada a codificação das 571 declarações. Na codificação inicial, busca-se observar ações nos dados e a criação de códigos que definam aquilo que observamos. Os códigos surgem à medida em que realizamos um exame minucioso e definimos os significados contidos nos dados. Nesse processo, submetem-se as declarações a diferentes indagações de modo a identificar quais são as mais recorrentes e qual seria a maneira de identificá-las através de um código que traduza de maneira mais clara o significado de declarações similares. Outro modo de codificação é a atribuição de códigos *in vivo*. Tais códigos são marcadores que, devido à relevância para o entendimento da questão que se busca estudar, usam exatamente as mesmas expressões cunhadas pelos autores de determinadas declarações, mantendo literalmente os significados cunhados pelos sujeitos da pesquisa. (CHARMAZ, 2009, p. 78)

Embora a operacionalização da metodologia, seja descrita de modo linear, para melhor compreensão das operações realizadas, a microanálise como dizem Strauss e Corbin não é um processo “estruturado, estático ou rígido.”, mas sim “um processo de fluxo livre e criativo, no qual os analistas se movem rapidamente para frente e para trás, entre os tipos de codificação, usando técnicas e procedimentos analíticos livremente e em resposta à tarefa analítica que têm em mãos.”. (STRAUSS e CORBIN, 2008, p. 65)

O enquadramento (*framing*) foi o conceito que presidiu a codificação das ideias contidas nas 571 declarações. Refere-se a maneiras de organizar ideias que garantem coerência para um determinado conjunto de ideias, como assinalam Ferree *et al* (2002a, p. 105).

Ferree *et al* (2002b) afirma ser útil pensar na controversia sobre o aborto como uma disputa de enquadramentos, uma vez que, um enquadramento consiste em um organizador de ideia, uma moldura, que destingue o que está dentro e fora.

A frame spotlights certain events and their underlying causes and consequences, directing our attention away from others. By selecting themes from an apparently diverse array of symbols, images, and arguments and organizing them according to coherent principles, a frame influences how we perceive an issue and suggests what is at stake. Each frame also gives an advantage to certain ways of talking and thinking, while it places others “out of the picture.” (FERREE et. al. 2002b, p. 29)

Para Entman (1993) o enquadramento consiste na seleção de determinados aspectos da realidade e o destaque destes na comunicação. Em um texto, muitas vezes, uma única frase pode desempenhar as quatro funções de um quadro 1) definir um problema – determinando o agente causal e mensurando os custos e benefícios, com base nos valores culturais comuns; 2) diagnostica as forças geradoras do problema; 3) realiza julgamentos morais, avaliando os agentes causais e seus efeitos e, 4) oferece soluções para problema. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Orientar a codificação das declarações e dos recursos empregados pelos convidados, nos permite identificar quais são os principais símbolos, imagens e argumentos utilizados pelos convidados anti e pró escolha, e modo como, cada lado da disputa constrói e defende seu posicionamento, assim como vantagens e desvantagens dos enquadramentos adotados.

3 VÍNCULOS E ATUAÇÕES: O PAPEL DA ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA NO ESTABELECIMENTO DE AUTORIDADE E LEGITIMIDADE

Neste capítulo, o principal objetivo é mapear o perfil dos integrantes dos grupos anti e pró-escolha convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Câmara Federal, para se manifestarem a respeito da Sugestão Legislativa 15/2014. Buscamos identificar os vínculos que os convidados mantêm com diferentes instituições e entre si. Tal procedimento permite identificar quem são os representantes das áreas científica, religiosa, política e jurídica envolvidos no debate de propostas de mudanças legais e a correspondência entre pertencimento institucional religioso e adesão ao posicionamento oficial da instituição pelos convidados.

Foram traçados os perfis de catorze convidados, sete antiescolha e sete pró-escolha. Além de considerar os vínculos e créditos mencionados pelos convidados ao se apresentarem, buscamos informações complementares no Currículo Lattes (no caso de acadêmicos) e no mecanismo de busca Google. Os resultados constam no Anexo B no final do texto.

Chamamos de “antiescolha” os grupos, entre os quais os autodenominados “pró-vida”, que militam contra o direito de acesso das mulheres a serviços de atendimento ao aborto. De forma simétrica, usamos o termo “pró-escolha” para aqueles que defendem acesso ao aborto seguro.

Nos últimos vinte anos, ambos os grupos são compostos de indivíduos e representantes de organizações não governamentais (ONGs), conselhos, associações e ordens de categorias profissionais como médicos (Conselhos Federal e Regionais de Medicina – CFM e CRM e Associações Médicas); advogados (seções estaduais e comissões permanentes da OAB); representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, servidores públicos em diversas áreas (Saúde, Educação, Serviço Social, Psicologia etc.), diferentes segmentos religiosos, sobretudo católicos, evangélicos e kardecistas.

De um lado, a principal liderança cabe aos ativistas dos movimentos feministas e de mulheres, que advogam o amplo acesso a contraceptivos, à legalização e ampliação dos permissivos legais e a descriminalização do aborto. Do lado antiescolha, a liderança é da Igreja Católica (IC) que, recentemente, se faz representar por juristas, cientistas e profissionais de saúde vinculados a setores conservadores cristãos e kardecistas.

Recentemente, grupos evangélicos reforçam o tradicional posicionamento contrário ao aborto mantido tradicionalmente pela Igreja Católica como relatam estudiosas do tema (ROCHA, 2006; ALDANA 2008; BARSTED, 1992). Entretanto, o vigor acrescentado

pelos protestantes à luta antiaborto não abalou o tradicional protagonismo que representantes da IC continuam a exercer sobre os atores antiescolha, inclusive do ponto de vista argumentativo, que toma o momento da fecundação como marcador do início da vida. Não se pode esquecer que ao se apresentar como instituição religiosa, ator político e até como Estado – o Vaticano tem assento e direito a voz em reuniões de agências multilaterais, a ONU, por exemplo – a Igreja Católica reúne capital simbólico, político, financeiro e cultural de grande impacto sociopolítico, como registra Ferree et al (2002a) em um dos mais completos estudos sobre a evolução da luta pelo aborto nos Estados Unidos e na Alemanha.

Apesar da perda ininterrupta de fiéis – o percentual de brasileiros que se declaram católicos caiu de 89% (1980) para 65% (2010)²⁸, e para 57% em 2013, segundo o Datafolha²⁹ – a Igreja Católica continua liderando com bastante folga o grupo de interesses que representa, no Brasil, a defesa de valores e condutas conservadoras no que se refere à família, à moral sexual e à saúde reprodutiva.

O quadro 3.1, a seguir, reproduz o modo como os convidados foram anunciados pelo mestre de cerimônia das audiências no Senado, a síntese dos vínculos acadêmicos e/ou políticos e, considerando o papel de destaque que as igrejas ocupam no debate sobre o aborto, os vínculos religiosos identificados na busca feita pela internet. A primeira coluna do quadro traz a posição dos convidados – anti e pró-escolha; a segunda, o nome dos convidados; a terceira, a forma como foram anunciados e a quarta, o vínculo institucional atribuído a cada um deles pelo presidente do Senado; já a quinta e sexta colunas trazem os resultados das buscas realizadas acerca da existência de atividades acadêmicas e vínculos religiosos dos convidados.

Quadro 3.1 – Síntese das características dos convidados das audiências

	Posição	Nome	Anúncio	Vínculo	Vida acadêmica	Vínculo religioso
1	Anti	Claudio Fonteles	Ex- PGR	Cargo ocupado no passado	Sim	Católico explícito
2	Anti	Eliane Oliveira	Pessoa que trata do tema	Ocupação/especialidade	Sim	Espírita explícito
3	Anti	Elizabeth Kipman Cerqueira	Médica GO	Ocupação/especialidade	Não	Católica explícita

²⁸ Segundo Mariano, 2013.

²⁹ Pesquisa DataFolha, de julho de 2013, mostra que 57% dos respondentes afirmaram ser católicos. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/22/religiao.pdf>>.

4	Anti	Hermes Rodrigues Nery	Prof. e Diretor da Associação Nacional pró-vida e pró Família	Grupo antiescolha	Não	Católico explícito
5	Anti	Isabela Mantovani	Especialista no Tema ³⁰	Ocupação/especialidade	Não	Católica explícito
6	Anti	Lenise Garcia	Prof ^a Inst.Biologia da UNB e Presidente do Mov. Brasil sem Aborto	Grupo antiescolha	Sim	Católica explícito
7	Anti	Luiz Bassuma	Autor do Estatuto do Nascituro	Autoria pretérita de projeto de lei	Não	Espírita explícito
8	Pró	Ana Maria Costa	Representante CEBES	Grupo de estudo	Sim	Não encontrado
9	Pró	Henrique Batista e Silva	Representante CFM	Órgão de classe/ CFM estrutura nacional	Não	Não encontrado
10	Pró	Ilka Teodoro	Conselho da Mulher OAB/DF	Órgão de classe/ OAB estrutura nacional	Não	Não encontrado
11	Pró	Maria do Socorro Souza	Presidente do CNS	Órgão do estado/ Estrutura estatal MS	Não	Não encontrado
12	Pró	Maria Esther de Albuquerque Vilela	Coordenadora Geral da Saúde da Mulher – Ministério da Saúde	Órgão do estado/ Estrutura estatal MS	Não	Não encontrado
13	Pró	Rosângela Aparecida Talib	Representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir	Grupo pró-escolha	Não	Católica explícita
14	Pró	Thomas Gollop	Grupo de Estudos do Aborto - GEA	Grupo de estudo/ GEA cumpre o papel de articulação dos agentes pró-aborto	Sim	Não encontrado

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

³⁰ Durante as audiências, alguns convidados foram anunciados ou referidos como especialistas e/ou especialistas do tema, pelo presidente do Senado Paulo Paim e demais senadores e deputados presentes. Entretanto, não foi possível estabelecer o critério adotado para tal tratamento. Nesse aspecto, destacamos que tal procedimento ocorreu com maior frequência nas duas primeiras audiências.

Chamados pelo mestre de cerimônia das audiências, cada convidado era anunciado pelo nome completo e identificado por um de seus vínculos de natureza profissional, acadêmica ou militante, como se verá a seguir. Thomaz Rafael Gollop e Ana Maria Costa foram apresentados como integrantes de grupos de estudo – Grupo de Estudos do Aborto (GEA) e Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (CEBES), respectivamente; Henrique Batista e Silva e Ilka Teodoro, vinculados a entidades de representação de classe profissional (CFM e OAB, respectivamente); Maria do Socorro Souza e Maria Esther de Albuquerque Vilela, pelo vínculo com áreas do Ministério da Saúde, e Rosângela Aparecida Talib, por seu ativismo em grupo católico pró-escolha.

Os sete integrantes do grupo antiescolha, por sua vez, foram anunciados da seguinte maneira: Cláudio Fonteles, cargo ocupado no passado (ex-procurador da justiça); Elizabeth Kipman, Isabela Mantovani e Lenise Garcia profissão exercida (médica, dentista, e professora respectivamente); Luiz Bassuma, autor de projeto de lei (Estatuto do Nascituro); e, por fim, Hermes Rodrigues Nery e Lenise Garcia pelo cargo de direção em grupo antiescolha.

Alguns convidados, como os médicos Thomaz Gollop³¹, Ana Maria Costa³² (pró) e o Procurador Geral da República Cláudio Fonteles³³ e a professora Lenise Garcia³⁴ (anti), apresentam expressiva quantidade de atividades exercidas e de cargos ocupados dentro e fora da academia. Sobre outros participantes das audiências, quase não se encontram informações

³¹ De 1975 a 2010, publicou 145 artigos completos em periódicos, dentre os quais 11 são sobre o aborto. Apresenta um total de 37 trabalhos indexados no *Web of Science*, com 196 citações. No mesmo período, participou de: 47 eventos com apresentação de trabalhos; 17 bancas de mestrado e 22 de doutorado; 513 eventos (congressos, exposições e feiras). Orientou 6 teses de Doutorado. Trabalhou em grandes hospitais privados e públicos, como Albert Einstein, Santa Casa de São Paulo e Pérola Byington, além de ter acompanhado a formação de inúmeras turmas em estágio de residência médica.

³² Trabalha no Ministério da Saúde desde 1978, onde ocupou o cargo de gestão na Divisão de Controle de Riscos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (1991 – 1994) e no Departamento de Articulação Intersetorial da Secretaria de Gestão Participativa (2003 – 2004). Prestou apoio técnico para as Secretarias Estaduais de Saúde para a implementação do Programa de Saúde Materno Infantil, de 1978 a 1983. Publicou 18 artigos completos em periódicos no período entre 2000 e 2015, tendo apresentado 18 trabalhos em eventos. Participou de duas bancas de mestrado e três de doutorado. Não constam experiências de orientação de mestrado e doutorado. Atualmente, coordena quatro projetos de pesquisas na área de saúde da mulher.

³³ Exerceu o mesmo cargo ora (2016) ocupado por Rodrigo Janot, Procurador Geral da República (2003-2005), admitido por concurso na Procuradoria Geral da República (1973), coordenou a área criminal e a (então) Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos, na qual se destacou na defesa da demarcação das terras indígenas. Recentemente, integrou a CNV – Comissão Nacional da Verdade (2012-2013), da qual foi coordenador durante seis meses. Oito artigos completos publicados em periódicos entre os anos de 1985 e 1996, das quais cinco em revistas indexadas. Onze apresentações de trabalhos entre 1974 e 2003. Não constam participações em bancas nem orientações de mestrado/doutorado.

³⁴ Docente da Universidade de Brasília (1985-atual) na graduação e pós-graduação. Coordenadora do curso de biologia da UNB (2011-atual); coordenadora do programa no instituto de Química (2011-atual); Coordenadora geral (2004-atual) e coordenadora pedagógica da Licenciatura em Biologia a Distância do Consórcio Setentrional (2008-2009). Atuante na área de Bioética, através da apresentação de trabalho em simpósios, seminários, congressos e ministrando cursos de curta duração, além de participar de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (STF), Câmara dos Deputados. O início da vida (2007); ADPF 54 O direito do anencéfalo (2008); O direito à vida desde a concepção (2008); PL 6.583, de 2013, Família: desafios e atualidades. (2015).

pelos mecanismos de busca na internet, o que torna difícil até confirmar a formação e atuação profissional. Nessa segunda categoria, enquadram-se Hermes Rodrigues Nery e Elizabeth Kipman (anti).

Três convidados de posição antiescolha, Hermes Rodrigues Nery, Elizabeth Kipman e Luiz Bassuma, parecem não desenvolver atividade acadêmica e, por isso, não dispõe de Currículo na Plataforma Lattes. Para estes, ferramentas de busca, como Google, foi o recurso para obter as informações a respeito da formação, vida profissional e pertencimento religioso. No caso de dois convidados, Elizabeth Kipman e Hermes Rodrigues Nery, os resultados nos encaminharam para sítios de grupos pró-vida³⁵ e de redes de TV³⁶ pertencentes à Igreja Católica. Para o terceiro convidado, Luiz Bassuma, a busca direcionou para o sítio da Assembleia Legislativa da Bahia, Câmara dos Deputados, além de sítios de notícias e pró-família.

Com exceção de três convidados – Hermes Rodrigues Nery, Lenise Garcia (anti) e Rosângela Talib (pró), que informam representar instituições ligadas à Igreja Católica –, nenhum dos demais informou funções, atribuições ou engajamento com movimentos que indiquem pertença religiosa. Ao contrário, eles apresentam vínculos e atuações de natureza profissional. Entretanto, a partir de uma busca simples realizada no Google pelo nome dos convidados, foi possível identificar o vínculo religioso e as funções desempenhadas dentro de instituições religiosas de outros cinco convidados: Elizabeth Kipman, Isabela Matovani, Cláudio Fonteles – católicos; Eliane Oliveira e Luiz Bassuma – kardecistas; todos antiescolha. A seguir, o Quadro 3.2 traz a síntese das evidências de vínculo religioso identificado:

Quadro 3.2 – Vínculos religiosos dos convidados

Posição	Convidado	Pertença religiosa	Evidência de vínculo religioso
Anti	Claudio Fonteles	Católica	Professor de Doutrina Social da Igreja no curso de Teologia da Arquidiocese de Brasília; É irmão franciscano leigo da fraternidade de S. Francisco de Assis (ordem terceira) e ministra a comunhão para fiéis católicos que não podem se locomover até a Igreja.
Anti	Eliane Oliveira	Kardecista	Docente e coordenadora da disciplina Medicina e Espiritualidade na Maternidade Escola da Universidade Federal do Ceará; Membro do Núcleo de Estudos Espírita-Cristã Chico Xavier, do Departamento de Morfologia Universidade Federal do Ceará.

³⁵ Promotores da vida – Igreja Católica Arquidiocese Brasília, Voto pela Vida, Milícia da Imaculada Brasil, Família, Fé e Política, entre outras páginas ligadas a Igreja Católica.

³⁶ Canção Nova e TV Evangelizar rede Católica.

Anti	Elizabeth Kipman	Católica	Membro da Comissão de Bioética da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.
Anti	Hermes Rodrigues Nery	Católica	Especialista em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010), curso promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Pontifícia Academia para a Vida (Vaticano) ³⁷ ; Coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida e do Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté; Secretário-Geral do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida “Brasil Sem Aborto”; Em fevereiro de 2008, foi o Coordenador-Geral do I Congresso Internacional em Defesa da Vida, que aconteceu no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, na abertura da Campanha da Fraternidade.
Anti	Isabela Mantovani	Católica	Especialista em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010) curso promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Pontifícia Academia para a Vida (Vaticano); Membro da Comissão de Bioética e Defesa da Vida Arquidiocese de Campinas.
Anti	Lenise Garcia	Católica	Presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto; Membro da Comissão de Bioética da CNBB.
Anti	Luiz Bassuma	Kardecista	Frequentador do Centro Espírita União Amor e Luz (Salvador – BA) há 30 anos; Fundador da Creche-Escola Allan Kardec (Salvador – BA).
Pró	Rosângela Aparecida Talib	Católica	Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Coordenadora da organização não governamental Católicas Pelo Direito de Decidir.

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

Entre os convidados de confissão religiosa católica, três são membros do Conselho de Bioética da Igreja Católica; dois possuem vínculo com movimentos que militam contrariamente à legalização do aborto e ligados à Arquidiocese ou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); um pertence a uma ordem religiosa e exerce excepcionalmente função religiosa; dois deles, colegas de turma, obtiveram o título de especialista em Bioética em curso promovido pela CNBB e Pontifícia Academia para a Vida (Vaticano). Um dos convidados Kardecistas, o ex-deputado, fundou uma instituição de ensino (creche-escola) ligado à instituição religiosa; já a médica, especialista em pediatria, após iniciar um grupo de

³⁷ Instituição fundada pelo Papa João Paulo II, em 11 de fevereiro de 1994, composta por “Seventy members named by the pope, who represent different branches of biomedical sciences and those which are closely linked with problems concerning the promotion and defense of life, belong to the academy.” Cujo objetivo é “the study, information and formation on the principal problems of biomedicine and of law, relative to the promotion and defense of life, above all in the direct relation that they have with Christian morality and the directives of the Church's Magisterium.”. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_academies/acdlife/documents/rc_pa_acdlife_pro_20051996_en.html>. Acesso em: 01 dez. 2016.

estudos espíritas junto ao Departamento de Morfologia, implantou a disciplina “Medicina e Espiritualidade” da qual é docente e coordenadora na faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

A formação e ou atuação em bioética, de quatro dos sete convidados antiescolha, em instituições e movimentos vinculados à Igreja Católica, reflete a tendência ao recurso a resultados de pesquisas científicas na área da Biologia, pela instituição no Brasil e no mundo afora. Vaggione (2012) cunhou o termo secularismo estratégico para se referir a esse deslocamento ocorrido no âmbito do ativismo católico conservador e também para apontar os limites das reflexões que atuam com a dicotomia entre religioso e secular para a compreensão das estratégias e formas de atuação de grupos conservadores. Ilustra seu ponto de vista, referindo-se à Encíclica *Evangelium Vitae* de 1995, na qual a então autoridade máxima da igreja, o Papa João Paulo II, atribuiu aos intelectuais católicos o encargo de “defender a vida” por meio de abordagens sérias e documentadas, capazes de obter o respeito e o interesse de todos, convocando as universidades, especialmente as católicas, e os comitês de bioética para essa tarefa.

Dentre os oito convidados que mantém algum tipo de vínculo religioso, apenas uma exibe posicionamento contrário ao apresentado pela instituição religiosa. Nesse aspecto, nossos achados corroboram resultados da pesquisa realizada por Luna (2013), que identificou que os parlamentares que se posicionaram de forma contrária à pesquisa com células-tronco embrionárias humanas (CTEH) “eram pessoas de forte engajamento religioso” o que, segundo a autora” sugere que a formação religiosa pode solidificar posições, mas isso ocorre em função do grau de adesão do sujeito ao conteúdo doutrinário”. (LUNA, 2013, p. 77).

A interação entre os convidados antiescolha e os laços destes com instituições religiosas e ou movimentos relacionados, também é evidenciada pelos meios de comunicação através dos quais ocorre a reprodução de apresentações e a divulgação da participação deles em eventos aos quais comparecem em “defesa da vida”. Os meios de comunicação abrangem dois canais de televisão: TV Evangelizar e a rede nacional Canção Nova. Juntamente com os canais, há também blogs, sítios de grupos e associações pró-vida ligados a grupos internacionais e liderados por pessoas com estreita relação com a Igreja Católica.

Entre os convidados pró-escolha, não foi possível estabelecer pertença religiosa e nem vínculos com instituições religiosas, com exceção da convidada Rosângela Aparecida Talib, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que explicita seu vínculo com uma ONG formada por mulheres católicas, feministas, que defendem o direito das mulheres a decidirem sobre o aborto. Nesse aspecto, Luna (2013) destaca que a atuação de agentes religiosos pode

ocorrer de duas formas: em uma, o agente atua como porta-voz das orientações da instituição de pertencimento, enquanto que, em outra, a partir de fundamentos religiosos, o agente religioso atua de modo contrário às orientações oficiais da instituição religiosa, o que pode gerar tensões.

Os vínculos dos atores pró-escolha são mantidos com instituições de ensino, grupos de pesquisa, órgãos do Ministério da Saúde e organizações não governamentais pró-escolha. Os laços desses atores entre si ficam evidentes pela participação em seminários promovidos por grupos de pesquisas e apresentações em consultas realizadas por órgãos de classe e órgãos do governo. Além disso, os dados de pesquisa produzidos por determinado grupo ou pesquisador são divulgados e reproduzidos pelos demais atores pró-escolha em suas apresentações, quando não, estes trabalham em conjunto. Um exemplo dos laços e interações entre tais atores é o Seminário Sequencial Sociedade e Aborto, realizado pelo Grupo de Estudos do Aborto GEA³⁸. Este grupo é apoiado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Ministério da Saúde, do qual participaram Débora Diniz, Ana Maria Costa, Lia Zanota Machado, Sônia Correa, Rosangela Aparecida Talib – todas essas convidadas para as audiências realizadas na CDH – e André Kieper, autor da SUG 15/2014.

Outro aspecto que destacamos é a já esperada valorização da *expertise* (acadêmica, religiosa, política ou militante) dos convidados, uma vez que foram convidados justamente por serem (de diferentes maneiras) conhecedores da questão do aborto. O que se pode observar no Quadro 3.3, apresentado a seguir, é a ênfase que os convidados colocam na sua formação e atuação científica e/ou médica, ou no status de representante de corporações médicas, ocultação de vínculos religiosos e a afirmação do caráter científico dos argumentos apresentados pelos convidados antiescolha, o que, segundo Luna (2013), expõe a limitação do discurso religioso como emissor de verdades em um Estado laico.

Quadro 3.3 – Vínculos e atuações enfatizadas pelos convidados anti e pró-escolha

Convidados antiescolha	Elementos enfatizados pelos convidados em sua auto apresentação
Cláudio Fonteles	Não se apresenta; mas, destaca relação de proximidade com profissionais da Medicina e do Direito da Unb – conceituada instituição de ensino e pesquisa.
Eliane Oliveira	Destacou sua atuação profissional durante 29 anos como médica neonatologista pediatra, na Maternidade Escola da Universidade Federal do Ceará. Identifica-se como porta-voz do feto “vou falar pelo bebê, porque até agora não foi lembrado”.

³⁸Disponível em: <<http://www.geasite.com/wp/grupo-de-estudos-sobre-o-aborto-promove-seminario-sequencial-sociedade-e-aborto/>>.

Elizabeth Kipman	Afirmou buscar contribuir para o debate a partir da sua experiência profissional, destacando que o aspecto mais importante da sua trajetória consiste na realização de “mais de sete mil partos”.
Hermes Rodrigues Nery	Não se apresenta, mas destaca atuação do grupo que representa.
Isabela Mantovani	Informou ser graduada em Odontologia, especialista em Saúde Coletiva, Estratégia de Saúde da Família e em Bioética; aluna de mestrado em Saúde Coletiva na Unicamp. Também destacou que atua há 12 anos no serviço de saúde pública.
Lenise Garcia	Ao se apresentar afirmou “Antes de começar, eu quero colocar que não fiz uma cópia do meu diploma, mas também sou formada pela USP e sou doutora pela Universidade Federal de São Paulo.” e evidenciou “E vamos falar aqui de ciência.”.
Luiz Bassuma	Destaca conquistas durante atuação parlamentar: Autoria do PL 478/2007, conhecido como “Estatuto do Nascituro” e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar o comércio clandestino de substâncias abortivas e prática ilegal de aborto no País.
Convidados pró-escolha	
Henrique Batista e Silva	Não se apresenta. Durante sua apresentação, faz afirmações na primeira pessoa do plural e reafirma falar em nome do Conselho Federal de Medicina.
Ilka Teodoro	Afirma falar na condição de representante da comissão da OAB.
Maria do Socorro Souza	Não se apresenta, mas apresenta o CNS, destacando a longevidade do Conselho, que existe há 70 anos, e sua representatividade; o CNS é composto por mais de 300 entidades e movimentos sociais, conta com a representação do SUS, gestores do SUS, nos três níveis Ministério da Saúde; secretários estaduais e municipais de saúde e prestadores de serviços ao SUS.
Maria Esther de A. Vilela	Apresenta-se como médica Ginecologista Obstetra há aproximadamente 30 anos.
Rosângela Aparecida Talib	Apresenta-se como psicóloga que atua na área da saúde.
Ana Maria Costa	Apresenta-se como médica e estudiosa da saúde da mulher. Doutora em saúde coletiva (2004), presidente da Associação Latino Americana de Medicina Social e de Saúde Coletiva, docente na Escola Superior de Ciências da Saúde, (ESCS) ministrando a disciplina de Saúde Coletiva. Foi a principal responsável pela elaboração e implantação do PAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos anos 1980.
Thomaz Gollop	Ao se apresentar na audiência, afirmou que “não por vaidade”, mas para dar uma ideia do contexto em que trabalha, era necessário referir sua atuação no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no Centro de Ensino e Pesquisa, há 44 anos; Faculdade de Medicina de Jundiaí, no setor de Ginecologia, e no Hospital (Público Estadual) Pérola Byington. Informou também que obteve os títulos de mestre (1977), doutor (1981) e livre docente (1983) na USP – Universidade de São Paulo.

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

A ocultação e/ou destaque de determinados vínculos institucionais e atuações profissionais podem ser compreendidas como exercício de delimitação dos atores e formas de conhecimentos legítimos neste espaço de tomada de decisão. Ao ressaltar determinados vínculos ou atividades passadas, os convidados se descrevem como detentores das

características demarcadas como desejáveis e reivindicam para si a autoridade sobre o tema. Nessas audiências, as figuras do médico, cientista e pesquisador são eleitas pelos convidados como autoridades sobre o tema. E a partir do momento que se identificam como tais passam, guardadas as proporções, a gozar do mesmo *status* e prestígio.

O *status* e o prestígio dos cientistas, nos espaços de tomada de decisão, advêm da percepção que vigora a respeito destes e da ciência. Nelkin (1995), ao analisar a forma como a ciência e os cientistas são retratados na mídia impressa, aponta que a ciência ainda é descrita como algo profundamente misterioso e incompreensível, “divorced from normal activity” (1995, p. 17) uma atividade de gênios; e convergindo com tal descrição, os cientistas são apresentados como magos, culturalmente superiores, distantes no topo da sociedade, acima das preocupações humanas mais comuns, cujo sucesso reflete uma combinação de inspiração e dedicação ao trabalho. E mesmo em relatos de fraude científica, os cientistas são vistos como imparciais e objetivos e a ciência considerada quase como independente das instituições políticas e econômicas – “as if science was ever pure” (NELKIN, 1995, p. 30).

Mesmo com essa imagem que separa a ciência e os cientistas da sociedade, os cientistas são frequentemente transformados em autoridades, mesmo em áreas distantes daquela em que atuam, pois, sendo vista como uma forma superior de conhecimento acredita-se que aqueles que lidam com a ciência possuam uma visão especial das mais variadas questões e uma capacidade superior para propor solução das mesmas (NELKIN, 1995).

The authority of scientific expertise rests on assumptions about scientific rationality. Interpretations and predictions made by scientists are judged to be rational because they are based on data gathered through rational procedures. Their interpretations therefore serve as a basis for planning and as a means for defending the legitimacy of policy decisions. (NELKIN, 1995, p. 16)

Jassanof (1999) destaca que, com a introdução de novos produtos ou substâncias, como drogas, pesticidas ou aditivos alimentares, a figura do cientista passa a ser necessária nos espaços de formulação de políticas e regulação. Assim, peritos científicos e técnicos tornaram-se um novo e poderoso ator na rede até então composta pelas autoridades do governo, da indústria e de grupos de interesse público.

Nesse aspecto, destacamos ainda que, segundo Gieryn (1983), cientistas, ao confrontarem o público ou os políticos, tendem a dotar a ciência de características que favorecem seus interesses profissionais. Para Gieryn, os cientistas, além de usarem repertórios culturais, “cultural repertoires” para autodescrições ideológicas, também recorrem à utilidade

da ciência para promover avanços tecnológicos, ganhar guerras, ou decidir de forma imparcial (GIERYN, 1983, p. 783).

Ao abordar questões políticas, econômicas e éticas que provocam o debate público, Nelkin (1992), enumera quatro conjunturas nas quais ocorrem controvérsias científicas e tecnológicas. A primeira diz respeito à distribuição desigual dos custos sobre populações locais em decorrência da implantação de tecnologias de grande escala, por exemplo, aeroportos, portos e estradas; a segunda situação compreende o medo de potenciais riscos à saúde e ao meio ambiente, em que os atores envolvidos divergem diante da dificuldade de calcular os riscos e ou ponderação de riscos conhecidos diante de potenciais benefícios, por exemplo, uso de gás fréon e ciclamato. A terceira fonte de controvérsia apontada se refere a situações nas quais ao legislar, o governo viola a liberdade de escolha do cidadão para assumir determinados riscos, por exemplo, vacinação obrigatória e retirada de determinado produto/insumo do mercado. O quarto e último contexto do qual emergem controvérsias públicas ocorre quando “science or technology is perceived to flaunt traditional values.” Para Nelkin (1992), as controvérsias originadas nesse contexto refletem a preocupação com os valores morais e religiosos da sociedade e evidenciam os esforços empreendidos em reafirmar valores da fé tradicional. Nesse cenário, podemos incluir as disputas em torno da regulamentação, legalização e ao direito e acesso ao aborto dado à diversidade dos aspectos médicos, jurídicos, éticos, morais, científicos e religiosos que perpassam a discussão, ao lado de controvérsias acerca de pesquisas biomédicas e educação científica.

A especialização técnica é um recurso político fundamental, segundo Nelkin (1992), independentemente da conjuntura e das múltiplas questões envolvidas em uma controvérsia. Para essa autora, Nelkin (1992, p. 16), o potencial de um ator para questionar dados e legitimar decisões resulta diretamente da demonstração de capacidade técnica e científica. Assim, a aptidão de fazer afirmações tidas como científicas torna-se recurso decisivo de poder e influência. Parafraseando a autora, podemos dizer que o material analisado “sugere o papel importante do ativista-cientista na formulação, legitimação e apoio às diversas preocupações envolvidas na controvérsia”.³⁹.

³⁹ No original, ela afirma: “The cases will suggest the important role of the activist-scientist in formulating, legitimizing, and supporting the diverse concerns involved in the controversies.” (NELKIN, 1992, p. 16).

4 O CONTRADITÓRIO ESTATUTO DAS MULHERES NAS DECLARAÇÕES DOS CONVIDADOS ANTI E PRÓ-ESCOLHA

O pronunciamento sobre o aborto ora examinado incide notadamente sobre três elementos, a mulher, o feto e o aborto, como já assinalamos ao tratar dos aspectos metodológicos desta pesquisa. Da mesma maneira, naquela parte da dissertação já relatamos que essas três categorias foram objeto de codificação, buscando identificar os enquadramentos – descrições e definições atribuídas – e os recursos mobilizados pelos convidados para legitimar suas declarações.

Neste capítulo, busca-se, inicialmente, descrever e analisar as 128 declarações contendo as características (enquadramentos) atribuídas às mulheres pelos convidados e os recursos empregados por eles para descrever as mulheres em geral, e as que recorrem ao aborto, em especial. Na segunda parte, nosso interesse se volta para as 67 declarações dedicadas à descrição do feto.

4.1 Mulheres na percepção dos antiescolha: vítimas, dependentes, assassinas, indecisas e ignorantes

Como se pode observar na Tabela 4.1, abaixo, 39% das declarações feitas pelos convidados antiescolha sobre as mulheres enquadram-se na perspectiva de tomá-las como vítimas da manipulação dos companheiros, dos amantes e da família, como declarou um convidado:

O homem, que é casado e que não quer que saibam que ele engravidou uma outra mulher e vai obrigar... Eu conheço mulheres que fugiram de casa para poder ter esse filho, e, muitas vezes, se não conseguiram isso, foram forçadas pelo homem a abortar. Muitas vezes, é o patrão que não aceita que aquela empregada tenha um filho (...), o próprio médico que, em situações, por exemplo, em que a criança tem uma anomalia, já quer induzir a que a mulher faça o aborto. (Lenise Garcia, antiescolha)

Procuramos fazer algumas pesquisas, e os estudos mostram que a mulher se submete ao abortamento porque ela se sente sem escolha. Na maioria das vezes, ela está vulnerável, desesperada, sem apoio e pressionada pelo parceiro; sem apoio da família, sem apoio da sociedade, que desqualifica o abortamento. (Eliane Oliveira, antiescolha)

À imagem de vítimas expostas à manipulação de homens (maridos, amantes, patrões e médicos), os convidados acrescentam outras debilidades femininas. Chegam a 25% as declarações que mostram as mulheres como limitadas, dependentes, indecisas, ignorantes.

Nas declarações transcritas a seguir, transparece também a intenção de refutar “o direito de escolha” em relação ao aborto, como defendido pelos grupos pró-escolha.

E, muitas vezes, ela é pressionada, é levada ao limite. Temos um exemplo também muito real. O caso do goleiro Bruno, que engravidou a moça e quis obrigá-la a abortar. Ela não abortou e acabou sendo ela morta por ele, exatamente porque ele não queria assumir esse filho. Então, a mulher é colocada muitas vezes em uma situação em que essa escolha não é real.

Então, é todo um submundo que está aqui. É muito simples dizer que é escolha da mulher, mas essa não é a realidade. Oitenta por cento das vezes é o homem – o que paga, o que leva e depois some. Ficar lá na hora, fazendo o aborto junto, isso ele não faz! (Lenise Garcia, antiescolha)

Paralelamente, 19% apresentam as mulheres como seres naturalmente predispostos à maternidade, movidas por instintos, ou seja, “naturalizadas”, como nas duas citações a seguir:

E a ciência também descobriu o seguinte: o único instinto que se aproxima, em sua força, do instinto da sobrevivência, é o da maternidade. Então, quando uma mulher faz um aborto, ela rompe com estruturas hormonais, com a preparação... Eu não sou doutor nisso; aqui está cheio de gente que é doutora nisso e sabe muito da biologia humana, de como o corpo da mulher se modifica estrutural e psicologicamente para receber uma vida nova. E aquilo é rompido, como se fosse uma coisinha qualquer. “Fui trocar de roupa e matei uma criança”. Isso desequilibra totalmente a mulher. (Luiz Bassuma, antiescolha)

Hoje, nós temos a psiconeuroendocrinologia. Nós somos regidos pelas emoções, mas mulher é muito mais emocional, pela própria natureza hormonal, pela própria natureza endócrina, vítima da TPM, que é uma situação muitas vezes difícil para algumas mulheres. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Somado aos enquadramentos anteriores em 17% das declarações, atribui-se às mulheres a pecha de assassinas e irresponsáveis, como se vê a seguir:

Tem sido colocado como se a escolha fosse ser mãe ou não ser mãe. Ela pode escolher, ela tem de poder escolher se vai ser ou não mãe. Eu concordo plenamente que essa é uma escolha da mulher antes de ficar grávida: ela pode escolher entre ser mãe e não ser mãe, porque, depois que fica grávida, ela escolhe entre ter um filho vivo e ter um filho morto. É essa a escolha que, de fato, o aborto coloca para as mulheres. (Eliane Oliveira, antiescolha)

É a mulher que carrega as consequências, porque ela sabe que matou um filho! E, por isso, o aborto influi muito na saúde mental. (Lenise Garcia, antiescolha)

Tabela 4.1 – Distribuição das declarações dos convidados antiescolha sobre mulheres, por enquadramento

Enquadramento /posição	Anti	
	(N)	(%)
Vítimas (de alguém ou do aborto praticado)	23	39%
Limitadas, dependentes, indecisas, ignorantes	15	25%
Assassinas, irresponsáveis	10	17%
Naturalizadas, estereotipadas	11	19%
Total	59	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

4.2 Injustiça social, diversidade e protagonismo feminino na percepção dos convidados pró-escolha

Apenas dois códigos foram suficientes para enquadrar as declarações dos convidados pró-escolha. Ao falarem das mulheres no contexto da discussão sobre o aborto, acentuam a injustiça social a que estão expostas e a capacidade de decisão das mulheres.

Na Tabela 4.2, observa-se que 77% das declarações dos convidados pró-escolha buscam evidenciar a situação de injustiça social decorrente da ilegalidade do aborto a que as mulheres ficam expostas.

Essa condição da ilegalidade do aborto remete a uma condição de cidadania secundária às mulheres brasileiras, e isso é inadmissível porque, como disse antes a Socorro, grande parte da riqueza deste País, grande parte da cultura, da beleza, da densidade, como nação, deste País, está nas mãos das mulheres. E essa condição da cidadania secundária, mutilada, é insuportável. E esse lugar de nós todas, mulheres, médicas, não médicas e militantes, por causas que engrandecem e avançam o País, precisa ser repensado. (Ana Costa, pró-escolha)

Isso indica que, em torno de 15% das mulheres em idade reprodutiva, cinco milhões de brasileiras já realizaram o procedimento. Também é um número significativo de mulheres que já praticaram o aborto. Entre as que já realizaram algum aborto, mais de 40% têm apenas o ensino fundamental. Então, as classes menos assistidas neste País são as mais vulneráveis na questão de um aborto inseguro. (Henrique, pró-escolha)

E, como as minhas colegas já disseram, a consequência disso quem paga é a população menos privilegiada do nosso País. Os dados têm mostrado que são as mulheres negras e pobres as que têm sofrido as consequências da criminalização do aborto, porque as mulheres que têm dinheiro vão para fora do País fazer a interrupção em um país onde é legalizado ou mesmo em clínicas onde elas podem pagar o preço estipulado, e não colocam em risco, em nenhum momento, a sua vida sexual, a sua vida reprodutiva e nem a sua vida mesmo, como ocorreu com duas das nossas companheiras, no final do ano passado, que acabaram pagando com a vida por um abortamento seguro no Rio de Janeiro – em quinze dias, a gente perdeu duas mulheres. (Rosângela Talib, pró-escolha)

Em sintonia com a denúncia da injustiça social que torna mulheres de determinados segmentos sociais mais vulneráveis, 23% dos convidados pró-escolha buscaram desnaturalizar o perfil das mulheres, mostrando a extensa gama de diferenças existentes, como se observa na declaração a seguir:

As mulheres engravidam sem querer, nós engravidamos sem querer, médicas, advogadas, estudantes, velhas, novas, religiosas, não religiosas, evangélicas, cristãs, o que seja, ateias, todas nós engravidamos sem querer. O fato de engravidar sem querer não pode ser determinante no prosseguimento de uma gravidez indesejada. (Ana Costa, pró-escolha)

Portanto, tomar uma decisão em situações extremas tem que ser respeitado pela sociedade. O Estado brasileiro tem que cumprir com o que a sociedade decidir, mas decidir ouvindo exatamente a quem interessa essa definição, que são as mulheres. (Maria S. Souza, pró-escolha)

Agora, independentemente disso, os dados possíveis que apareceram aqui hoje nos permitem afirmar que o tratamento dado hoje ao aborto no Brasil desigualdade claramente a mulher, criminaliza culpabilizando duplamente, triplamente a mulher, relegando-a a condição de sub-cidadania, gerando encargos e sobrecargas para o sistema de saúde pública. E mais do que qualquer elemento, escancara claramente os corpos que a sociedade resolve deixar morrer. (Ilka, pró-escolha)

As mulheres [...] não abortam porque o amante, o patrão, o namorado... Elas não são mandadas pelos homens. Elas têm exatamente a mesma capacidade intelectual que os homens. E ter filhos é um projeto de vida para as pessoas que dura décadas, se bem executado. (Thomaz Gollop, antiescolha)

Tabela 4.2 – Distribuição das declarações dos convidados pró-escolha sobre mulheres, por enquadramento

Enquadramento /posição	Pró	
	(N)	%
Expostas à injustiça social	53	77%
Afirma diversidade entre as mulheres e atribui protagonismo	16	23%
Total	69	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

4.3 As fontes de legitimidade: recursos empregados nas declarações anti e pró-escolha

Os convidados de ambos os grupos empregam diferentes recursos para legitimar o que dizem ou contestar os adversários.

Na tabela 4.3, verifica-se que 41% das declarações dos antiescolha sobre mulheres recorrem à C&T e a informações técnicas, enquanto que, no caso dos pró-escolha, esse percentual cai para apenas 26%. Seleccionamos declarações, apresentadas abaixo, que recorrem à C&T e a dados técnicos:

E é a mulher que carrega as consequências, porque ela sabe que matou um filho! E, por isso, o aborto influi muito na saúde mental. Eu trago aqui um artigo publicado no *British Journal of Psychiatry*, em 2011, feito a partir da revisão de 21 projetos de pesquisa. (Lenise Garcia, antiescolha)

Sabemos que o homem é emocionalmente bem-dotado. Hoje, nós temos a psiconeuroendocrinoimunologia. Nós somos regidos pelas emoções, mas a mulher é muito mais emocional, pela própria natureza hormonal, pela própria natureza endócrina, vítima da TPM, que é uma situação muitas vezes difícil para algumas mulheres, e, em relação à pseudociência, a gravidez falsa, há relatos na literatura de mulheres que chegam a entrar em trabalho de parto com uma gravidez falsa. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Dados da Pesquisa Nacional do Aborto, feita pela Universidade de Brasília, mostra algo muito importante em suas conclusões: em áreas urbanas, uma em cada cinco mulheres entre 18 e 40 anos de idade, na faixa fértil de reprodução da mulher, realiza um aborto. Isso é um fato importante que se evidencia nessa pesquisa. Isso indica que, em torno de 15% das mulheres em idade reprodutiva, cinco milhões de brasileiras, já realizaram o procedimento. (Henrique Batista, pró-escolha)

Denominamos “recurso à ciência e às tecnologias” as referências aos cientistas, aos textos acadêmicos e às disciplinas científicas de três grandes áreas – Ciências Biológicas, Ciência de Saúde e Ciências Humanas.

Designamos “informações técnicas” o recurso a resultados de pesquisas de opinião pública, pesquisas não acadêmicas, relatórios de agências financiadoras, informações governamentais relativas; exemplos desse recurso são referência a gastos e internações do Sistema Único de Saúde (SUS), comparações entre diferentes países, cálculos, estimativas, porcentagens e números fornecidos pelo Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde (OMS) e do departamento de informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Que, assim como o recurso à Ciência e Tecnologia, são utilizados para legitimar declarações.

Para legitimar suas declarações sobre as categorias “aborto” e “feto” ao recorrer a C&T e informações técnicas, os convidados utilizam as mesmas fontes que enumeramos a fim de designar o que consideramos como recurso à C&T e às informações técnicas ao abordar a categoria “mulher”.

É interessante observar que 22% dos anti e 19% dos pró-escolha usam como recurso afirmar que lutam em favor das mulheres.

Esse é o ponto sobre o qual as mulheres têm de refletir, meu Deus do céu! São mulheres jovens, mulheres mais maduras, mulheres envelhecidas. A luta é pelas mulheres! É difícil entender! Não sei como não enxergam isso, como não veem isso! Não sei, sinceramente. Mas, enquanto eu viver, eu vou falar. (Claudio Fonteles, antiescolha)

Então, fica um argumento muito forte de que seria um mal necessário para a mulher ser igual ao homem, para termos uma sociedade mais feminina. Digo para as mulheres que novamente estamos sendo usadas, porque quem vai ser prejudicada somos nós como mulheres. (Elisabeth Kipman, antiescolha)

Nós queremos apoio à mãe em crise. Nós queremos acolhimento da sociedade para essas mulheres em crise de aborto. Nós queremos políticas públicas para a gestante e, para a criança, educação, políticas de prevenção à gravidez indesejada, qualidade

de vida para a mãe e seu filho, e não a falácia de redução de danos, que é simplesmente um aparente caminho mais fácil, para que a mulher faça o aborto legal (...). (Claudio Fonteles, antiescolha)

Agora, agora, o grande ponto aqui – e é aí que temos que manter a linha de coerência – é a defesa da mulher. As grandes vítimas do aborto são duas: as mulheres, que estão aqui e me ouvem, e a vida que elas gestam. A mulher é vítima de aborto. Ela é a grande vítima! (Claudio Fonteles, antiescolha)

Embora os militantes dos dois grupos digam defender a mulher, as declarações dos convidados pró-escolha investem em outros elementos. Como se constata nas citações, a defesa da mulher entre os convidados pró-escolha se assenta nas ideias de autonomia, de direito a acessar serviços e direito a decidir por si mesmas.

E aí, nós, que sempre batalhamos por políticas de saúde integral, pela oferta de métodos contraceptivos, pela oferta de educação, de informação como meio de promover autonomia da saúde, como um lugar de autonomia das mulheres, não podemos, de jeito nenhum, omitir que a sexualidade e o desmando, que estão no cotidiano, na vida das pessoas, das mulheres, dos casais, também são o que faz com que as mulheres engravidem sem querer. (Ana Costa, pró-escolha)

Então, se a mulher decidir por uma interrupção da gravidez, é ela e sua consciência. Sua consciência esclarecida é que vai lhe dar um norte. Não somos nós profissionais da saúde, não somos nós políticos que vamos dizer a ela o que ela deve ou não deve fazer. O que nós devemos fazer, como servidores da saúde, é acolher essa mulher e lhe dar garantia de saúde. (Rosangela Talib, pró-escolha)

Tabela 4.3 – Distribuição das declarações sobre mulher por recurso segundo posição

Recurso / posição	Anti		Pró		Total	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
1 C&T	11	19%	11	16%	22	17%
2 Informações técnicas	13	22%	7	10%	20	16%
Subtotal 1 + 2	24	41%	18	26%	42	33%
Defesa mulher / mãe. Dizem lutar por felicidade e saúde	13	22%	0	0%	13	10%
Saúde mulheres. Afirmam lutar por saúde / vida e direitos	0	0%	13	19%	13	10%
Justiça social. Legislação restritiva	0	0%	25	36%	25	20%
Outros recursos *	22	37%	13	19%	35	27%
Total	59	100%	69	100%	128	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

* Em outros recursos estão incluídas 35 declarações. Dentre os antiescolha: nega o poder de decisão da mulher (N=9); apresenta depoimentos mulheres/situações extremas (N=7) e recurso não identificado (6). Dentre os pró-escolha: valoriza capacidade ou desnaturaliza as mulheres (N=10), e recurso não identificado (3).

Os convidados antiescolha tendem a atribuir características que reforçam estereótipos de gênero e percebem as mulheres como dependentes de apoio, sobretudo como forma de proteger o feto e para que alcancem a suprema realização feminina, que seria a

maternidade. Desse modo, o recurso dos antiescolha aponta a um dos princípios fundamentais da dominação simbólica, que consiste em apresentar o dominado como um ser enfraquecido, vulnerável, incapaz de tomar decisões por si, dependente da tutela e da proteção de alguém. No caso da mulher, poderia ser o Estado ou um homem, pai, marido, irmão, companheiro.

Segundo Varikas (2009), conceber as mulheres como uma categoria homogênea cria um grande obstáculo para a defesa dos direitos da mulher porque permite excluir todas as mulheres, como um grupo unitário, das reivindicações por igualdade de direito e do “estatuto de sujeito político”. Para a autora, o grande problema é que essa recusa de direitos às mulheres como um grupo se torna “o princípio organizador de uma sociedade fundada e concebida conforme a divisão sexual do trabalho, das experiências, dos espaços e dos poderes.”. (VARIKAS, 2009, p. 117-118).

Por sua vez, os convidados pró-escolha apresentam as mulheres percebidas como autônomas e capazes de tomar decisões a respeito da sua vida reprodutiva. Neste ponto, as descrições realizadas pelos convidados pró-escolha buscam desnaturalizar e marcar a heterogeneidade da categoria mulher através da valorização das experiências individuais e destacando a capacidade de as mulheres tomarem a melhor decisão para as suas vidas. Entretanto, a maior parte das declarações consiste em denunciar, segundo os convidados pró-escolha, a injusta exposição das mulheres à criminalização/prisão, ao aborto inseguro, à violência, ao risco de morte, às sequelas, aos danos à saúde (dupla exposição de pobres e negras) e à negação das mulheres como indivíduos portadoras de direitos. E, ainda, argumentam a necessidade de garantir a ampliação de direitos e cidadania para as mulheres, como forma de garantir a superação das injustiças a que são submetidas.

Uma das estratégias pioneiras dos estudos de gênero, inclusive no Brasil, foi a de promover pesquisas mostrando o caráter aviltante das imagens construídas a respeito das supostas dependências e incapacidades femininas⁴⁰. Cristina Bruschini, em texto de 1985 (p. 61), mostra que a legislação trabalhista até a década de 1980, com base na presumida fragilidade feminina, a pretexto de “proteger” a trabalhadora, “principalmente no exercício do papel de mãe, impõe ao trabalho feminino uma série de restrições”, como, por exemplo, a proibição de trabalhar em horário noturno e a de realizar horas extras. Mais adiante, a pesquisadora afirma que o mito da “fragilidade” feminina, que restringia as mulheres ao trabalho em determinados nichos ocupacionais, deveria ser refutado diante das evidências da

⁴⁰ BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel e Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

resistência feminina e da superação de outro mito que mantinha a crença na “natural” vocação da mulher para a maternidade. De fato, diversos bordões feministas buscam afirmar a autonomia feminina – “nosso corpo nos pertence”, “o direito de decidir é sagrado”, “tirem as mãos dos nossos úteros”, “o corpo é nosso e não do Estado” – enfatizam a capacidade e a independência das mulheres para tomar decisões éticas sobre o próprio corpo e sobre as suas vidas.

4.4 O superfeto nas declarações dos convidados antiescolha: autonomia e direitos

Neste capítulo, busca-se descrever e analisar as 67 declarações contendo as características (enquadramentos) atribuídas ao feto pelos convidados e os recursos empregados por eles para designá-lo.

A princípio, é preciso dizer que no contexto da discussão a respeito da vida, a palavra feto é usada como sinônimo de muitas outras – zigoto, embrião, bebê, nascituro, ser humano, criança. Dessa maneira, parece-nos adequado adotar a sigla *zef*, cunhada por Rostagnol (2008), para referir-se ao embaralhamento que os militantes antiescolha promovem para aludir a diferentes etapas que precedem o nascimento (zigoto, embrião e feto) e as que sucedem a esse evento (bebê e criança, por exemplo) com o propósito de sugerir que embrião e criança, por exemplo, são portadores dos mesmos direitos.

Na Tabela 4.4, verifica-se que 96% das declarações sobre o feto foram realizadas por convidados antiescolha, enquanto apenas 6% das declarações pelos convidados pró-escolha. Estes dizem que o feto não é autônomo, não deve ser chamado de pessoa e que o embrião tem um potencial de vida que pode gerar conflito em relação aos direitos da mãe.

Das declarações dos convidados antiescolha, 68% recorrem a argumentos de base biológica para atribuir estatuto de ser humano ao *zef*: 23% para insistir na existência da vida desde o momento da fecundação, argumento mais tradicional dos antiescolha, desde a década de 1970, fora do Brasil. Por sua vez, 43% apontam para capacidades motoras intencionais, habilidades e sentimentos demonstrados pelo *zef* desde as primeiras semanas de existência, como mostram as citações a seguir:

Com 12 semanas – aqui, uma figura de livro –, já tem olho, orelha, costas, baço e, inclusive, se for uma menina, útero. Então, é interessante que aquelas mulheres que dizem ter direito ao seu útero pensem que sua filha também tem direito ao seu e que com, 12 semanas, ela já tem o seu útero. (Lenise Garcia, antiescolha)

O Paulo Margotto, nesse seu livro – ele é um profissional de Brasília extraordinário –, coloca informações preciosas: o embrião, com menos de seis semanas de vida, acaricia o lábio superior; faz o pescoço se curvar, o tronco se afastar da fonte de

estímulo. Com nove semanas, a palma da mão é tocada, os dedos se curvam, esboçando o gesto de agarrar. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Aí, o psiquismo fetal, que há mais de 30 anos é estudado. O bebê tem emoções, o bebê sonha, o bebê faz caretas, ele sente medo intraútero, o feto aprende intraútero. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Hoje já se sabe que quanto mais prematuro, mais dor o bebê sente de forma mais prolongada do que um adulto, porque as fibras inibitórias surgem depois das fibras que percebem a dor. Então, olha só, na sétima semana do desenvolvimento, já existem receptores sensoriais na pele em volta da boca. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Enquanto grande parte recorre a características biológicas para se referir ao feto, 18% das declarações dos antiescolha, que atribuem o estatuto de pessoa humana ao feto, buscam recurso relacional para antecipar a vida social do feto (chamado de criança). No enquadramento “atributos sociais do *zef*” estão classificadas as declarações que descrevem o *zef* como sujeito de direitos sociais, socialmente incluído a partir do estatuto de pessoa moderna – cidadão, cliente, paciente – ou seja, indivíduo dotado de autonomia, portador de direitos, sobretudo o direito à igualdade em relação aos demais seres humanos, direitos que podem inclusive se sobrepor aos direitos da mãe. Como na citação abaixo, em que a relação paciente/médico cumpre essa finalidade:

Os pais são defensores legais e morais dos filhos. A relação entre pais e filhos é de responsabilidade, não é de direitos. O médico é defensor do sujeito sob seus cuidados e deve, inclusive, acionar o sistema judicial quando o interesse da criança estiver em conflito e for prejudicado. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Em conformidade com as descrições que atribuem o estatuto de ser humano ao feto, no enquadramento “estatuto moral do feto”, 13% dos antiescolha (Tabela 4.4, a seguir), descrevem o *zef* como vida inocente, vida nascente, vida indefesa (segundo Ferree, 2002a “afirmação do estatuto moral do feto”) – equiparada com pessoas já nascidas (idosos, pessoas com deficiências, incapazes, minorias étnicas e políticas) que precisa ser protegida, tutelada por médicos, pai, mãe e pelo Estado.

se eu não dou o direito à vida junto com a própria vida, quando essa vida surge, eu não tenho nenhum outro momento para dar esse direito. E estamos tirando também dos anciãos, uma vez que eles já estão... Aí se pede a eutanásia. (Lenise Garcia, antiescolha)

Tabela 4.4 – Distribuição das declarações sobre feto por enquadramento, segundo posição

Enquadramento /posição	Anti		Pró		Total	
	N	%	N	%	N	%
Vida fetal	15	23%	0	0%	15	22%
Atributos biológicos <i>zef</i>	29	45%	0	0%	29	43%
Atributos sociais <i>zef</i>	12	18%	0	0%	12	18%
Estatuto moral do feto	7	13%	0	0%	7	10%
Embrião vida em potencial, conflito de direitos	0	0%	2	50%	2	3%
Crítica atribuição de autonomia <i>zef</i>	0	0%	2	50%	2	3%
Total	63	100%	4	100%	67	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

4.5 As fontes de legitimidade: recursos empregados nas declarações sobre o feto

Na Tabela 4.5, observa-se que 54% das declarações se sustentam com recurso à C&T e a informações técnicas (32%) e à materialidade do feto (22%). Grande parte corresponde a notícias de procedimentos fetais pioneiros, com o feto apresentado como paciente da medicina fetal, e a celebração das novas tecnologias de UTI neonatal e os avanços da medicina como aliados, como se expressa o ex-procurador Claudio Fonteles:

O que quero estabelecer para a nossa reflexão aqui e agora? Há cerca de vinte anos, menos até, digamos 15, eu nunca ouvi falar em terapia fetal. Feto e terapia fetal – absolutamente impossível pensar-se nisso. (...) Qual é o critério que vem estabelecer 12 semanas? Doze semanas significa três meses. Senhoras e senhores, doutores e doutoras – eu sou da área jurídica, não sou da área médica –, essa é a beleza da ciência! Muito provavelmente, em menos de cinco anos a Medicina estará a salvar vida de feto de três meses, de dois meses. Está aqui! (Claudio Fonteles, antiescolha)

O recurso de materializar o *zef* consiste em declarações e descrições combinadas à exposição de elementos visuais tais como: filmes, imagens de ultrassom, fotos, ilustrações e figuras de livros, modelos de plástico com formato de feto, ovos e fetos de outras espécies de animais (tartarugas, bois), empregados com a finalidade de sensibilizar e impactar os sentidos. É notório o modo como os recursos tecnológicos de imagem contribuem para reforçar e dar materialidade às declarações dos que se afirmam em defesa do *zef*, e, neste aspecto, nota-se que os convidados pró-escolha não fazem uso de nenhum recurso persuasivo que se assemelhe a este. No exemplo a seguir, o convidado mostra para os presentes um molde do

feto feito de plástico, de farta distribuição em manifestações públicas, apresentando-o como o protagonista da causa antiescolha.

Aí eu tenho que mostrar para você, mais uma vez – a Dr^a Kipman mostrou –, o nosso protagonista, que está aqui, em minhas mãos. Por que a gente carrega este nosso mascote, que está aqui, nas minhas mãos, entre dois dedos? Esse protagonista, Senador, senhoras e senhores... (...) Porque esta criança tem entre 10 e 12 semanas. É este, mais ou menos, o tamanho, é este o formato. Aqui, ela não tem apenas braços, pernas, cérebro, olhos, tudo; ela tem também sistema nervoso, tem cérebro, tem pâncreas, tem rins, tem tudo, tem pulmões... (Luiz Bassuma, antiescolha)

A equiparação do aborto à morte é o recurso empregado por 20% dos antiescolha. Nesse quadro, afirma-se que aborto é assassinato, genocídio, holocausto de crianças ou equiparam aborto à eutanásia para reafirmar a fragilidade e necessidade de proteção do *zef*, como se vê no exemplo a seguir:

Nesse momento, vou falar pelo bebê, porque até agora não foi lembrado, de fato, que ele tem a autonomia diminuída e que a relação entre o pai, a mãe e o bebê é de responsabilidade. Não é de direito. O abortamento mata uma criança inocente que não pode se defender. (Eliane Oliveira, antiescolha)

Empregado em 16% das declarações, o recurso “vida processo contínuo” afirma o desenvolvimento humano como processo contínuo que vai desde a concepção, feto, bebê, criança, adolescente e velho, estabelecendo o “estatuto do embrião como pessoa” que, equiparando o *zef* a bebê prematuro, bebê, criança, adolescente e idoso, enfatiza direitos e autonomia (cidadania) que devem desfrutar.

Então, a gente tem o embrião, o feto, a menininha criança, depois o adolescente, o adulto jovem, até chegar à melhor idade, em que todos mantemos a dignidade, o direito à vida, os cuidados incondicionais. (Eliane Oliveira)

Tabela 4.5 – Distribuição das declarações sobre feto por recurso segundo posição

Recurso /posição	Anti		Pró		Total	
	N	%	N	%	N	%
C&T e inf. técnicas	20	32%	1	25%	21	31%
Materialidade	14	22%	0	0%	14	21%
Equipara aborto = morte	13	20%	0	0%	13	19%
Vida processo contínuo	10	16%	0	0%	10	15%
Outros recursos*	6	10%	3	75%	9	13%
Total	63	100%	4	100%	67	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

* Em outros recursos estão incluídas 9 declarações. Dentre os antiescolha: evocar políticas públicas para comprovar vida desde fecundação (6). Dentre os pró-escolha: afirmar possibilidade de conflito de interesses mãe/feto valoriza capacidade ou desnaturaliza as mulheres (N=10); e recurso não identificado (3).

Na literatura antropológica brasileira, esse processo de inclusão social do embrião, visto como sujeito moral, dotado de autonomia⁴¹, é identificado por diferentes expressões, como “antecipação da existência social do feto” (CHAZAM, 2007); “embrião estabelecido como pessoa, estatuto moral do embrião” (SALEM, 1997); e “embrião como criança íntegra o debate do estatuto de pessoa” (LUNA, 2002).

Luna (2002), ao abordar o discurso do magistério da Igreja Católica acerca das novas tecnologias reprodutivas e o estatuto do embrião, destaca que a ontologia substancialista, defendida pela Igreja Católica, que supõe o estatuto de pessoa como intrínseco ao embrião “desde o início da existência física, dada a conjunção de corpo e alma.”, tem sua versão laica no discurso biomédico, ao associar-se a tal condição “à existência do esboço de um indivíduo no genoma a partir da concepção”. Neste aspecto, a autora afirma que se tomam os fatos da biologia como inquestionáveis e evidencia empiricamente que o embrião é uma “pessoa humana”, de modo que tal categoria de pessoa é evidenciada por “seu atributo de autonomia em representações que desconsideram as relações”. (LUNA, 2002, p. 67).

A atribuição do estatuto de pessoa ao embrião para Salém (1997), nos termos presente na fala dos convidados antiescolha, ou seja, a partir de critérios biológicos e morais, confluem para a ideia de que a posse de determinadas qualidades ou “marcos distintivos” promove o embrião à condição de pessoa, sendo que a adoção de tais critérios evidencia que a

⁴¹ Apesar de tratar-se de uma discussão pautada em termos da Antropologia Social, com ênfase na proposta de Louis Dumont, a definição constante no dicionário Houaiss se aproxima bastante do sentido que se dá a autonomia neste trabalho: capacidade de governar-se pelos próprios meios; direito de um indivíduo tomar decisões livremente; independência moral ou intelectual.

noção de pessoa implícita é a de indivíduo que “existe e se afirma independentemente das relações sociais nas quais ele está imerso; em segundo, sua identificação como um ser único, singular e irreduzível.”. A autora também afirma que tal representação assenta sua legitimidade na linguagem e critérios “supostamente neutros, imparciais e objetivos — da biologia” de modo que se pode falar em “biologização” da identidade, uma vez que a ideia de pessoa “tanto no plano de sua formação quanto no de seu devir — é determinada antes pela (sua própria) “natureza” do que propriamente pela “cultura”.” (SALÉM, 1997, p. 84).

Chazan (2007), na mesma direção que Salém (1997) e Luna (2002), afirma que por causa da visualização de imagens fetais, o feto “tornou-se um elemento potente para a constituição de um deslizamento de ‘feto’ para ‘bebê’, deste para ‘Pessoa’ e — com a intervenção da medicina fetal — ‘paciente’.”. (CHAZAN, 2007, p. 59), sendo que, em determinados contextos, “a aliança entre a medicina e a lei em alguns casos inverteu a hierarquia mãe-feto, ao atribuir autonomia e posicionar o feto como hierarquicamente superior à mãe, em termos de direitos civis.”.

Para Salém (1997), no contexto da Fertilização *In Vitro* (FIV), a individualização do embrião “é tão totalizadora que até a figura da mãe é eclipsada” e ao esvaziar-se “o caráter prioritário que a mulher cumpre nessa cena, não só se evita a espinhosa questão — tão pregnant nas discussões sobre o aborto — de como hierarquizar os “interesses” e “direitos” desses dois seres, como também, e, sobretudo, oculta-se a ideia de uma “relação”.” (SALÉM, 1997, p. 84-85).

Neste aspecto, Luna (2002) afirma que, no discurso religioso, no qual o feto é representado como indivíduo autônomo, à figura da mãe é obscurecida e representada apenas como “meio de desenvolvimento do embrião” e que no momento em que a mulher é apresentada na condição de pessoa “tal como o embrião, espera-se dela que esteja a serviço do feto por ser mãe.” (LUNA, 2002, p. 63).

Segundo Chazan (2007), a propagação de imagens do feto permite a externalização da gestação e, ao passo que antecipa a existência social do feto, promove um discurso acerca do vínculo materno, que evidencia o pressuposto de que não cabe às mulheres o direito de escolha.

A atribuição do estatuto de pessoa ao embrião tendo como base as Ciências Biológicas e novas tecnologias reprodutivas tem diferentes consequências sociais, sobretudo na vida das mulheres, seja no modo como vivenciam tais gestações ou no acesso e direito ao aborto.

Para efeito de comparação, deve-se retomar as declarações dos antiescolha sobre as mulheres e o *zef*, majoritariamente referidas à C&T, que promovem uma inversão, nada trivial. Enquanto descrevem o feto como indivíduo, humanizado a partir de suas potencialidades e atributos, estendem a ele autonomia e direitos que negam às mulheres, como se procurou mostrar na parte inicial deste capítulo. Esse tipo de ativismo às avessas, que nega às cidadãs adultas direitos e autonomia, dá mostra de como a legitimidade atribuída a argumentos de ordem científica em nossa sociedade pode ser apropriada para a defesa de pontos de vista que, à primeira vista, parecem carecer de qualquer fundamento.

5 O DEBATE SOBRE O ABORTO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA SUG 15/2014

Neste capítulo, identificamos os principais enquadramentos utilizados nas 376 declarações sobre o aborto e os recursos utilizados pelos convidados para legitimar suas falas ou questionar adversários.

As diferentes declarações sobre o aborto foram agrupadas em oito enquadramentos: quatro referem-se a direitos: *Vida Fetal; Equilibrada; Direito das mulheres; Indivíduo e Estado (direitos do indivíduo)*. Enquanto os outros quatro referem-se à *Moralidade; aos Efeitos Sobre a Sociedade; às Consequências Práticas e à Justiça Social*. Ao contrário do ocorrido nas categorias feto e mulher, no caso do aborto foi possível criar enquadramentos que servissem tanto para codificar declarações dos convidados anti como dos pró-escolha, que, em diferentes proporções e com diferentes propósitos, fazem uso de enquadramentos similares.

Para lidar com a categoria aborto, nosso trabalho foi amplamente facilitado pelos autores do livro *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere* (Ferree et al), que dispuseram ao público [www.ssc.wisc.edu/abortionstudy] o anexo metodológico da pesquisa que deu origem ao livro. Foi com base nos enquadramentos criados por eles – para lidar com o aborto na pesquisa que realizaram ao longo de mais de dez anos na Alemanha e nos Estados Unidos – que começamos a lidar com o material aqui analisado.

Das 376 declarações sobre o aborto, 35% do total se refere a consequências práticas do aborto. Na Tabela 5.1, observamos a ênfase nas consequências práticas do aborto, tanto nas declarações anti (38%) quanto pró-escolha (33%).

Os convidados antiescolha adotam o enquadramento “consequências práticas” exclusivamente para falar dos efeitos prejudiciais da legalização do aborto prevista na SUG e debatida nas audiências: danos do aborto à saúde física e mental das mulheres advindos do caráter nocivo intrínseco ao aborto. Invocam, também, o aumento do número de abortos, tido como certo pelos antiescolha se a SUG for aprovada, e a consequente sobrecarga do Sistema Único de Saúde, despreparado para atender ao grande aumento na quantidade de abortos decorrentes da legalização. Ao contrário do que apregoam os pró-escolha, afirmam que a ilegalidade do aborto no Brasil não tem qualquer impacto sobre o índice de mortalidade materna, aproveitando, dessa maneira, para negar, também, as estimativas sobre o alto número de abortos ilegais no Brasil [cerca de 700 mil por ano] e para desqualificar, inclusive, os

estudos de convidados pró-escolha que adotam essas cifras, dizendo que são exageradas e carecem de comprovação. A seguir um exemplo:

E o último ponto é essa afirmação que todos já falaram, e eu também vou trazer, no sentido de que o aborto é uma questão de saúde pública, porque a sua legalização diminui a mortalidade materna. Os senhores vão ver que não! A legalização tem um efeito nulo no indicador de razão de mortalidade materna. Nem aumenta nem diminui; não existe relação da causa e efeito entre os dois! E vou mostrar para os senhores com os dados do Ministério da Saúde, do Datasus, que é o departamento de informática do Ministério da Saúde. (Isabela Mantovani)

Por seu lado, os pró-escolha ressaltam três tipos de consequências práticas decorrentes da situação de ilegalidade: a insegurança do procedimento que, devido à lei restritiva, é realizado em condições improvisadas, que trazem altos riscos para a saúde e até para a vida das mulheres, os gastos do sistema (SUS) com internação e tratamento pós-aborto e a dificuldade de obter informações fidedignas para o estudo do fenômeno.

Paralelamente, outra consequência prática apontada pelos pró-escolha diz respeito aos benefícios que a adoção de legislação menos restritiva poderia apresentar: realização do aborto em condições seguras, do acesso das mulheres à informação sobre saúde sexual e contraceptiva e consequente redução da prática do aborto, redução das taxas de mortalidade materna e possibilidade de realizar estudos confiáveis com base em informações oficiais, e garantia de direitos e da cidadania das mulheres.

Então, não podemos distorcer e dizer que é a legalização que vai aumentar [o número de abortos], ao contrário. Acho que é possível que aumentem os dados, aumente a informação estatística, mas, na prática, hoje, com todas as estimativas que nós temos, sabe-se lá quantos e quantos mais ocultos abortos que ocorrem no interior da sociedade brasileira e que ou morrem ou sequer chegam às capacidades de estimativas que utilizamos hoje. (Ana Costa, pró-escolha)

O segundo enquadramento mais empregado pelos pró-escolha (28%), que resumimos sob a rubrica “indivíduo e Estado” (direitos do indivíduo), é utilizado para defender a laicidade, a democracia e a adoção pelo Estado de políticas públicas, legislação e regramentos em defesa do direito ao aborto. Descreve o aborto ilegal como um problema de saúde pública e questão democrática – o aborto ilegal causa “déficit democrático”, como diz uma convidada, porque culpabiliza, desumaniza, coloca em situação de risco e nega às mulheres o direito de decidir e a cidadania. Aparece em apenas 8% das declarações dos antiescolha para afirmar que a criminalização do aborto pelo Estado brasileiro é condizente com o posicionamento da maioria da população, que o financiamento público é indevido e que cabe ao Estado regular a moralidade – a legislação permissiva leva a degeneração da

ordem social e decência humana. A seguir, exemplos deste enquadramento quando utilizado por anti e pró-escolha:

O Estado laico é um Estado livre. Você pode ser ateu e seguir qualquer religião, porque não se deve, não é possível se desqualificar o discurso religioso ou de uma pessoa que não tenha religião. (Eliane Oliveira, antiescolha)
 Não é possível que a gente continue pensando ou ainda ouvindo alguns Parlamentares dizerem que a questão do aborto só se discute por cima do cadáver deles. Nenhum Senador, nenhum representante parlamentar foi eleito para falar em nome próprio ou em nome de determinada congregação ou denominação religiosa. Todos eles foram eleitos para falar em nome da totalidade da população. (Rosângela Talib, pró-escolha)

O enquadramento a que chamamos “vida do feto”, utilizado apenas pelos convidados antiescolha, abrange 21% das declarações, como se pode ver na mesma Tabela 5.1. Descreve o aborto como assassinato, negação do direito à vida de uma criança não nascida ou afirmam que a questão central deve ser a defesa do direito à vida desde a concepção. A seguir, um exemplo:

Quero, agora, aqui, também fazer um pouquinho de poesia, já que o Cláudio Fonteles fez a sua. Recito uma muito conhecida de nós, do grande poeta Mário Quintana. Ele, num momento de inspiração, disse que o aborto não é, como dizem, um simples assassinato. Ele é, na realidade, o maior de todos os roubos. Ao triste nascituro rouba-se-lhe não apenas a vida, mas rouba-se-lhe seus sonhos, suas esperanças, suas experiências. É o maior de todos os roubos possíveis. Rouba-se-lhe a lua, o céu e as estrelas. (Bassuma, antiescolha)

Como já afirmamos, as referências ao feto, verdadeiro ícone para os convidados antiescolha, são encontradas apenas nas declarações deste grupo de convidados; nas apresentações de convidados pró-escolha, são raras e de natureza muito diversa como mostramos no capítulo anterior.

O enquadramento direito das mulheres (Tabela 5.1) corresponde a 13% das declarações dos convidados antiescolha que considera a proibição do aborto como uma forma de respeitar e defender os “verdadeiros interesses das mulheres”, ou seja, o papel delas como mãe – o aborto é visto como forma de negar a diferença entre mulheres e homens e instrumento de dominação. E mais: garantem que a verdadeira posição das feministas deveria ser antiaborto. Os convidados pró-escolha (8% de declarações neste enquadre), afirmam que a ilegalidade do aborto retira a autonomia, nega o direito à vida, à cidadania e à escolha da mulher, sendo o aborto legal uma questão de direito e autodeterminação das mulheres. Como se constata nas declarações de anti e pró-escolha:

Realmente, nos debates a que vou, todas as minhas irmãs que são pró-aborto dizem: “Mas, Cláudio, nós não queremos abortar. Nós não gostamos de abortar. Nenhuma mulher quer abortar.” Todas as minhas irmãs dizem isso. E eu digo para elas: “Então, lutem pelo outro lado! Não abortem! Vamos exigir dos Poderes Públicos que vocês sejam defendidas do brutal machismo, que vocês tenham independência, que vocês se desenvolvam e desenvolvam a vida que vocês carregam, mulheres!” (Claudio Fonteles, antiescolha)

Finalmente, atribuir a interesses internacionais – eu conheço esse argumento há muitos anos – a questão da legalização do aborto no Brasil é, no mínimo, desprezar o avanço democrático das mulheres brasileiras, é, no mínimo, desprezar a capacidade das mulheres de inventar e construir suas próprias vidas, direitos e cidadanias. Acho que a gente precisa rever isso. (Ana Costa, pró-escolha)

No enquadramento a que nomeamos moralidade, os convidados antiescolha (12%) afirmam que aborto legal indica uma sociedade amoral, “antivida”, “baseada em custos e benefícios”, “desumanizada”, que abandona a “ética da sacralidade da vida pela ética da qualidade”, e “desvaloriza a vida mais fragilizada”; argumentam também que a legalização traz implicações para a moralidade sexual; e as mulheres abortam “sem remorso ou hesitação”, por razões egoístas, irresponsáveis ou como forma de contracepção, “estilo de vida” ou para serem iguais “aos homens”. Por sua vez, os convidados pró-escolha (9%) afirmam que o aborto não deve ser tratado do ponto de vista moral e que as mulheres são responsáveis e abortam por razões importantes; e devem ser protegidas do aborto inseguro; devem ser acolhidas e não julgadas – pela sociedade e pelos profissionais da saúde. A seguir, exemplos deste enquadramento:

Mas ele [Mori] diz que o aborto coloca em questão uma escolha de civilização. Eu acho que é isso que temos que conversar hoje. Qual civilização queremos? É uma escolha de civilização, a difusão daquela mentalidade antivida, o aborto torna visível de forma dramática o divisor de águas entre a ética da sacralidade da vida e a ética da qualidade. (Elizabeth Kipman, antiescolha)

Queria encerrar, dizendo que as mulheres têm um histórico, em nossa sociedade, de muita responsabilidade. Nós somos quem cuidamos, historicamente, das casas, da família, sobretudo de crianças e idosos cuidados. Essa história não é só minha, essa história, com certeza, assemelha-se a muitas outras histórias de vida de mulheres. Então, colocar que qualquer decisão, do ponto de vista da interrupção da gravidez, é uma dimensão de inconsequência das mulheres é um equívoco que a gente comete, é uma injustiça que a gente comete, porque, se a gente olha todo o processo e a formação social brasileira, as mulheres brasileiras historicamente assumiram, e muito, o cuidado com a vida. (Maria S. Souza, pró-escolha)

No enquadramento “efeitos sobre a sociedade”, que é 9% do total (Tabela 5.1), os convidados antiescolha afirmam que o aborto legalizado é direcionado indevidamente para minorias e ou para controle populacional de países da periferia do sistema. Já os convidados pró-escolha consideram que o aborto deve ser tratado como uma questão médica, parte da moderna tecnologia de saúde e reprodução – um procedimento simples e de baixo custo que

deve ser disponibilizado à população assim como os demais métodos contraceptivos. A seguir, exemplos de declarações do enquadramento “efeitos sobre a sociedade”:

A quem interessa a legalização do aborto? Àqueles que querem controlar o crescimento populacional no mundo. E a nossa Nação, como eu mostrei, rejeita essa prática. (Isabela Mantovani, antiescolha)

Eu trabalho nesse campo, há quase 40 anos, e faz 40 anos que digo que o direito ao aborto nunca pode ser pensado de maneira isolada, mas que ele é parte de uma pauta ampla de saúde sexual e reprodutiva, que vai do pré-natal ao parto, à assistência ginecológica, à prevenção do câncer, nunca de maneira isolada. (Sônia Corrêa, pró-escolha)

As declarações do enquadramento a que chamamos de “justiça social”, majoritariamente empregado por convidados pró-escolha, representam 10% das afirmações deste grupo. Nesta perspectiva, dizem que a legislação restritiva é especialmente injusta com grupos específicos – as mulheres abortam independentemente da proibição, entretanto, restrições financeiras levam as mulheres pobres, de menor grau de escolaridade e negras, a abortos em condições desumanas e inseguras, além das desigualdades geográficas – maior incidência de abortos em países em desenvolvimento.

Vejam dados [sobre mortalidade materna] citados por ciência, não por achismo: nos países desenvolvidos, morre 1 em cada 100 mil mulheres por aborto inseguro; e, nos países em desenvolvimento, essa taxa é 1 para 100. Aí é que reside o drama: na mulher, notadamente, as mais pobres e, primordialmente, as negras. (Thomaz Gollop, pró-escolha)

No enquadramento equilibrado, os convidados antiescolha afirmam que as mulheres não abortariam se tivessem outra escolha e que não existe criança indesejada “qualquer mãe amará o seu filho” dada a oportunidade. Por sua vez, os convidados pró-escolha consideram que as mulheres têm prioridade por certo tempo e enumeram situações – sofrimento infantil/ deficiência e estupro entre outras, nas quais consideram o aborto justificado.

Tabela 5.1 – Distribuição das declarações sobre o aborto, por posição, segundo enquadramento

Enquadramento/ posição	Anti		Pró		Total	
	N	%	N	%	N	%
Consequências práticas	67	38%	66	33%	133	35%
Indivíduo e Estado (direitos do indivíduo)	14	8%	56	28%	70	19%
Vida do feto	37	21%	0	0%	37	10%
Direito das mulheres (autodeterminação)	22	13%	15	8%	37	10%
Moralidade	21	12%	14	7%	35	9%
Efeitos sobre a sociedade	9	5%	23	12%	32	9%
Justiça Social	2	1%	20	10%	22	6%
Balanceada	4	2%	6	3%	10	3%
TOTAL	176	100%	200	100%	376	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

5.1 As ciências como recurso e fonte de legitimidade para explicar o aborto

O recurso mais usado pelos convidados para garantir legitimidade a suas declarações sobre o aborto foi o apelo à C&T e às informações técnicas.

Os resultados aqui apresentados tomam por base as 376 declarações sobre o aborto proferido por 14 convidados nas Audiências Públicas para legitimar o que diziam ou contestar adversários.

Na Tabela 5.2 abaixo, verifica-se que 90% das declarações dos convidados antiescolha recorrem à C&T e às informações técnicas restando apenas 10% de declarações sobre o aborto que deixaram de lançar mão a este recurso. Entre os pró-escolha, o recurso à C&T e às informações técnicas fica em 56%.

Tabela 5.2 – Distribuição das declarações sobre aborto, por posição, segundo recuso

Recurso / posição	Anti		Pró		Total	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
1 C&T	82	47%	21	11%	103	27%
2 Informações técnicas	77	44%	91	45%	165	44%
Subtotal 1 + 2	159	90%	112	56%	268	71%
Outros recursos	17	10%	88	44%	108	29%
Total	176	100%	200	100%	376	100%

Fonte: Tabulação de dados coletados pela autora.

O recurso à ciência e às tecnologias em 47% das declarações dos convidados antiescolha e 11% dos pró-escolha pode ser observado nos dois exemplos a seguir:

Se qualquer pessoa aproximar as mãos de uma criança recém-nascida, ela vai se defender, ela vai se virar, ela vai piscar os olhos, por instinto. E a ciência também descobriu o seguinte: o único instinto que se aproxima, em sua força, do instinto da sobrevivência é o da maternidade. Então, quando uma mulher faz um aborto, ela rompe com estruturas hormonais, com a preparação... Eu não sou doutor nisso; aqui está cheio de gente que é doutora nisso e sabe muito da biologia humana, de como o corpo da mulher se modifica estrutural e psicologicamente para receber uma vida nova. (Bassuma, antiescolha)

Vejam dados [sobre mortalidade materna] citados por ciência, não por achismo: nos países desenvolvidos, morre 1 em cada 100 mil mulheres por aborto inseguro; e, nos países em desenvolvimento, essa taxa é 1 para 100. Aí é que reside o drama: na mulher, notadamente, as mais pobres e, primordialmente, as negras. (Thomaz Gollop, pró-escolha)

O texto acima mostra que o ex-deputado Bassuma investe no tradicional recurso de exagerar as diferenças entre os sexos, naturalizando-as, atribuindo-as a hormônios, instintos, vocação, maternidade como destino do corpo feminino. O Dr. Thomaz, um convidado pró-escolha, por sua vez, usa informações técnicas sobre mortalidade materna atribuindo a elas caráter científico para legitimar sua afirmação, do mesmo modo que fez quando se apresentou na audiência, exaltando sua trajetória científica, como já mencionamos em capítulo anterior.

O modo como o recurso às informações técnicas é feito pelos convidados antiescolha (44% das declarações) e pelos pró-escolha (45%) durante as audiências é exemplificado nos dois exemplos a seguir:

Onde está o problema da saúde pública apresentado? Estão em dois aspectos: gastos atuais com a verba pública, já que se diz que se gasta muito com as internações por causa do aborto e com a mortalidade materna. Não vou falar sobre os gastos atuais, porque só 25% dos internados vêm por causa de aborto provocado. Se liberarmos o aborto, terão muito mais e o gasto será maior. (Elizabeth Kipman, antiescolha)

As complicações do aborto inseguro representam a terceira causa de ocupação dos leitos obstétricos no Brasil. Isso é um dado que tem uma importância muito grande no orçamento e na destinação dos recursos financeiros na prestação de saúde da população. Nós não podemos deixar de levar em conta esse aspecto. E a mortalidade materna, todos nós sabemos, é evitável em 92% dos casos. (Herique Batista, pró-escolha)

Sob o rótulo “outros”, codificamos declarações que não recorrem às informações técnicas ou à ciência e tecnologia, como se pode observar nas declarações a seguir:

Então, se a mulher decidir por uma interrupção da gravidez, é ela e sua consciência. Sua consciência esclarecida é que vai lhe dar um norte. Não somos nós profissionais

da saúde, não somos nós políticos que vamos dizer a ela o que ela deve ou não deve fazer. O que nós devemos fazer, como servidores da saúde, é acolher essa mulher e lhe dar garantia de saúde. (Rosangela Talib, pró-escolha)

A convidada pró-escolha declara que o aborto é uma questão de saúde e autodeterminação da mulher, cabendo aos profissionais da saúde acolhê-la.

A propósito, uma constatação importante: apesar da forte vinculação religiosa de todos os convidados antiescolha, não foi possível encontrar em seu discurso qualquer declaração ou fundamentação de caráter religioso – nem mesmo quando se referiam ao “direito à vida do feto”, uma bandeira criada e mantida pela Igreja católica desde os anos 1950 na Europa.

O status privilegiado concedido ao conhecimento científico nas sociedades modernas é um fator que merece ser seriamente considerado para interpretar o recurso que todos os convidados para as audiências no Senado, em algum momento, fazem a argumentos de cunho científico como maneira de legitimar sua opinião.

Naara Luna (2002), pesquisadora das sutilezas que levam agentes da religião a deixar de revelar seu pertencimento e a evitar argumentos de caráter religioso, recorre à pesquisa da antropóloga Sarah Franklin (1991) para sinalizar que os grupos antiaborto na Inglaterra se afastaram da retórica a respeito da sacralidade da vida humana do feto criado por Deus, preferindo usar definições biológicas ao invés de perspectivas religiosas sobre a vida.

Nesse aspecto, a mesma autora (Luna, 2013), ao tratar da presença de agentes e valores religiosos no debate sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510)⁴², movida pelo então procurador geral da República, Claudio Fonteles, destaca que:

Um ponto em comum no processo judiciário da ADI 3510 foi à recusa tanto na petição, como na audiência pública e no julgamento no STF em assumir a própria posição como de origem religiosa. Isso mostra a prevalência do dado científico como condição para se ganhar o debate público em um Estado laico. (LUNA, 2013)

Ferree et. al. (2002a) aponta a tentativa dos representantes da Igreja católica de “des-catolicizar” a posição política antiaborto como resposta às acusações que recebia “de tentar impor sua própria doutrina sobre toda a sociedade”. Além disso, nos Estados Unidos, porta-vozes católicos reduziram sensivelmente o uso do enquadramento Vida Fetal em discursos públicos, sem diminuir qualquer forma de oposição ao aborto.

⁴² Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510), Claudio Fonteles solicitava a revogação da Lei de Biossegurança, pois, segundo ele, o artigo 5º violava o direito à vida e a dignidade da pessoa humana. Após anos de disputa, a maioria dos ministros do STF, sete no total, julgou o artigo constitucional, validando a Lei de Biossegurança.

Dessa maneira, é possível entender que a completa ausência de recurso à religião, substituída em larga escala pelos recursos à C&T, não deve ser entendida como uma renúncia dos religiosos de participar da disputa em torno do aborto, mas sim como uma estratégia dos agentes religiosos para manter sua participação. Da mesma forma, não é de admirar que a defesa do enquadre que toma a vida fetal como questão de princípio tenha sido exclusividade dos convidados antiescolha, todos com adesão religiosa inquestionável.

Destacamos que, embora predomine declarações com recurso à C&T e às informações técnicas, nem todas as ciências têm o mesmo status, sendo atribuídos a algumas áreas do conhecimento interesses escusos e instrumentalização. Segundo Cole (1983), sociólogos, cientistas naturais e leigos educados comumente assumem que existem diferenças substanciais entre as ciências naturais e as sociais. Para Cole, a suposição que as ciências estão dispostas em uma hierarquia com as ciências naturais – por exemplo, física, no topo, e as ciências sociais –, como a sociologia, no limite inferior, deriva do que há aproximadamente 200 anos Augusto Comte, sustentando que as ciências avançam através de estágios ordenados de desenvolvimento e a diferentes taxas, definiu e denominou de “Hierarquia das ciências”, com a astronomia no topo seguida sucessivamente pela física, química, biologia e, finalmente, pela sociologia, sendo que tal hierarquia descreve tanto a complexidade dos fenômenos estudados pelas diferentes ciências, quanto o seu estágio de desenvolvimento intelectual. (COLE, 1983, p. 111-112)

Durante as audiências, em diferentes momentos, disciplinas como Demografia, Ecologia, Antropologia, Sociologia e Estatística são acusadas pelos convidados antiescolha de atuarem a serviço de organizações internacionais como: Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Instituto Alan Guttmacher, Ipas (International Pregnancy Advisory Services), Fundação MacArthur, às quais eles atribuem um projeto de controle populacional em países da periferia do sistema, através da legalização do aborto.

No debate produzido no Senado, a contestação de métodos, da legitimidade e da autoridade de instituições e pesquisadores esteve presente. Nas transcrições abaixo, uma convidada antiescolha afirma que o número de abortos ilegais apresentados por convidados pró-escolha provém de dados estatísticos produzidos pelo Instituto Alan Guttmacher, cuja credibilidade é questionada por sua ligação com o que chama de “indústria do aborto”.

O primeiro equívoco é afirmar que no Brasil há 1,5 milhão de abortos. De onde saiu essa estimativa? Quem nos dá essa estimativa são dois institutos: o Instituto Alan Guttmacher e o Ipas (...) O Instituto Alan Guttmacher é um braço da IPPF. A IPPF – acredito que vários dos senhores já ouviram falar dela – é a grande multinacional do aborto; é a proprietária de clínicas de aborto não só nos Estados Unidos, mas no

mundo todo. E esse instituto é um braço da IPPF, que faz as análises e estatísticas. (Isabela Mantovani, antiescolha)

Incriminação que não fica sem resposta:

Tive o prazer de participar, e talvez valesse a pena que a senhora fizesse uma revisão, da metodologia usada pelo Instituto Alan Guttmacher, que propôs aquele fator de correção. Ora, foi uma metodologia que envolveu milhares de pesquisadores e que foi absolutamente criativa e que nos deu um norte para lidar com o assunto tão obscuro e oculto das estatísticas reais de saúde. Isso é legítimo, sob o ponto de vista epidemiológico, é legítimo e é cientificamente aceito à medida que temos essa dificuldade do dado explícito. (Ana Costa pró-escolha)

Essa disputa contribui para ilustrar que o recurso à ciência, além de garantir legitimidade à argumentação, permite ao convidado demonstrar perícia, autoridade sobre o tema e defesa do método científico, e, sobretudo, a defesa do conhecimento e método científico como recurso legítimo para a tomada de decisão.

Nossos achados confirmam a importância do recurso ao conhecimento científico e tecnológico para buscar sucesso nas disputas sobre o aborto, tal como relatado em pesquisa realizada por Michael Mulkey sobre o recurso à ciência, na Inglaterra dos anos 1980. Segundo ele, diversas tentativas de aprovar legislação a favor da fertilização in vitro (FIV) foram barradas porque opositores desta prática argumentavam haver base científica suficiente para afirmar que o embrião é dotado de vida. No artigo “O triunfo do pré-embrião” (MULKAY, 1994), o autor mostra que cientistas e militantes recorreram ao termo “pré-embrião” para convencer jornalistas, parlamentares – e, sobretudo, a opinião pública – de que as técnicas de reprodução assistida lidavam com o “pré-embrião”. A essa manobra, realizada com o apoio dos cientistas que cunharam o termo para se referir a uma etapa inicial do desenvolvimento embrionário, o autor atribui o sucesso na aprovação da legislação, que, em tentativas anteriores, não obtivera êxito.

Acerca do estudo de processos judiciais, Nelkin e Hilgartner (1986), destacam que audiências públicas são:

a public performance, a drama, a ritualized verbal combat involving multiple actors, all seeking to reify their version of reality, to control the definition and interpretation of evidence, and to convince the court of the validity of their position. (NELKIN e HILGARTNER 1986, p. 119-120)

Os autores afirmam que, neste espaço, a ciência se torna um recurso político, um instrumento de persuasão empregado por grupos de interesses concorrentes. Segundo Latour (2000), sempre existe um ponto nas disputas em que os recursos individuais não são

suficientes para sua abertura ou fechamento e, neste momento, “é necessário sair à cata de mais recursos em outros lugares e outros tempos”. As pessoas começam a lançar mão de textos, arquivos, documentos e artigos para forçar os outros a transformar o que antes foi uma opinião em fato. (LATOUR, 2000, p. 54)

Nelkin (1975) afirma que a autoridade dos especialistas e do conhecimento científico têm raízes na crença da objetividade e racionalidade da ciência. Considera-se que as previsões e as interpretações apresentadas por cientistas são baseadas em dados objetivos obtidos através de procedimentos racionais e avaliados por rigoroso controle da comunidade científica. Sendo a ciência considerada, segundo Nelkin (1975):

as a means by which to de-politicize public issues. The increasing use of expertise is often associated with the ‘end of ideology’; politics, it is claimed, will become less important as scientists are able to define constraints and provide rational policy choices. (NELKIN, 1975, p. 37)

Nesse contexto, segundo Nelkin (1975), tomadores de decisão tendem a utilizar o conhecimento científico como base racional para o planejamento e fonte de legitimidade em decisões específicas. Tal objetivo é explicitado pelo senador Magno Malta, relator da SUG, ao afirmar que o objetivo das audiências consiste em uma oportunidade para ambos os grupos – anti e pró-escolha – defender e revestir as suas crenças pessoais de legitimidade através do recurso a argumentos pautados na ciência e tecnologia, conforme consta na citação literal retirada da ata da primeira das cinco audiências públicas.

A razão do debate é esta: mostrar o ponto de vista, e, em um caso como este, cientificamente, tecnicamente, do ponto de vista da compreensão da vida – e eu diria da compreensão da confissão de fé de cada um. Temos que ouvir, também, quem é contra e acha que pode provar isso cientificamente também, e provar isso do ponto de vista da sua crença pessoal. E isso faz parte da democracia. (Citação literal da Transcrição conforma Ata CONGRESSO FEDERAL, SENADO, 2015b)

Com isso, não afirmamos que o recurso à ciência e ao argumento de autoridade não estivesse presentes na discussão em momentos anteriores; contudo, observa-se uma ampliação do recurso à legitimidade da ciência e acentuada mudança no perfil dos militantes, sobretudo entre os antiescolha.

A estratégia de recurso à ciência para legitimar posições predomina em ambos os grupos, sendo que os antiescolha tendem a fazê-lo com maior frequência. Todavia, tal achado não nos permite afirmar que convicções ideológicas e religiosas acerca do tema perderão força, em nenhum dos grupos, uma vez que, conforme destaca Latour (2000):

Os textos científicos ou técnicos (...) não são escritos de modo diverso por diferentes castas de escritores. Entrar em contato com ele não significa deixar a retórica e entrar no reino mais tranquilo da razão pura. Significa que a retórica se aqueceu tanto ou ainda está tão ativa que é preciso buscar muito mais esforços para manter a chama dos debates. (LATOUR, 2000, p. 55)

Contudo, o recurso à ciência para legitimação das declarações é um elemento importante na construção de verdades, uma vez que “quanto mais técnica e especializada uma literatura, “mais” social ela se torna, pois aumenta o número de associações necessárias para isolar os leitores e forçá-los a aceitar a afirmação como fato.” (Latour, 2000, p. 103).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, como em muitos países ao sul do Equador, restrições legais limita o direito ao aborto a poucas situações.

No contexto brasileiro – e mesmo em países onde as condições de acesso ao aborto são amplas – as disputas em torno da proposição de mudanças legais destinadas a promover ou limitar o direito ao aborto mobilizam inúmeros atores contrários e favoráveis.

No período analisado no Brasil as fileiras dos ativistas pró e antiescolha, inicialmente integradas apenas por militantes feministas em luta contra bispos e autoridades católicas, receberam reforço proveniente de diferentes setores com grande potencial de influenciar a opinião pública. Atores do mundo acadêmico (nas áreas do Direito e Saúde), profissionais e gestores de serviços de saúde, associações e corporações de profissionais liberais (nas áreas de medicina, advocacia e psicologia, por exemplo), segmentos do poder judiciário, deputados e senadores e setores da grande mídia passaram a se expressar publicamente, de ambos os lados da disputa.

No presente estudo, a estratégia de investigar a formação, os vínculos institucionais e a atuação destes convidados revelaram que o pertencimento religioso que acompanha a trajetória dos militantes antiescolha, consiste no principal traço distintivo entre eles e seus adversários. Com predominância acentuada de católicos, que desde o início da década de 1970, lideraram a cruzada antiaborto em todo o mundo ocidental – somam-se alguns kardecistas e neopentecostais. Do lado pró-escolha, entretanto, não se encontrou vestígio de vínculos religiosos dos militantes – exceto uma integrante de um grupo que afirma a identidade católica para defender o direito ao aborto.

Durante as audiências, convidados de ambos os grupos tenderam a destacar sua formação e ou atuação acadêmica e profissional (especialmente no campo da saúde) como forma de legitimar sua presença no debate. A maior participação dos convidados pró-escolha na vida acadêmica, em comparação com os anti, fica evidente quando se observa sua inserção em instituições científicas, experiência de pesquisa, participação em grupos de pesquisa, meios de divulgação científica e produção científica sobre o tema. Ao dizer isso, entretanto, não se pretende afirmar que as declarações destes são mais científicas que as daqueles; trata-se apenas de constatar que a adesão à militância religiosa, de um lado, e à militância acadêmica, de outro, são traços distintivos dos lados da contenda no cenário brasileiro.

A defesa do direito à vida desde a concepção – antes justificado pelos mais altos mandatários da igreja católica pelo fato de a vida iniciar-se no momento da concepção e ser um dom divino sobre o qual não tem qualquer direito a interferência, ganha novos contornos nas disputas atuais. Busca-se nas Ciências Biológicas, na Medicina e na Filosofia a justificativa para a localização do início da vida na fecundação ao mesmo tempo que os valores religiosos desaparecem do campo discursivo antiescolha da mesma maneira que os vínculos religiosos são dissimulados. Até mesmo os representantes da hierarquia católica, que até pouco tempo compareciam a audiências e falavam na mídia sobre os direitos do feto, agora são substituídos por cientistas, médicos, juristas e bioeticistas evidenciando a guinada científica do ativismo antiescolha, seguindo a exortação do Papa João Paulo II na Encíclica *Evangelium Vitae* de 1995.

Como dissemos, os reveste da autoridade que pretendem para influenciar a elaboração de leis e de políticas públicas, tendo em vista que na vida social contemporânea a aptidão para fazer declarações consideradas científicas é um recurso decisivo para angariar poder e influência.

Neste contexto, da entrada de novos atores provenientes do mundo acadêmico, observa-se o crescimento do uso de argumentos de cunho científico nas Audiências Públicas. Ao buscar detectar nas declarações dos convidados o recurso ao argumento científico e tecnológico percebemos que a autoridade cognitiva da ciência e a figura dos cientistas são centrais, tanto na construção dos convidados como autoridade sobre o tema quanto na legitimação dos argumentos e declarações, contrárias ou favoráveis, às mudanças legais que possam ampliar o acesso ao aborto.

Considerando o aumento significativo de representantes do mundo acadêmico dos dois lados da disputa sobre o aborto, resta de certa forma o grande apego demonstrado pelos antiescolha aos argumentos de cunho científico, que acontece paralelamente ao abandono do discurso religioso.

As tecnologias, sobretudo as de visualização de imagem, no período analisado, são usadas com bastante competência pelos convidados antiescolha de modo a, em um primeiro momento, materializar corpos e movimentos do feto e, em um segundo momento, antecipar a vida social do zigoto, do embrião e do feto. Nesse processo, concedem autonomia e individualidade que permitem atribuir ao zef os mesmos direitos que o Estado concede aos cidadãos, aos já nascidos. Enquanto que para os convidados pró-escolha, o zef não figura como uma questão.

Paralelamente, o recurso à ciência e as informações técnicas permitem, aos convidados antiescolha, naturalizar a maternidade e construir as mulheres como naturalmente predispostos à maternidade, ou vítimas, ignorantes e incapazes de tomar decisões, negando a elas (a nós) autonomia e direitos.

Os convidados pró-escolha, por sua vez, negam essa vitimização e as limitações imputadas às mulheres pelos seus adversários. Preferem descrevê-las como indivíduos autônomas, injustamente expostas aos riscos do aborto ilegal, da violência e da criminalização. Enfatizam a exposição das mulheres a riscos psicológicos e físicos, em consequência da legislação restritiva ao aborto. No discurso deste lado da contenda prevalecem os enquadramentos que descrevem ao aborto a partir das consequências práticas, do problema de saúde pública e da questão democrática que desloca o enfoque do direito ao aborto como direito das mulheres ao próprio corpo para outro enfoque mais aceito entre os brasileiros: o aborto como questão de direito social, de cidadania.

Com objetivos opostos ambos os grupos ao descreverem as mulheres e o aborto, tendem a retirar o direito ao aborto da esfera do direito individual. Atribuem a terceiros - Estado, profissionais de saúde, juristas e legisladores - a defesa e a promoção das condições que cada lado consideram necessárias para a realização individual e inserção das mulheres na sociedade.

Nas declarações sobre a categoria aborto o embate pela imposição de posicionamentos é mais evidente. Enquanto os pró-escolha atribuem consequências consideradas negativas condição de ilegalidade do aborto e os benefícios à legalização da prática, os antiescolha negam as duas afirmações e afirmam existir uma nocividade intrínseca ao aborto independente das condições em que é realizado. Já no segundo enquadramento mais utilizado pelos grupos, eles apontam o que consideram ser o foco da questão. Para os antiescolha é a proteção e a garantia do direito a vida desde a concepção, enquanto que para os pró-escolha consiste na abordagem do direito ao aborto como problema de saúde pública e questão democrática.

Notadamente o recurso a C&T e a informações técnicas utilizado com maior frequência, pelos convidados antiescolha, permite que se defendam da acusação, de que, seu posicionamento e suas ideias se restringem à defesa de doutrinas religiosas ou ideias pessoais. E simultaneamente cumpre um importante papel na produção de elementos voltados para a negação de direitos e autonomia das mulheres e atribuição destes ao feto.

A diversidade de enquadramentos, utilizados pelos convidados, reflete da complexidade da disputa e das diferentes representações das categorias aborto, feto e mulher, realizadas pelos convidados anti e pró-escolha. Contudo, ainda que os antiescolha utilizem os mais diversos enquadramentos para descrever o aborto, o feto e as mulheres e mobilizem os mais diversos recursos, o foco da discussão permanece o mesmo: como sobrepor os direitos do embrião aos da mulher.

Ao adotarmos a perspectiva dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), lidamos com uma lacuna comum em grande parte dos estudos sobre o aborto.

Em geral, o peso do vínculo e dos argumentos de caráter religioso pouco é discutido e comprovado. Possivelmente porque frequentemente eles se apresentam travestidos pelo pertencimento ao mundo acadêmico e jurídico do militante antiescolha, que facilita ancorar suas declarações na autoridade e na legitimidade científica. Neste contexto, as ciências são o principal recurso empregado em defesa de valores tradicionais e de crenças religiosas nestas disputas. O que, aliás, não chega a ser novidade. Caça às bruxas na idade média, colonialismo, racismo, domínio patriarcal, abuso de mulheres e crianças e nazismo, todos esses e muitos outros, recorrem às ciências para justificar a inferioridade e a negação de direitos para grandes contingentes da população, como no caso do aborto, aqui estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDANA, Miriam. Vozes católicas no Congresso Nacional: aborto, defesa da vida. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 639-646, mai.-ago. 2008.

ARILHA, Margareth; CITELI, Maria T. Intervenções restritivas ao acesso à contracepção de emergência no Brasil (1995-2010). In: Comissão de Cidadania e Reprodução. **A contracepção de emergência no Brasil**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 104-130, jan. 1992. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15804/14297>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Senado Federal, 1988.

BRUSCHINI, Maria C. A. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel e Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

BUENO, H. C. Sexo, Feminismo e mídia: a atuação pioneira de Marta Suplicy enquanto sexóloga na sociedade e mídia brasileira dos anos 80. In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA: DA PRODUÇÃO AO ESPAÇO PÚBLICO?, 2014, Santos. **Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2014.

CHARMAZ, Kathy. **A Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHAZAN, Lilian Krakowski. **“Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultra-som obstétrico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FERREE, Myra M. et. al. **Shaping abortion discourse: democracy and public sphere in Germany and the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

FERREE, Myra M. et. al. Abortion Talk in Germany and in the United States: Why Rights Explanations Are Wrong. **Contexts**. 2002b 2(1): 27-33.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

GIERYN, Thomas. Boundary-work and the Demarcation of Science from Non-science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. **American Sociological Review**, v. 48, No. 6 (Dec., 1983), pp. 781-795.

GOMES, Edilaine C. A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edilaine; NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel (Org.). **Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas controversos**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2009.

JASANOFF, Sheila. **The fifth branch: science advisers as policymakers**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Evangelium vitae - Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana**. Roma, 1995. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html>. Acesso em: 29 Jan. 2016.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LUNA, Naara. As novas tecnologias reprodutivas e o estatuto do embrião: um discurso do magistério da Igreja Católica sobre natureza. **Revista Anthropológicas**, Recife, v. 13, n. 1, p. 57-74, 2002.

_____. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 91-105, out. 2010.

_____. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. **Religião&Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 71-97, 2013.

MACHADO, Maria das D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54, jan-abr. 2012.

MADEIRO, Alberto Pereira; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil ? um estudo nacional. **Ciência & Saúde Coletiva** (Online), v. 21, p. 563-572, 2016.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 2, n 24, p. 119-137, jul/dez 2013.

MARTIN, Brian; RICHARDS, Evellen. Scientific knowledge, controversy, and public decision-making. In JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E.; PETERSEN, James C.; PINCH, Trevor (eds.). **Handbook of Science and Technology Studies**. Newbury Park, CA: Sage, 1995, p. 506-526.

MONTEIRO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião&Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-83, 2012.

NELKIN, Dorothy. **Selling Science: how the press covers science and technology**. New York: W.H. Freeman and Company. 1995

_____. Scientists in an Environmental Controversy. **Science Studies**, Sage publications, v. 1, n. 3/4, p. 245-261, 1971.

_____. The political impact of technical expertise. **Social Studies of Science**, v. 5, n.1, p. 35-54, 1975.

_____. **Controversy: politics of technical decisions.** Londres: Sage Publications, 1992, p.288.

NELKIN, Dorothy; HILGARTNER, Stephen. Disputed Dimensions of Risk: A Public School Controversy over AIDS. **The Milbank Quarterly**, v.64, n.1, p. 118-142, 1986.

ROCHA, Maria Isabel Baltar. A questão do aborto no Brasil: um estudo sobre o debate no Congresso. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 381-398, 1996.

ROCHA, Maria I. B. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-374, jul-dez. 2006.

ROSADO-NUNES, Maria. J. F. Igreja Católica, democracia e o direito das mulheres em jogo no Brasil. In: **V Congreso de ALAP – Las transiciones en América Latina y el Caribe. Cambios demográficos y desafíos sociales presentes y futuros**, 2012, Montevideo. V Congreso de ALAP - Montevideo: Centro de Impresión del Banco de Previsión Social, 2012, p. 37-47.

ROSADO NUNES, Maria. J. F.; CITELI, Maria. T. **Violência simbólica: a outra face das religiões.** São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2010a.

_____. Religiões na esfera pública: Estratégias institucionais de intervenção - Igreja católica no Brasil. In: Vaggione, Juan, M. (Org.) **El Activismo religioso conservador en Latinoamérica. Córdoba/Argentina.** Córdoba: Católicas pelo Direito de Decidir, 2010b.

SALEM, Tânia. As Novas Tecnologias reprodutivas: O Estatuto do Embrião e a Noção de Pessoa. **Mana Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 75-94, abr. 1997.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos Para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TALIB, Rosangela A.; CITELI, Maria T. **Serviços de aborto legal em hospitais públicos brasileiros (1989-2004) - Dossiê.** São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2005. 80p.

VAGGIONE, Juan M. La “Cultura de la vida”. Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. **Religião&Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 57-80, 2012.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. In: HIRATA, Helena et. al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** Editora Unesp, São Paulo, 2009. 342 p.

VENTURA, Mirian. A questão do aborto e seus aspectos jurídicos. In: ROCHA, Maria I. B. da; BARBOSA, Regina M. (Org.) **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos.** Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo / Unicamp, 2009. 284p.

FONTES

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Permanente de Legislação Participativa. **Cartilha de orientação para o exercício do direito de participação junto ao Poder Legislativo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, p. 1-54.

BRASIL. Projeto de Lei 478/2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CONGRESSO FEDERAL. Senado. **Proposta de ideia Legislativa**. Brasília-DF 2014 – Disponível em: < <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=166293&tp=1>> Acesso em: 08 out. 2015.

CONGRESSO FEDERAL. Senado. **Ata da 9ª Reunião (extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura**. Realizada em 25 de março de 2015, quarta-feira, às 11:00 horas, na sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, 2015(a), p. 1-11. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=80f4bb9e-1d73-4f6a-b14d-a160c86e8f31;1.0.>>. Acesso em: 08 out. 2015(a).

CONGRESSO FEDERAL. Senado. **Ata da 21ª Reunião (extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura**. Realizada em 5 de maio de 2015, terça-feira, às 9 horas, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, 2015(b), p. 1-54. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=70020674-f3f6-4c64-8f5f-654c2314f2c8;1.0.>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CONGRESSO FEDERAL. Senado. **Ata da 34ª Reunião (extraordinária) da comissão permanente de direitos humanos e legislação participativa, da 1ª sessão legislativa ordinária da 55ª Legislatura**. Realizada em 28 de maio de 2015, quinta-feira, na sala nº 2, da ala Senador Nilo Coelho, 2015(c), p. 1-44. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=80f4bb9e-1d73-4f6a-b14d-a160c86e8f31;1.0.>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CONGRESSO FEDERAL. Senado. **Notas Taquigráficas da 62ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura**. Realizada em 06 de agosto de 2015(d), p. 1-42 Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/escriva/notas.asp?cr=3679>>. Acesso em: 08 out. 2015.

UNITED NATIONS. Economic and Social Affairs Department, Population Division. **Abortion Policies and Reproductive Health around the World**. United Nations Publication, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/policy/AbortionPoliciesReproductiveHealth.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ANEXO A – Listagem de participantes nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

Item	Convidado / por ordem de audiência a que compareceu*	C /F**	Vínculo/crédito. como aparece nas Atas das Audiências Públicas
1	Adelice Leite Godoy D'avila, (4ª.)	C	Integrante do Movimento Pró-Vida de Campinas – SP
2	Cláudio Fonteles (1ª.)	C	Ex-procurador Geral da República
3	David Kyle (3ª.)	C	Diretor do filme “Blood Money”
4	Doris Hipólito (5ª.)	C	Fundadora das Casas de Amparo às Gestantes – RJ
5	Eliane Oliveira (1ª.)	C	Especialista no tema
6	Elizabeth Kipman (1ª.)		Médica especialista em Ginecologia e obstetrícia
7	Fernanda Takitani (2ª.)	C	Professora e Pesquisadora do Observatório Interamericano de Biopolítica
8	Heloisa Helena (3ª.)	C	Vereadora da Câmara Municipal de Alagoas
9	Hermes Rodrigues Nery (2ª.)	C	Professor e Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família
10	Isabela Mantovani (1ª.)	C	Especialista no tema
11	Lenise Garcia (2ª.)	C	Professor do Instituto de Biologia da Univ. de Brasília – UnB e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto
12	Luiz Bassuma (1ª.)	C	Autor do Estatuto do Nascituro
13	Nazareno Vasconcelos Feitosa (4ª.)	C	Integrante do Movimento Brasil Movida do DF
14	Padre Berardo Graz (2ª.)	C	Representante da Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1, da CNBB
15	Padre Paulo Ricardo (3ª.)	C	Padre
16	Padre Pedro Stepien (4ª.)	C	Diretor Nacional do Pró Vida
17	Rosemeire Santiago (5ª.)	C	Presidente do Centro de Reestruturação para a Vida – CERVI
18	Sara Winter (5ª.)	C	Ativista Pró-Vida de São Paulo
19	Stela Barbas (4ª.)	C	Doutora e Mestre em Direito, Professora Universitária. Portugal
20	Viviane Petinelli Silva (2ª.)	C	Representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil
21	Ana Maria Costa (1ª.)	F	Representante do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde – CEBES
22	Débora Diniz (3ª.)	F	Professora da Fac. de Direito da UnB e Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS/UnB
23	Eloísa Machado de Almeida (5ª.)	F	Ativista
24	Henrique Batista e Silva (1ª.)	F	Representante do Conselho Federal de Medicina
25	Ilka Teodoro (1ª.)	F	Representante da Comissão da Mulher da OAB/DF
26	Jolúzia Batista (2ª.)	F	Representante da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto
27	José Eustáquio Diniz Alves (4ª.)	F	Doutor em Demografia. Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE
28	Leila Linhares (5ª.)	F	Advogada e Ativista

29	Letícia Bonifaz (5ª.)	F	Professora dos Estados Unidos Mexicanos
30	Lia Zanota Machado (2ª.)	F	Antropóloga da Universidade de Brasília – UnB
31	Marcia Tiburi (3ª.)	F	Professora de Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie
32	Maria do Socorro Souza (1ª.)	F	Presidente do Conselho Nacional de Saúde
33	Maria Esther de A. Vilela (1ª.)	F	Coordenadora-Geral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde
34	Maria José Rosado Nunes (4ª.)	F	Coordenadora Geral do Católicas pelo Direito de Decidir
35	Maria Teresa Blandón (4ª.)	F	Ativista Feminista da Nicarágua
36	Melânia Amorim (5ª.)	F	Médica obstetra
37	Olímpio Barbosa Moraes Filho, (4ª.)	F	Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puernério da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO
38	Rosângela Aparecida Talib (1ª.)	F	Representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir
39	Sandra Valongueiro (2ª.)	F	Especialista no tema
40	Sônia Corra (3ª.)	F	Co-coordenadora do Observatório de Sexualidade de Política/ Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
41	Tatiana Lionço (3ª.)	F	Professora Adjunta do Instituto de Psicologia, Conselheira do CRP/DF e Integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico
42	Thomaz Gollop (2ª.)	F	Representante do Grupo de Estudos do Aborto – GEA

Fonte: CONGRESSO FEDERAL. Senado, 2015(b), 2015(c), 2015(d), 2015(e).

* O ordinal indicado ao lado do nome do especialista refere-se à sessão de que participou.

** Posicionamento do especialista quanto à proposição da SUG 15/2014 Contrário (C) e Favorável (F)

ANEXO B – Perfil resumido de catorze convidados

Ana Maria Costa

Anunciada na audiência como representante do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde – Cebes, Ana Maria Costa se apresenta como médica e estudiosa da saúde da mulher. Doutora em saúde coletiva (2004), presidente da Associação Latino Americana de Medicina Social e de Saúde Coletiva, docente na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), ministrando a disciplina de Saúde Coletiva. Elaborou e contribuiu para implantar o PAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, nos anos 1980.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2015:

Trabalha no Ministério da Saúde desde 1978, onde ocupou o cargo de gestão na Divisão de Controle de Riscos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (1991 – 1994) e no Departamento de Articulação Intersetorial da Secretaria de Gestão Participativa (2003 – 2004). Prestou apoio técnico para as Secretarias Estaduais de Saúde para a implementação do Programa de Saúde Materno Infantil, de 1978 a 1983. Publicou 18 artigos completos em periódicos no período entre 2000 e 2015, tendo apresentado 18 trabalhos em eventos. Participou de duas bancas de mestrado e três de doutorado. Não constam experiências de orientação de mestrado e doutorado. Atualmente, coordena quatro projetos de pesquisas na área de saúde da mulher.

Busca Google:

Editora Boitempo – Capítulo publicado no livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”; Viomundo – Texto publicado: “A saúde e a farsa da prioridade”; Cebes.org.br – Material publicado no sítio com Tag Ana Maria Costa.

Claudio Fonteles

Anunciado como Ex-procurador Geral da República.

Exerceu o mesmo cargo agora ocupado por Rodrigo Janot, Procurador Geral da República (2003-2005), admitido por concurso na Procuradoria Geral da República (1973), coordenou a área criminal e a (então) Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos na qual se destacou na defesa da demarcação das terras indígenas.

Recentemente, integrou a CNV – Comissão Nacional da Verdade (2012-2013), da qual foi coordenador durante seis meses.

É autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3510) sobre o artigo 5º da Lei de Biossegurança, na qual alegava que as pesquisas com células-tronco embrionárias violavam o direito à vida e a dignidade da pessoa humana. Após anos de disputa, a maioria dos ministros do STF, sete no total, julgou o artigo constitucional, validando a Lei de Biossegurança.

Graduado (1969) e Mestre em Direito (1983) pela UNB, foi professor de Direito Penal na mesma instituição, de 1971-2002, além de ministrar a mesma disciplina no Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e no Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Na página do MPF, consta uma relação de 89 textos e artigos produzidos por Fonteles, dentre os quais três sobre o aborto.

Segundo informa em seu blog pessoal, estudou Teologia no Instituto S. Boaventura dos Frades Menores Conventuais. É irmão franciscano leigo da fraternidade de S. Francisco de Assis e ministra a comunhão para fiéis católicos que não podem se locomover até a Igreja. É professor de Doutrina Social da Igreja no curso de Teologia da Arquidiocese de Brasília, como consta no sítio da CNV e no blog pessoal do jurista.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2005:

Oito artigos completos publicados em periódicos entre os anos de 1985 e 1996, das quais cinco em revistas indexadas (Qualis). Onze apresentações de trabalhos entre 1974 e 2003. Não constam participações em bancas, nem orientações de mestrado/doutorado.

Busca Google:

Comissão Nacional da Verdade – Perfil; claudiofonteles.blogspot.com.br – blog pessoal; Sítios de notícia *O Globo* e *Carta Capital* – Desligamento da CNV.

Eliane Oliveira (Eliane Silva de Oliveira)

Anunciada como pessoa que trata do tema.

Apresentada como especialista no tema, Eliane destacou sua atuação profissional durante 29 anos como médica neonatologista pediatra, na Maternidade Escola da Universidade Federal do Ceará. Identifica-se como porta-voz do feto: “vou falar pelo bebê, porque até agora não foi lembrado”.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2013:

Graduada em Medicina (1982), mestre em Cirurgia (2003) e doutora em Educação (2010) pela Universidade Federal do Ceará. Professora associada III da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, ministra as três disciplinas já mencionadas. É médica Neonatologista do setor Materno-Infantil no Centro de Ciências da Saúde, Sociedade de Assistência a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, desde 1994.

Publicou um artigo completo publicado em periódico, três capítulos de livros, além de 129 apresentações de trabalho em eventos. Participou de uma banca de mestrado e duas de doutorado. Não constam orientações de mestrado e doutorado.

Busca Google – expressão “Eliane Oliveira + Universidade Federal do Ceará”:

Associação Médico Espírita do Brasil (AME – Brasil) – Entrevista; Portal Universidade Federal do Ceará – Divulgação 2º simpósio do projeto de extensão Espiritualidade, Saúde e Educação, coordenado por Eliane Oliveira; TV Diário – Depoimento sobre campanha nacional “A vida depende do seu voto”.

Vídeo para Campanha nacional “A Vida Depende do seu Voto”, postado em 2012, na TV Diário, associada a Rede Globo – Transmite a missa do Padre Rinaldo Manzotti aos domingos.

Elizabeth Kipman Cerqueira

Anunciada como especialista em ginecologia e obstetrícia.

Apresentada como médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia, a Dra. Elizabeth diz buscar contribuir para o debate a partir da sua experiência profissional, destacando que o aspecto mais importante da sua trajetória consiste na realização de “mais de sete mil partos”.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2006, não dispõe de informações a respeito da carreira profissional da convidada. Entretanto, páginas de grupos antiescolha (Promotores da Vida⁴³ e Blog Canção Nova⁴⁴) afirmam que ela tem Especialização em Logoterapia e Logoterapia Aplicada à Educação e integra a Comissão de Ética e a coordenação do departamento de Bioética do Hospital São Francisco, em Jacareí/SP, a direção do Centro Interdisciplinar de Bioética da Associação “Casa Fonte da Vida” e membro

⁴³ Disponível em: <<http://www.promotoresdavid.org.br/videoteca/item/10022-6-dra-elizabeth-kipman-o-chamado-vocacional-da-paternidade-e-da-maternidade>>.

⁴⁴ Disponível em: <<http://blog.cancaonova.com/parceirosdavid/2009/03/17/o-artigo-da-dra-elizabeth-kipman-cerqueira-reflexao-sobre-o-aborto-dos-gemeos/>>.

da Comissão de Bioética da CNBB. No sítio de grupos como Cultura da Vida⁴⁵, Canção Nova⁴⁶ e Deuslovult⁴⁷, encontramos uma série de entrevistas e textos sobre maternidade, aborto de fetos anencéfalos e a interrupção da gestação gemelar de uma criança de nove anos vítima de violência sexual em 2009, conhecido como caso Alagoinha.

Nota: Participou da consulta pública realizada pelo STF – Supremo Tribunal Federal, ADI 3510, movida por Claudio Fonteles, contra o artigo quinto da Lei de Biossegurança.

Busca Google:

Promotores da vida – Igreja Católica Arquidiocese Brasília;

Deus lovul – Fiel Católico;

Cultura pela Vida – Direciona para sites como Juventude pela vida, fundado pelo médico Paulo Heráclito da Santa Casa de Misericórdia e apresentador do programa Deus é Amor – Rádio Catedral do Rio de Janeiro;

Canção nova – Coluna parceiros para a vida – Publicação de” Sobre aborto caso de Alagoinha”;

Lista de médicos de São José dos Campos (Vale do Ribeira).

Henrique Batista e Silva

Anunciado como representante do Conselho Federal de Medicina.

Segundo a Revista Bioética 18(3), fez doutorado em Bioética pela Universidade do Porto, Portugal. Professor adjunto (aposentado) da Universidade Federal de Sergipe.

Registros Currículo Lattes – última atualização em 2016:

Graduado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe (1970), especialização em Cardiologia pela Associação Médica Brasileira e Sociedade Brasileira de Cardiologia (1977) e mestre em Cardiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978). Foi presidente da Sociedade Médica de Sergipe (1999-2002), secretário adjunto na Secretaria da Saúde do Estado de Sergipe (1989-1990), presidente de fundações e sociedades da área médica. Em 2015, era secretário-geral do CFM. Publicou três artigos completos em periódicos e fez 48 apresentações de trabalho em eventos.

Não consta orientação de doutorado e mestrado, nem participação em bancas.

⁴⁵ Disponível em: <<http://culturadavida.blogspot.com.br/2012/04/dra-elizabeth-kipman-fala-sobre-aborto.html>>.

⁴⁶ Disponível em: <<http://blog.cancaonova.com/parceirosdavid/2009/03/17/o-artigo-da-dra-elizabeth-kipman-cerqueira-reflexao-sobre-o-aborto-dos-gemeos/>>.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.deuslovult.org/tag/dra-elizabeth-kipman-cerqueira/>>.

Busca Google Henrique Batista e Silva + CFM:

Conselho Federal de Medicina – Perfil Secretário Geral do CFM; Portal do Coração – Recomendação do CFM recomendação de exame médico antes da realização de atividades físicas; Conselho Federal de Medicina – Perfil dos membros do Conselho Federal de medicina.

Hermes Rodrigues Nery

Anunciado como professor e diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família.

Não consta registro de Currículo Lattes. Os dados foram obtidos a partir dos sítios Voto pela vida⁴⁸ – página que, desde as eleições de 2006, informa o posicionamento dos candidatos a cargos eletivos, em relação ao “direito a vida nascitura”, blog pessoal⁴⁹, Eleições 2014⁵⁰ e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados⁵¹, que dispõe de informações a respeito dos candidatos a cargos eletivos e o resultado das eleições.

Destacamos que, embora sempre seja apresentado como professor, não é possível confirmar as informações referentes à sua formação e atuação como docente. É apresentado como historiador, jornalista, escritor, professor, membro da Academia de Letras de Campos do Jordão (SP) e especialista em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010)⁵², curso promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Pontifícia Academia para a Vida (Vaticano).

Atua profissionalmente na área de assessoria e editoria. Em São Bento do Sapucaí, foi editor do jornal “Comunidade São Bento” e assessor de comunicação da Câmara Municipal. Desde 2005, coordena a Comissão Diocesana em Defesa da Vida e do Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, e acompanha os projetos de lei referentes à família e a “vida humana” no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. É Secretário-Geral do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida “Brasil Sem Aborto”, desde junho de 2008. Em fevereiro de 2008, foi o Coordenador-Geral do I Congresso Internacional em Defesa da Vida, que aconteceu no Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, na abertura da Campanha da Fraternidade.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.votopelavida.com/hermesnery.htm>>.

⁴⁹ Disponível em: <[rofessorhermes3133.wordpress.com/biografia/](http://professorhermes3133.wordpress.com/biografia/)>.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/prof-hermes-nery/>>.

⁵¹ Disponível em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&bjs=1&cand=126959>.

⁵² Mesma turma que Isabela Mantovani.

Em 2008, foi eleito Vereador de São Bento de Sapucaí (no Vale do Ribeira) pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), onde atuou como presidente da Câmara Municipal de 2009 a 2010. Nesse cargo, promulgou a reforma da Lei Orgânica do Município, tornando o município à primeira cidade pró-vida do Brasil. Nas eleições de 2014, candidatou-se a Deputado Federal pelo PHS de São Paulo e obteve 6.574 votos e não foi eleito.

Busca Google:

Voto pela Vida – Campanha eleições municipais 2014; <http://fratresinunum.com/>
– Textos publicados sobre temas variados.

Ilka Teodoro

Anunciada como representante da Comissão da Mulher, da OAB-DF.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2012:

Advogada formada pelo UniCEUB (1999), graduando em Filosofia pela UnB (2012 – atual), especialista em Processo Civil e atuante há 13 anos na área de Direito Civil. Foi orientadora, professora e conselheira do Núcleo de Práticas Jurídicas do UniCEUB (2000-2009).

Busca Google:

AOB-DF – Perfil profissional; TV Senado – Apresentação representando a comissão da Mulher da AOB/DF na audiência SUG 14/2015; JusBrasil – Perfil profissional.

Isabela Mantovani (Isabella Mantovani Gomes Dias de Oliveira)

Anunciada como especialista no tema, informou ser graduada em Odontologia, (Unicamp, 1999), especialista em Saúde Coletiva (São Leopoldo Mandic, 2009), em Estratégia de Saúde da Família, pela UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo (2012) e em Bioética (PUC/RJ, 2010)⁵³. Disse cursar mestrado em Odontologia na Unicamp – e trabalhar com saúde pública há 12 anos.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2015:

Trabalhou como dentista na Prefeitura Municipal de Campinas (2004-2010) e de 2010-2013 coordenou uma UBS – Unidade Básica de saúde. Capítulo publicado no livro - Bioética: Pessoa e Vida.

Busca Google:

⁵³ Mesma turma que Hermes Rodrigues Nery.

Seis páginas/blogs, quatro deles vinculados à Igreja Católica.

1) Milícia da Imaculada Brasil⁵⁴ – que se apresenta como Associação Pública, fundada em 1917, a serviço da Igreja Católica;

2) TV Evangelizar, rede Católica da Igreja⁵⁵ – canal de televisão ligada ao Padre Reginaldo Manzotti;

3) Padre Paulo Ricardo⁵⁶;

4) Família Fé e Política⁵⁷.

ADTH – Associação para Defesa da Heterossexualidade, do Casamento e Família Tradicionais⁵⁸. Defesahetero.org . Reproduz textos sobre “Ideologia de Gênero” do diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família Hermes Rodrigues Nery⁵⁹.

Criticapolitica.org anti-PT, antiaborto⁶⁰ [vínculos não identificados]

Membro da Comissão de Bioética e Defesa da Vida Arquidiocese de Campinas.⁶¹

Contesta os números de aborto realizados no Brasil e no mundo geralmente apresentados em defesa da legalização do aborto.

Notícias divulgando a realização ou a participação de Isabela Mantovani em três eventos 1) Entrevista concedida ao canal Tv Evangeliza rede Católica da Igreja; 2) Audiência pública da CDH; 3) Seminário “Mulher, Família e Gênero”, promovido pelo Partido Social Cristão (PSC) e o Observatório Internacional de Biopolítica com a presença dos deputados federais Pró-vida, Givaldo Carimbão (Pros-AL) e Flavinho (PSB-SP).

Lenise Garcia (Lenise Aparecida Martins Garcia)

Anunciada como Professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB) e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto. Ao se apresentar, afirmou: “Antes de começar, eu quero colocar que não fiz uma cópia do meu diploma, mas também sou formada pela USP e sou doutora pela Universidade Federal de São Paulo.”; e evidenciou: “E vamos falar aqui de ciência.”.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.miliciadaimaculada.org.br/>>.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.padrereginaldomanzotti.org.br/tv_evangelizar>.

⁵⁶ Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/mulheres-falam-contr-o-aborto-na-camara-dos-deputados>>.

⁵⁷ Disponível em: <<http://familiafepolitica.blogspot.com.br/>>.

⁵⁸ Disponível em: <<http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2015/05/importante-especialista-isabela.html#.Vv6crZwrJ1s>>.

⁵⁹ Disponível em: <<http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2015/05/importante-especialista-isabela.html#.Vv6crZwrJ1s>>.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.criticapolitica.org/2015/05/especialista-isabela-mantovani-refuta.html>>.

⁶¹ Disponível em: <<http://arquidiocesecampinas.com/manifesto-da-comissao-de-bioetica-e-defesa-da-vida-sobre-o-posicionamento-do-cfm-frente-a-questao-do-aborto.html>>.

Registros Currículo Lattes, atualizado em 2017:

Graduada em Farmácia e Bioquímica pela Universidade de São Paulo (1979), mestrado em Ciências Biológicas (Bioquímica) pela Universidade de São Paulo (1983), doutorado em Microbiologia e Imunologia pela Universidade Federal de São Paulo (1989). Docente da Universidade de Brasília (1985-atual) na graduação e pós-graduação – disciplinas ministradas: Educação ambiental e ensino de ciências; Novas Tecnologias no Ensino de Ciências; Educação Ambiental Sustentável – disciplina virtual; Educação Ambiental e Científico-Tecnológica; Microbiologia Básica; Aprendizagem colaborativa em rede. Coordenadora do curso de biologia da UNB (2011-atual); coordenadora do programa no Instituto de Química (2011-atual); Coordenadora geral (2004-atual) e coordenadora pedagógica da Licenciatura em Biologia a Distância do Consórcio Setentrional (2008-2009). Linhas de pesquisa – Didática dos processos de ensino e aprendizagem em Biologia, Educação em contextos não formais e informais, e Educação à distância e tecnologias na educação. Também atua na área de Bioética, através da apresentação de trabalho em simpósios, seminários, congressos e ministrando cursos de curta duração, além de participar de audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (STF), Câmara dos Deputados (“O início da vida” (2007); ADPF 54. “O direito do anencéfalo” (2008); “O direito à vida desde a concepção” (2008); PL 6.583, de 2013, “Família: desafios e atualidades”. (2015).

Publicou 8 artigos completos em periódicos no período entre 1984 e 2015, tendo apresentado 18 trabalhos em eventos. Participou de 15 bancas de mestrado e duas de doutorado. Orientou cinco dissertações de mestrado – atualmente, tem duas orientações de mestrado em andamento; e 34 monografias de conclusão de curso. Além disso, coordena os projetos de pesquisas na área de educação.

Busca Google:

Notícias UNB – “Aborto: questão de saúde pública” (Artigo)⁶², Promotores da Vida – Vídeo palestra Antropologia da Sexualidade⁶³, Blog Pessoal – Lenise Garcia⁶⁴, Brasil sem Aborto – Sítio do Movimento Brasil Sem Aborto.⁶⁵

⁶² Disponível em: < <http://unb2.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=40745>>.

⁶³ Disponível em: < <http://www.promotoresdavid.org.br/videoteca/item/10057-antropologia-da-sexualidade-dra-lenise-garcia>>.

⁶⁴ Disponível em: < <https://lenisegarcia.wordpress.com/>>.

⁶⁵ Disponível em: <<http://brasilsemaborto.org/>>.

Luiz Bassuma

Anunciado como autor do estatuto do nascituro.

Não possui Currículo Lattes; dados obtidos através dos sites Eleições 2014⁶⁶, Assembleia Legislativa da Bahia⁶⁷, Câmara Legislativa⁶⁸ e Notícias UOL⁶⁹.

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná (1979), com especialização em Engenharia de Petróleo (1980) e pós-graduação em Administração de Recursos Ambientais pela Universidade Católica do Salvador (1989). Exerceu cargos de gerência na área de produção da Petrobrás, foi membro da Associação dos Engenheiros da Petrobrás e coordenou o Sindicato dos Petroleiros, demitiu-se da instituição em 2000.

Pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito Vereador da cidade de Salvador (1997-1998), Deputado Estadual de Salvador (1999-2002) e Deputado Federal duas vezes (2003-2007 e 2007-2011). Adepto ao espiritismo e fundador da Creche-Escola Allan Kardec⁷⁰, participou da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e propôs dois projetos de lei, a PL-1413/2007, que proíbe a distribuição, a recomendação pelo SUS e a comercialização pelas farmácias de método de anticoncepção de emergência – AE (pílula do dia seguinte) e o projeto de lei PL-478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990. Ambos os projetos ainda tramitam no congresso nacional. Por suas proposições contrárias a decisão do partido, acerca da legalização do aborto, desfilou-se do PT em 2009 e filiou-se ao Partido Verde (PV), pelo qual foi candidato a Governador da Bahia nas eleições 2010 com 253.523 votos (não foi eleito). Nas eleições de 2014, concorreu ao cargo de Deputado Federal pelo Partido Ecológico Nacional (PEN) e obteve 18.063 votos (não foi eleito).

Busca Google:

Eleições 2014 – resultado das eleições; Veja Abril, Último Segundo e O Globo – “Afastamento do PT devido posicionamento contrário a decisão do Partido dos Trabalhadores”.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/bassuma>>.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/>>.

⁶⁸ Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74059&tipo=1>.

⁶⁹ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2010/governador/08081956-bassuma.jhtm>>.

⁷⁰ Disponível em:

<http://www.jornalespiritaautadesouza.com/index.php?option=com_content&view=article&id=335:entrevista-com-luiz-bassuma&catid=60:entrevistas&Itemid=103>.

Maria do Socorro Souza

Anunciada como Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Não se apresenta, mas apresenta o CNS, destacando a longevidade do Conselho que existe há 70 anos e a sua representatividade. O CNS é composto por mais de 300 entidades e movimentos sociais e conta com a representação do SUS, gestores do SUS, nos três níveis Ministério da Saúde: secretários estaduais e municipais de saúde e prestadores de serviços ao SUS.

Registros Currículo Lattes – última atualização em 2014:

Graduada em Filosofia com habilitação em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1991) e Mestre em Políticas Sociais (2013). Desde 1999, atua como assessora sindical na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em Brasília-DF, nas áreas de Formação, Gênero, Políticas Sociais – Saúde. Em 2013, foi eleita Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, e representa o segmento dos usuários no Conselho Nacional de Saúde e na Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador, Comissão Permanente de Saúde da Mulher e no Grupo da Terra – espaço de articulação e proposição no âmbito do Ministério da Saúde relativa às políticas de saúde voltada para as populações rurais.

Consta um artigo aceito para publicação e oito trabalhos apresentados.

Não consta orientação de mestrado e doutorado.

Busca Google:

Palácio do Planalto – Eleição à presidência do Conselho Nacional da Saúde, Facebook – Perfil profissional na rede social, Youtube – chamada para população do 15º CNS.

Maria Esther de Albuquerque Vilela

Anunciada Coordenadora-Geral da Saúde da Mulher e do Ministério da Saúde, apresenta-se como médica Ginecologista Obstetra há aproximadamente 30 anos.

Registros Currículo Lattes atualizado em 2014:

Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (1982), especialista em Ginecologia/Obstetrícia pela Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (1995) e em Fitoterapia pela Universidade Federal de Goiás (2010).

Médica e coordenadora Geral de Saúde das Mulheres no Ministério da Saúde desde 2011, médica do Programa Saúde da Família na Prefeitura de Santa Isabel desde 2006, trabalha no Hospital São Pio X desde 1983, onde exerceu cargos de direção e atualmente coordena o Centro de Humanização das Práticas Terapêuticas, Professora Voluntária, desde 2004, orienta estagiários no Programa de Internato na Área de Medicina Social do Hospital São Pio X, Ceres-GO e no Programa de Saúde da Família em Santa Izabel-GO, desenvolvidos mediante convênios com a Universidade de Brasília, sob coordenação da Faculdade de Medicina.

Não tem participação em bancas.

Não consta orientação de mestrado e doutorado.

Busca Google:

Escavador – perfil profissional, Facebook – perfil pessoal; CNS – balanço do mês na Saúde Integral da Mulher representando a Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde (SAS/MS); Revista eletrônica Tempus Actas de Saúde Coletiva – artigo sobre humanização do parto.

Rosângela Aparecida Talib

Apresentada como representante do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir, Rosângela se apresenta como psicóloga que atua na área da saúde.

Registros Currículo Lattes – atualizado em 2013:

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1980) e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Atualmente, é parte da equipe de coordenação – Católicas pelo Direito de Decidir. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos sexuais e direitos reprodutivos, aborto, saúde sexual e reprodutiva e ética, políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva e religião e ética. Consultora *Ad Hoc* do Conselho Federal de Psicologia na temática Saúde da Mulher.

Publicou um artigo completo em periódico.

Não consta orientação de mestrado e doutorado.

Busca Google:

Escavador – perfil profissional; Católicas.org – Perfil na equipe da ONG; Facebook Juntos – divulgação da participação de Rosângela em evento contrário ao estatuto do nascituro.

Thomas Gollop

Anunciado como Prof. Dr. Thomaz Gollop, Representante do Grupo de Estudos do Aborto – GEA.

Ao se apresentar na audiência, afirmou que “não por vaidade”, mas para dar uma ideia do contexto em que trabalha, era necessário referir sua atuação no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no Centro de Ensino e Pesquisa, há 44 anos; Faculdade de Medicina de Jundiaí, no setor de Ginecologia, e no Hospital (Público Estadual) Pérola Byington. Informou também que obteve os títulos de mestre (1977), doutor (1981) e livre docente (1983) na Universidade de São Paulo (USP).

Registros Currículo Lattes – atualizado em 2014:

É professor da disciplina Aconselhamento Genético no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IBUSP), desde 1990. Em 2008, representou a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na audiência pública sobre anencefalia, promovida pelo Supremo Tribunal Federal.

De 1975 a 2010, publicou 145 artigos completos em periódicos, dentre os quais 11 sobre aborto. Apresenta um total de 37 trabalhos indexados no *Web of Science*, com 196 citações.

No mesmo período, participou de: 47 eventos com apresentação de trabalhos; 17 bancas de mestrado e 22 de doutorado; 513 eventos (congressos, exposições e feiras).

Orientou 6 teses de Doutorado.

Busca Google:

Medicina Fetal – sítio clínica de medicina fetal pertencente ao convidado; Grupo de Estudos Sobre o Aborto (GEA) perfil; Brasileiros – Entrevista sobre legalização do aborto.

Sítios consultados:

15ª Conferência Nacional da Saúde. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xn8o5BUaMZc>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Arquidiocese Campinas. Disponível em: <<http://arquidiocesecampinas.com/manifesto-da-comissao-de-bioetica-e-defesa-da-vida-sobre-o-posicionamento-do-cfm-frente-a-questao-do-aborto.html>>. Acesso em: 26 de março 2016.

Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74059&tipo=1>. Acesso em: 27 de março 2016.

Associação Médicos Espíritas. Disponível em: <http://www.amebrasil.org.br/html/outras_uni.htm>. Acesso em: 24 de março 2016.

Blog Canção Nova. Disponível em: <<http://blog.cancaonova.com/parceirosdvida/2009/03/17/o-artigo-da-dra-elizabeth-kipman-cerqueira-reflexao-sobre-o-aborto-dos-gemeos/>>. Acesso em: 24 de março 2016.

Blog Pessoal. Disponível em: <<http://claudiofonteles.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 março de 2016.

Blog Pessoal. Disponível em: <[rofessorhermes3133.wordpress.com/biografia/](http://professorhermes3133.wordpress.com/biografia/)>. Acesso em: 25 de março 2016.

Brasileiros. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2009/05/entrevista-com-thomaz-gollop/>>. Acesso em: 30 de março 2016.

Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/claudio-fonteles-deixa-a-comissao-nacional-da-verdade-4311.html>>. Acesso em: 24 março 2016.

Católicas.org. Disponível em: <<http://catolicas.org.br/institucional-2/equipe/>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Cebes. Disponível em: <<http://cebes.org.br/tag/ana-maria-costa/>>. Acesso em: 24 março 2016.

Clínica de Medicina Fetal Profº Dr. Thomaz Gollop. Disponível em: <<http://www.medicinafetal.com.br/br/>>. Acesso em: 30 de março 2016.

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros/61-claudio-fonteles.html>>. Acesso em: 24 março 2016.

Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24771>. Acesso em: 25 de março 2016.

Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=28>. Acesso em: 25 de março 2016.

Conselho Nacional DA Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/14_dez_saude_integral_mulher.html>. Acesso em: 28 de março 2016.

Cultura da Vida. Disponível em: <<http://culturadavida.blogspot.com.br/2012/04/dra-elizabeth-kipman-fala-sobre-aborto.html>>. Acesso em: 24 de março 2016.

Currículo Lattes(a). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7288065169001393>>. Acesso em: 22 de março 2016.

Currículo Lattes(b). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/683193926442204>>. Acesso em: 23 de março de 2016.

Currículo Lattes(c). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4388802914406472>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Currículo Lattes(d). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1911982693670118>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Currículo Lattes(e). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6047992652526478>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Currículo Lattes(f). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0270149674487438>>. Acesso em: 26 de março 2016.

Currículo Lattes(g). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1452078617294064>>. Acesso em: 26 de março 2016.

Currículo Lattes(h). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3659215821116972>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Currículo Lattes(i). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5561170998740453>>. Acesso em: 30 de março 2016.

Currículo Lattes(j). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3918904873213424>>. Acesso em: 30 de março 2016.

Deus lovult. Disponível em: <<http://www.deuslovult.org/tag/dra-elizabeth-kipman-cerqueira>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Editora Boitempo. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Autores/visualizar/ana-maria-costa>>. Acesso em: 23 março 216.

Eleições 20014. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/bassuma>>. Acesso em: 27 de março 2016.

Eleições 2014. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/prof-hermes-nery/>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Escavador. Disponível em: <<http://www.escavador.com/sobre/3299419/rosangela-aparecida-talib>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Escavador. Disponível em: <<http://www.escavador.com/sobre/9495312/maria-esther-de-albuquerque-vilela>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Faceboock. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JuventudeEmLuta/posts/687614247918058>>. Acesso em: 28 de março 2016.

Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Maria-do-Socorro-de-Souza-462167357211995/>>. Acesso em: 27 de março 2016.

Fundação SEADE. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&bjs=1&cand=126959>. Acesso em: 25 de março 2016.

Grupo de Estudos Sobre o Aborto. Disponível em:

<http://www.geasite.com/wp/thomaz_gollop/>. Acesso em 30 de março 2016.

Jus Brasil. Disponível em: <<http://ilkateodoro.jusbrasil.com.br/>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Milícia Imaculada Brasil. Disponível em: <<http://www.miliciadaimaculada.org.br>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Notícias Uol. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2010/governador/08081956-bassuma.jhtm>>. Acesso em: 27 de março 2016.

O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/claudio-fonteles-deixa-comissao-da-verdade-por-divergencias-internas-8727936>>. Acesso em: 24 março 2013.

O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/punido-pelo-pt-deputado-federal-luiz-bassuma-diz-que-partido-deveria-fazer-mesmo-com-dilma-por-ser-contra-aborto-4985099>>. Acesso em: 27 de março 2016.

OAB/ DF. Disponível em: <<http://www.oabdf.org.br/conselheiros-seccionais/ilka-teodoro/>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Padre Paulo Ricardo. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/mulheres-falam-Arquidiocontra-o-aborto-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 26 de março 2016.

Palácio do Planalto. Disponível em:

<<http://palaciiodoplanalto.tumblr.com/post/68898066537/aos-48-anos-maria-do-socorro-de-souza-quebrou>>. Acesso em: 27 de março 2016.

Portal do Coração. Disponível em:

<http://portaldocoracao.uol.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=4741%3Acfm-recomenda-exame-m%C3%A9dico-obrigat%C3%B3rio-antes-da-pr%C3%A1tica-de-exerc%C3%ADcios&Itemid=124&tmpl=component&print=1>. Acesso em: 25 de março 2016.

Promotores da Vida. Disponível em:

<<http://www.promotoresdavidia.org.br/videoteca/item/10022-6-dra-elizabeth-kipman-o-chamado-vocacional-da-paternidade-e-da-maternidade>>. Acesso em: 24 de março 2016.

Revista Eletrônica TEMPUS. v. 4, n. 4, 2010. Disponível em:

<<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/838>>. Acesso em: 29 de março 2016.

Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/videos-veja-entrevista/luiz-bassuma-deputado-federal-pelo-pv-da-bahia>>. Acesso em: 27 de março 2016.

TV Diário. Disponível em:

<<http://tvdiario.verdesmares.com.br/noticias/arquivos/neonatologista-eliane-oliveira-fala-sobre-a-campanha-nacional-a-vida-depender-do-seu-voto-1.979159>>. Acesso em: 24 de março 2016.

TV Evangelizar. Disponível em: <http://www.padrereginaldomanzotti.org.br/tv_evangelizar> Acesso em: 26 de março 2016.

TV Senado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gWX2ZTiPGE0>>. Acesso em: 25 de março 2016.

Último Segundo. Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/luiz+bassuma+devera+enfrentar+pedido+de+expulso+do+pv/n1237781986756.html>>. Acesso em: 27 de março 2016.

Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <<http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2012/2826-projeto-de-extensao-promove-simposio-sobre-a-morte-e-o-morrer>>. Acesso em: 24 de março 2016.

VioMundo. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/ana-maria-costa-a-saude-e-a-farsa-da-prioridade.html>>. Acesso em: 23 março 2016.

Voto pela vida. Disponível em: <<http://www.votopelavida.com/hermesnery.htm>>. Acesso em 23 março 2016.

ANEXO C – Livro de Códigos

Códigos enquadramento descrição de CATEGORIAS

11-19 ZEF

21-29 Mulher e homem

31-39 Aborto

Códigos para ESTRATÉGIAS adotadas na descrição de categorias

101-199 ZEF - estratégias de descrição da categoria

201-299 Mulher e Homem - estratégias na descrição da categoria

301-399 Aborto - estratégias na descrição da categoria

DESCRIÇÃO CATEGORIA ZEF Códigos de enquadramentos (11-19) Recursos (101-109)

Cód	Enquadramento: descrição zef por convidados Antiescolha	Cód	Recursos convidados Antiescolha
11	Vida desde a fecundação, início e direito à vida desde a fecundação	101	Conceder paridade aborto e morte Assassinato, genocídio, holocausto, eutanásia
12	Atributos biológicos do zef sentimentos, emoções, memória, dor, sensações, e capacidades motoras intencionais; portador de DNA único	102	Afirmar vida processo contínuo do zef até morte; equiparar o zef a bebê premature, bebê, criança, adolescente, idoso ou enfatiza direitos e autonomia (cidadania) que devem desfrutar;
13	Atributos sociais do zef: inclusão social do zef construído a partir do estatuto de pessoa moderna - cidadão, cliente, paciente médico - ou seja, indivíduo dotado de autonomia.	103	Produzir materialidade do feto
14	Proteção, tutela do feto, estatuto moral do feto (Ferree) Vida inocente, indefesa, nascente equiparada a pessoas já nascidas (idosos e pessoas com deficiências, incapazes, minorias étnicas e políticas)	104	Evocar políticas públicas para comprovar vida desde fecundação ou para negar o direito ao aborto; atribui ao Estado, aos pais e aos médicos a responsabilidade pelo bem-estar do zef;
15	Em aberto	105	Recurso à ciência e tecnologia e informações técnicas
Cód	Descrição zef por convidados pró-escolha	Cód	Recursos pró-escolha
16	Embrião vida em potencial, conflito de direitos	106	Afirmar vida processo contínuo do zef até morte

17	Critica atribuição de autonomia zef	107	Afirma possibilidade de conflito de interesses mãe/feto
18	Em aberto	108	Recurso à ciência e tecnologia e informações técnicas

DESCRIÇÃO CATEGORIA Mulher Códigos de enquadramentos (21-29) Recursos (201-209)

Cód.	Enquadramento: descrição mulher por convidados Antiescolha	Cód.	Recursos antiescolha
21	Assassinas, irresponsáveis e dissimuladas	201	Negam poder de decisão das mulheres, atribuem a terceiros ou a momento anterior à concepção
22	(naturaliza) Naturalizadas e estereotipadas	202	Recurso à ciência
23	(limita) Limitadas, incapazes de decisão, ignorantes, ingênuas, arrependidas	203	Desvalorizam e naturalizam as mulheres
24	(vitimiza) Vítimizada por alguém ou pelo aborto, abandonadas, desamparadas, expostas riscos aborto	204	Defesa da mulher/mãe Afirmam lutar pela felicidade e saúde das mulheres
25	Consequência das declarações anteriores é a dependência (do Estado?)		
	Enquadramento: descrição mulher por convidados pró-escolha		Recursos pró-escolha
27	27 Negam o perfil naturalizado ou desnaturalizam Descrevem como autônomas, capazes, responsáveis, cidadãs portadoras de direitos	206	Recurso à ciência
28	28 (Vítimas) injustiça social, expostas à injustiça social (criminalização / prisão) ignoradas como portadoras de direitos	207	Valorizam capacidades e desnaturalizam mulheres
		208	Saúde das mulheres. Afirmam lutar pela saúde / direitos das mulheres, vida e a saúde das mulheres (seria um princípio?)
		209	Justiça social. Legislação restritiva criminaliza e leva à morte

DESCRIÇÃO CATEGORIA Aborto

Códigos para enquadramento descrição (31-39 e 31.1 - 39.1) Recurso (301-399)

Codificação categoria aborto baseada nos enquadramentos utilizados por Ferree, Myra Max et al. *Shaping abortion discourse: democracy and public sphere in Germany and the 4United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a

Cód.	Enquadramento: descrição aborto por convidados Antiescolha	Cód.	Enquadramento: descrição aborto por convidados pró-escolha
31	Vida do feto	31.1	Vida do feto
32	Direito das mulheres (autodeterminação)	32.1	Direito das mulheres (autodeterminação)
33	Indivíduo e Estado (direitos do indivíduo)	33.1	Indivíduo e Estado (direitos do indivíduo)
34	Moralidade	34.1	Moralidade
35	Efeitos sobre a sociedade	35.1	Efeitos sobre a sociedade
36	Consequências práticas	36.1	Consequências práticas
37	Justiça Social	37.1	Justiça Social
38	Balanceada	38.1	Balanceada
Cód.	Recursos antiescolha	Cód.	Recursos pró-escolha
301	C&T	301	C&T
302	Informações técnicas	302	Informações técnicas
303	Outros	303	Outros